



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS – CCSA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – DCC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
MESTRADO ACADÊMICO EM CONTABILIDADE



ANTONIO FIRMINO NETO

**MENSURAÇÃO DA EFICIÊNCIA DA GESTÃO MUNICIPAL ATRAVÉS DA
ANÁLISE MULTIVARIADA – REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA: UM ESTUDO
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA**

RECIFE/PE

2010

ANTONIO FIRMINO NETO

**MENSURAÇÃO DA EFICIÊNCIA DA GESTÃO MUNICIPAL ATRAVÉS DA
ANÁLISE MULTIVARIADA – REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA: Um estudo dos
municípios do Estado da Paraíba**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor Yony de Sá Barreto Sampaio, PhD.

Recife/PE

2010

Firmino Neto, Antonio

Mensuração da eficiência da gestão municipal através da análise multivariada – regressão linear múltipla: um estudo dos municípios do Estado da Paraíba / Antonio Firmino Neto. – Recife : O Autor, 2010.

154 folhas : fig., tab., quadros e gráficos.

Orientador: Prof. PhD. Yony de Sá Barreto Sampaio.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Ciências Contábeis, 2010.

Inclui bibliografia, anexos e apêndices.

1. Administração pública. 2. Gestão municipal. 3. Eficiência governamental. 4. Regressão múltipla. I. Título.

657 CDD (22.ed.)

UFPE (CSA 2011-001)



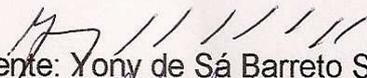
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Contábeis
Programa de Pós-Graduação
Mestrado em Ciências Contábeis
Coordenação

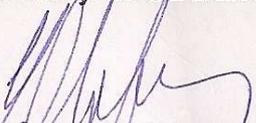
MENSURAÇÃO DA EFICIÊNCIA DA GESTÃO MUNICIPAL ATRAVÉS DA ANÁLISE MULTIVARIADA – REGRESSÃO MÚLTIPLA: Um estudo dos municípios do Estado da Paraíba.

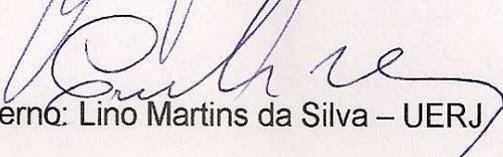
ANTONIO FIRMINO DA SILVA NETO

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco e aprovada em 13 de dezembro de 2010.

Banca Examinadora:


Orientador/Presidente: Yony de Sá Barreto Sampaio


Examinador Interno: Jorge Expedito de Gusmão Lopes


Examinador Externo: Lino Martins da Silva – UERJ

Ao meu Deus e Senhor Javé.

Aos meus pais José e Maria.

Com muito amor.

“Coloca toda sua confiança no nome do Senhor Javé, e não se fie na sua própria inteligência”. (Provérbios 3,5)

“A fé é a certeza daquilo que ainda se espera, a demonstração de realidades que não se vêem” (Hebreus 11,1)

“A felicidade não se resume na ausência de problema, mas sim na sua capacidade de lidar com ele”. (Abert Einsten)

AGRADECIMENTOS

A minha amada, amor incansável e paciente, que me acompanhou nos momentos mais difíceis dessa caminhada e de mais uma conquista.

Ao meu anjo protetor, *in memória*, Maria Gabriela, ser pai foi simplesmente a maior felicidade da minha vida, não tenho como expressar essa glória, e hoje ter uma anjo na minha vida.

Aos meus pais, pessoas tão simples e humildes, e que sempre me ensinaram a simplicidade e a ser ético, gentil, e acima de tudo religioso, são exemplos de pessoas guerreiras, pois sempre mantiveram a nossa imensa família unida. A minha imensa gratidão.

Aos meus 9 (nove) irmãos, isso mesmo, nove irmãos queridos. Cada um na sua forma de ser. Em especial a José Júnior, pois a partir de seus ensinamentos pude ter a oportunidade de buscar a consciência de que a educação pode proporcionar tudo que tenho hoje. Amo todos vocês.

Aos meus avôs, *in memória*, aqueles que conheci e aos que nunca vi, porém amava-os. Em especial ao meu inspirador ético, Antonio Firmino da Silva, homem de grande caráter e mansidão.

A dona Zita, *in memória*, exemplo de fé, determinação e de mulher guerreira, talvez uma “Santa”, que sempre rezou por todos e para todas as conquistas.

A dona Zefinha e Nice, que me acolheram em seu lar como se da família fosse.

Ao meu orientador Prof. Yony, exemplo de simplicidade, humildade e sabedoria, esses foram seus maiores ensinamentos em sua sala modéstia. E ao seu filho que demonstrou a idéia dos testes econométricos a serem efetuados.

Ao meu amigo Professor e Mestre Liberalquino (Liberal), por refinar o meu olhar contábil, mas, principalmente, por ter me proporcionado estar no epicentro das mudanças da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

A todos os meus professores do mestrado, em especial Educador Jorge Lopes, Prof. Francisco Ribeiro, Prof. Miranda, Prof. Josenildo, Prof. Marco Tullio, por todos os ensinamentos, cada um com sua forma especial de ensinar.

A minha família do mestrado, meus queridos amigos, em especial a Celma (por sua presteza em ajudar sempre), Sheila, Vera, Kaline, Juliana, Hiponito, Jean e Gilberto.

Ao funcionário do PPGCC/UFPE Luciano por sua disponibilidade, sempre que precisamos.

As professoras e amigas Adílis e Renata que abriram as portas da graduação e proporcionaram oportunidades para que eu pudesse buscar o espírito da pesquisa e da academia.

Aos meus amigos de trabalho do Ministério da Fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional, principalmente aos GENOQUIANOS, pelo apoio e debates que enriqueceram esse trabalho. Em especial ao Cleber da COREM, o qual disponibilizou o banco de dados das variáveis contábeis para o período de 1991.

Aos amigos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, principalmente a Wellington, Geraldo e ao Josemar.

Aos amigos e professores da Universidade Federal de Campina Grande que me apoiaram nessa conquista.

Minha Gratidão.

RESUMO

FIRMINO NETO, Antonio. Mensuração da Eficiência da Gestão Municipal através da Análise Multivariada – Regressão Linear Múltipla: um estudo dos municípios do estado da Paraíba. Recife, 2010, 9 p.

O presente trabalho teve como objetivo formular um modelo de regressão múltipla que ajuda a equipe governamental a planejar as ações do governo, bem como prever alterações futuras do Índice de Desenvolvimento Humano municipal – IDH-M explicado pela variação de algumas variáveis contábeis e não contábeis dos municípios do estado da Paraíba no período de 1991 e 2000. O interesse surgiu pelo fato do modelo de regressão múltipla fornecer informação que possa direcionar a gestão e aplicação dos recursos. Este trabalho tem caráter de pesquisa explicativa com análise quantitativa e qualitativa, de forma que a primeira oferece a base quântica enquanto que a segunda preocupa-se em detalhar a análise mais profunda. Os procedimentos metodológicos utilizados traduzem-se quanto aos objetivos como descritiva; quanto aos procedimentos técnicos, o estudo é bibliográfico e documental, utilizando fontes documentais primárias e secundárias; quanto aos resultados foi utilizada análise multivariada do tipo regressão linear múltipla aplicando *software WinRATS* versão 7.0, com auxílio do método *Stepwise*. Foram coletados dados do IDH-M como variável dependente e independente a variação das variáveis contábeis e não contábeis para os períodos de 1991 e 2000, sendo os valores absolutos transformados em dados per capita. Para alcançar os objetivos, foram testadas oito hipóteses de pesquisa. Conclui-se que a variação do IDH-M possui relação com as variáveis de distância do município a capital, variação da mortalidade, variação da taxa de alfabetização, variação do nível de escolaridade, variação do percentual de enfermeiros, variação de médicos por cada 1.000 habitantes, variação da receita de transferências correntes per capita, variação da despesa de investimento per capita e variação da despesa de inversão financeira per capita. Assim, o gestor pode utilizar-se da regressão linear múltipla para justificar cortes de despesas ou aumento dispêndios em certos segmentos da administração pública.

Palavras-chave: Administração pública. Gestão municipal. Eficiência governamental. Regressão múltipla.

ABSTRACT

FIRMINO NETO, Antonio. Measuring the Efficiency of Municipal Management by Multivariate Analysis – Multiple Regression: a study of municipalities in the state of Paraíba. Recife, 2010, 10 p.

This study aimed to formulate a multiple regression model that would help government staff to plan government's actions and to predict future changes in the municipal Human Development Index - IDH-M due to the variation of some accounting and non accounting variables of municipalities of Paraíba state between 1991 and 2000. The interest arose because of the multiple regression model to provide information that can direct management and application of resources. This work has the character of explanatory research with quantitative and qualitative analysis, the first providing the quantum basis while the second is concerned with detailing a further analysis. Regarding the objectives, the methodological procedures are descriptive while the technical procedures consist in a bibliographical and documentary study that uses primary and secondary documentary sources, in respect of the results, multivariate linear regression was used by means of Win RATS software version 7.0, with the aid of the stepwise method. Collected IDH-M data was used as the dependent variable and the variation of the accounting and non accounting variables as the independent variable for the periods 1991 and 2000, the absolute values were transformed into per capita data. To achieve our goals, we tested eight research hypotheses. It is concluded that the variation of the IDH-M is relates to variables such as distance from the municipality to the capital, variation in mortality, literacy rate variation, variation in education level, variation in the percentage of nurses, changes in doctors per 1.000 population, change in per capita revenue arising from current transfers, range of investment expenditure per capita and change in expenditure per capita financial investment. Thus, the manager may use multiple linear regression analysis to justify expenditure cuts or increases in certain segments of public administration.

Keywords: Public administration. Municipal management. Government efficiency. Multiple regression.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estatística descritiva – Média e desvio padrão IDH.....	78
Tabela 2: Coeficientes, inclinação e significância das variáveis.....	83
Tabela 3: Regressão linear – Estimação por mínimos quadrados	85
Tabela 4: Modelagem matemática – VIDH - M educação	86
Tabela 5: Coeficientes, inclinação e significância das variáveis.....	87
Tabela 6: Regressão linear – Estimação por mínimos quadrados	88
Tabela 7: Modelagem matemática – VIDH - M renda.....	88
Tabela 8: Coeficientes, inclinação e significância das variáveis.....	89
Tabela 9: Regressão linear – Estimação por mínimos quadrados	92
Tabela 10: Modelagem matemática – VIDH - M longevidade	92
Tabela 11: Coeficientes, inclinação e significância das variáveis.....	93
Tabela 12: Regressão linear – Estimação por mínimos quadrados	95
Tabela 13: Modelagem matemática – VIDH - M.....	95
Tabela 14: Coeficientes, inclinação e significância das variáveis.....	96
Tabela 15: Regressão linear – estimacão por mínimos quadrados	97
Tabela 16: Modelagem matemática – VIDH - M.....	97
Tabela 17: Coeficientes, inclinação e significância das variáveis.....	98
Tabela 18: Regressão linear – Estimação por mínimos quadrados	99
Tabela 19: Modelagem matemática – VIDH - M.....	99
Tabela 20: Coeficientes, inclinação e significância das variáveis.....	100
Tabela 21: Regressão linear – Estimação por mínimos quadrados	101
Tabela 22: Modelagem matemática - VIDH - M	101
Tabela 23: Coeficientes, inclinação e significância das variáveis - Hipótese central	102
Tabela 24: Regressão linear – Estimação por mínimos quadrados	104
Tabela 25: Modelagem matemática - VIDH - M	104
Tabela 26: Modelagem matemática - VIDH – M - Conclusão	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Relação entre as IPSAS e as IFRS/IAS.....	33
Quadro 2: Calendário convergência as IPSAS	36
Quadro 3: Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	36
Quadro 4: Procedimentos do ingresso da receita pública.....	41
Quadro 5: Detalhamento da classificação da receita orçamentária	46

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Municípios com os maiores IDH-M em 1991.....	79
Gráfico 2: Municípios com os maiores IDH-M em 2000.....	80
Gráfico 3: Municípios com as maiores VIDH-M 1991 - 2000.....	81

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fluxo e classificação dos dispêndios	50
Figura 2: Mesorregiões do Estado da Paraíba	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANO	Ano de fundação do município
CF	Constituição Federal
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CNM	Confederação Nacional dos Municípios
DIST	Distância da capital
FINBRA	Finanças do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LOC	Localização: litoral, borborema, cariri e sertão
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NBC T SP	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público
PIB	Produto Interno Bruto
SAGRES	Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SISTN	Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação
TAMUNIC	Tamanho do município
VAGRI	Variação da despesa por função agricultura
VALFAB	Variação da taxa de alfabetização
VASPREV	Variação da despesa por função assistência e previdência
VDCUST	Variação da despesa de custeio per capita
VDPES	Variação da despesa de pessoal per capita
VDTRANSCAP	Variação da despesa de transferência de capital per capita
VDTRANSCOR	Variação da despesa de transferência corrente per capita
VEDUC	Variação da despesa por função educação
VENF	Variação do percentual de enfermeiros com curso superior
VESC	Variação do nível de escolaridade
VHABURB	Variação da despesa por função habitação e urbanismo
VIDH-M	Variação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
VIDH-M E	Variação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Educação

VIDH-M L	Varição do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Longevidade
VIDH-M R	Varição do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Renda
VINV	Varição da despesa de investimento per capita
VINVFIN	Varição da despesa de inversão financeira per capita
VLEG	Varição da despesa por função legislativa
VMEDIC	Varição de médicos por cada 1.000 habitantes
VMORT	Varição da taxa de mortalidade
VPLAN	Varição da despesa por função planejamento
VPROF	Varição do percentual de professores do fundamental com curso superior
VRPATR	Varição da receita patrimonial per capita
VRSERV	Varição da receita de serviços per capita
VRTRANSCOR	Varição da receita de transferência corrente per capita
VRTRANSFCAP	Varição da receita de transferência de capital per capita
VRTRIB	Varição da receita tributária per capita
VSAUD	Varição da despesa por função saúde

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	20
1 INTRODUÇÃO	20
1.1 Problema em Estudo.....	21
1.2 Objetivos	23
1.2.1 Objetivo Geral	23
1.2.2 Objetivos Específicos:	23
1.3 Justificativa.....	23
1.4 Hipóteses	25
1.5 Metodologia	26
CAPÍTULO II.....	28
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	28
2.1 Breve Histórico sobre a Ciência Contábil	28
2.1.1 O Pensamento Contábil	28
2.1.2 A Ciência Contábil	30
2.1.3 A Teoria da Comunicação e a Informação Contábil	31
2.1.4 Processo de Convergência da Contabilidade no Brasil	33
2.2 Contabilidade Aplicada ao Setor Público.....	38
2.2.1 Princípios Contábeis sob a perspectiva do setor público.....	39
2.2.2 Receitas sob o Enfoque Orçamentário.....	40
2.2.2.1 Classificação da Receita Orçamentária por Categoria Econômica.....	43
2.2.2.1.1 Receitas Correntes.....	43
2.2.2.1.2 Receitas de Capital.....	45
2.2.3 Despesas sob o Enfoque Orçamentário	47
2.2.3.1 Classificação da Despesa Orçamentária por Categoria Econômica	48
2.2.3.1.1 Despesas Correntes	48
2.2.3.1.2 Despesas de Capital.....	48
2.2.3.2 Grupo de Natureza da Despesa - GND.....	48
2.2.3.3 Modalidade de Aplicação	49
2.2.3.4 Classificação Funcional da Despesa	51
2.3 Transparência e Controle da Administração Pública	52
2.3.1 Transparência da Gestão Pública.....	52
2.3.2 Controle da Administração Pública.....	54
2.3.2.1 Classificação das Formas de Controle	55
2.3.2.1.1 Controle Social.....	56
2.4 Eficiência no Setor Público	57
2.5 Índice de Desenvolvimento Humano como Indicador de Eficiência da Gestão Pública Municipal	59
2.5.1 Estudos anteriores semelhantes	61

CAPÍTULO III	63
3 ANÁLISE MULTIVARIADA – REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA	63
3.1 Pressupostos Básicos para o Modelo de Regressão Linear.....	64
3.1.1 Linearidade	64
3.1.2 Homocedasticidade e Heterocedasticidade	65
3.1.3 Independência dos resíduos (não-autocorrelação).....	65
3.1.4 Normalidade	66
3.1.5 Outliers	66
3.1.6 Colinearidade e a Multicolinearidade.....	66
3.2 O Poder de Explicação do Modelo.....	67
3.3 Relação entre as variáveis	67
CAPÍTULO IV.....	69
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	69
4.1 Coleta e Análise de Dados	70
4.2 Variáveis a Serem Analisadas	70
4.3 Delimitação da Pesquisa.....	72
4.4 Limitação da Pesquisa.....	73
4.5 Objeto de Estudo – Municípios do Estado da Paraíba	73
4.5.1 Contextualização	73
4.5.2 Aspectos Econômicos e Sociais da Paraíba.....	74
CAPÍTULO V	76
5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	76
5.1 Descrição das Variáveis	77
5.2 Análise dos Dados	77
5.2.1 Estatística Descritiva Simples	78
5.2.2 Análise de correlação entre as variáveis contábeis e não contábeis	82
5.2.3 Previsão da taxa de variação do IDH-M na dimensão educação - Hipótese 1	82
5.2.4 Previsão da taxa de variação do IDH-M na sua dimensão renda - Hipótese 2.....	86
5.2.5 Previsão da taxa de variação do IDH-M na sua dimensão longevidade - Hipótese 3.....	89
5.2.6 Previsão da taxa de variação do IDH-M na sua forma total versus variáveis contábeis - Hipótese 4.....	93
5.2.7 Previsão da taxa de variação do IDH-M na sua forma total versus receita e despesa por categoria econômica - Hipótese 5.....	96
5.2.8 Previsão da taxa de variação do IDH-M na sua forma total versus despesa por função - Hipótese 6	98
5.2.9 Previsão da taxa de variação do IDH-M na sua forma total versus variáveis não contábeis - Hipótese 7.....	99
5.2.10 Previsão da taxa de variação do IDH-M na sua forma total versus variáveis contábeis e não contábeis - Hipótese Central.....	102

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	106
CONCLUSÕES	106
RECOMENDAÇÕES.....	109
REFERÊNCIAS.....	110
ANEXOS.....	119
PORTARIA Nº 42, MINISTÉRIO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO	119
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL - FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES DE GOVERNO.....	121
APÊNDICES.....	126
<i>APÊNDICE 1 - Municípios paraibanos: Variação do Índice de Desenvolvimento Humano, Variação do Índice de Desenvolvimento Humano na dimensão educação, Variação do Índice de Desenvolvimento Humano na dimensão renda, Variação do Índice de Desenvolvimento Humano na dimensão longevidade e População de 1991.....</i>	<i>127</i>
<i>APÊNDICE 2 - Variáveis explicativas: População de 2000, Tamanho do município, Distância a capital, Ano de fundação e Localização por mesorregião.....</i>	<i>131</i>
<i>APÊNDICE 3 - Variáveis explicativas: PIB, Variação da mortalidade, Variação da taxa de alfabetização, Variação da escolaridade, Variação de enfermeiros com curso superior, Variação de médicos por cada 1000 habitantes e Variação de professores.</i>	<i>135</i>
<i>APÊNDICE 4 - Variáveis explicativas: Variação da receita tributária, Variação da receita patrimonial, Variação da receita de serviço, Variação da receita de transferências correntes e Variação da receita de transferências de capital.....</i>	<i>139</i>
<i>APÊNDICE 5 - Variáveis explicativas: Variação da despesa de custeio, Variação da despesa de pessoal, Variação da despesa de transferência corrente, Variação da despesa de investimento e Variação da despesa de inversões financeiras.....</i>	<i>143</i>
<i>APÊNDICE 6 - Variáveis explicativas: Variação da despesa de transferência de capital, Variação da despesa na função legislativa, Variação da despesa na função planejamento, Variação da despesa na função agricultura, Variação da despesa na função educação, Variação da despesa na função habitação e urbanismo e Variação da despesa na função saúde</i>	<i>147</i>
<i>APÊNDICE 7 - Variáveis explicativas: Variação da despesa na função assistência e previdência</i>	<i>151</i>

CAPÍTULO I

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da Ciência Contábil, a busca pela informação tempestiva e confiável tem sido uma das principais influenciadoras para seu desenvolvimento. Nesse período, os usuários da informação contábil, na tentativa de controlar suas ações mercadológicas, impulsionaram o pensamento e a teoria contábil, demonstrando, assim, que a contabilidade é uma ciência que surgiu do meio exógeno para o endógeno. Esta Ciência tem por finalidade produzir informação fidedigna, tempestiva e que sirva para os gestores direcionar suas ações. Na década de 1990 a administração pública brasileira passou por um processo de transformação da simples administração burocrática para um novo modelo gerencial que necessitava de informações mais precisas e tempestivas.

A descentralização tem sido uma estratégia comum entre os entes federativos na qual é favorecida a transferência de poder, recursos e atribuições para os governos municipais. Assim, um dos entes federativos que mais vem sofrendo os impactos do processo de mudanças da administração pública brasileira desde a década de 1990 são os municípios, fato que se deve a eles estarem bem mais próximos da sociedade e vivenciarem as reais necessidades da coletividade.

Uma das principais modificações em curso, nesse novo contexto, é a transformação do foco de interesse da administração pública de processos para resultados, o que favorece a ênfase nos aspectos de planejamento e controle, visando à utilização ótima dos recursos públicos. Tal fato, aliado ao acesso e a fontes de informações pela população, representa um desafio para a tomada de decisão dos gestores. Em outras palavras, o aumento da transparência e o novo enfoque contábil focalizam a avaliação nos resultados obtidos pela aplicação de recursos nas funções específicas a que se destinam.

Nesse contexto, os relatórios disponibilizados pela contabilidade do setor público apresentam informações econômico-financeiro que direcionam o processo de decisão e devem beneficiar a instrumentalização do controle social. Os gestores terão a responsabilidade de gerir os recursos públicos proporcionando um retorno eficiente através da prestação de bens e serviços para a sociedade. Destarte, a eficiência da gestão pública ainda é algo preocupante e difícil de mensurar no setor público; Gasparini (2003) afirma que “a avaliação pública ainda é um tema cercado de muitos tabus”.

Percebe-se que sobre a mensuração da eficiência na área pública ainda não há uma conformidade plena. Slomski (2005) propôs que a eficiência fosse calculada a partir do Demonstrativo do Resultado Econômico – DRE, também inclusa na NBC T SP 16.6, e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (2010) publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, órgão que normatiza a contabilidade pública no âmbito federal, conforme Decreto Federal nº 6.976/2009 e Lei Federal nº 10.180/2001, direcionando a normatização e uniformização para informar se a gestão está sendo eficiente ou não. Já Matias e Campello (2000) e Kohama (1999) utilizam-se de indicadores para mensurar a gestão da receita e da despesa pública, focando os aspectos orçamentários.

Em meio a tantas formas de tentar mensurar a eficiência ou o desempenho da gestão pública, o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios – IDH-M é utilizado por diversos autores, dentre eles Dholakia e Kumar (2003) e Scarpin (2006). O índice foi lançado pela Organização das Nações Unidas – ONU no início da década de 1990 e propõe verificar o grau de desenvolvimento de um determinado país, estado ou município utilizando alguns indicadores de desempenho: renda, educação e longevidade. Diante da atual realidade política, econômica e social dos municípios, e principalmente por falta de informações adequadas, a variação desse indicador é a forma mais adequada para determinar o nível de eficiência da gestão pública nos municípios.

Diante o exposto, o trabalho pretende avaliar o nível de eficiência da gestão pública nos municípios através da análise multivariada de dados regressão linear múltipla, utilizando-se de modelagem matemática, que possa explicar se há dependência da variação do IDH-M em relação a variáveis que retratam a ação pública obtida com base em informações contábeis econômico-financeiras e não contábeis com ênfase para informações sobre educação e saúde, mesmo sabendo das dificuldades de demonstrar o nível de eficiência da gestão pública nos municípios.

1.1 Problema em Estudo

A verificação da eficiência da gestão dos recursos e das despesas públicas decorre de uma série de fatores econômico-financeiro e sociais e principalmente de uma efetiva arrecadação e aplicação dos recursos por parte das entidades públicas. Nesse contexto, o profissional contábil pode utilizar-se de meios quantitativos, estatísticos ou contabilométricos

para ajudá-lo a indicar as melhores alternativas no processo de planejamento e apontar as melhores decisões que um gestor governamental deve buscar.

A regressão linear múltipla é uma análise multivariada que irá auxiliar as equipes governamentais a alicerçar e apoiar aos gestores nas ações existentes em um processo contínuo de planejamento e gerenciamento dos recursos e dispêndios públicos.

Assim, utilizando-se de modelagem matemática e tomando por base a variação do IDH-M, bem como outros fatores econômico-financeiros e sociais pode-se tentar mensurar a eficiência da gestão pública. O IDH combina três componentes básicos do desenvolvimento humano: longevidade, que também reflete, entre outras coisas, as condições de saúde da população, medida pela esperança de vida ao nascer; educação, medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino fundamental, médio e superior; e renda, medida pelo poder de compra da população, baseado no PIB *per capita* ajustado ao custo de vida local.

Analisando-se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, a finalidade da ciência contábil, que é prestar informações fidedignas direcionadoras no processo de decisão, e a contribuição que a contabilidade aplicada ao setor público no sentido de registrar adequadamente o nível de dispêndios públicos, faz-se a seguinte indagação: ***Será que as informações contábeis (econômico-financeiras), proveniente da contabilidade aplicada ao setor público, e as não contábeis, possuem valor preditivo na determinação da variação do IDH do município demonstrado eficiência da gestão pública municipal?***

Entende-se, neste trabalho, eficiência da gestão pública municipal como sendo a variação positiva do IDH-M alinhada a outros fatores e variáveis. Diante o exposto, pode-se inferir que a variação positiva do IDH-M indica eficiência da gestão pública, o que determina que o ente evoluiu no processo de gestão pública dos recursos e dos dispêndios; IDH-M sem variação indica eficiência neutra; e variação negativa do IDH-M indica que o ente não conseguiu elevar seu nível de eficiência.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Partindo da premissa que eficiência da gestão pública municipal pode ser entendida como variação positiva do IDH-M, assim, para poder responder a questão da pesquisa, este trabalho tem como objetivo geral a utilização de modelagem matemática que possa explicar se há dependência da variação do IDH-M para os municípios da Paraíba, em relação a variáveis que representem a ação pública, obtidas com base em informações contábeis e não contábeis, com destaque para as ações na área da educação e da saúde.

1.2.2 Objetivos Específicos:

Para chegar ao fim desta pesquisa é necessário traçar os seguintes meios:

- ✓ Identificar quais informações contábeis e não contábeis podem ser relevantes na variação do IDH-M;
- ✓ Apontar os municípios com os melhores IDH em 1991 e 2000, e aqueles que tiveram as maiores variações do IDH-M no período analisado;
- ✓ Analisar a correlação entre as variáveis contábeis e não contábeis que fazem parte da variação do IDH-M;
- ✓ Evidenciar as variáveis contábeis e não contábeis que possuem relação com a variação do IDH-M na dimensão educação, variação do IDH-M na dimensão renda, variação do IDH-M na dimensão longevidade e variação do IDH-M completa.

1.3 Justificativa

A informação é o meio pelo o qual a contabilidade aplicada ao setor público pode demonstrar como os recursos e dos dispêndios públicos estão sendo geridos. Desta forma a contabilidade assume um papel importante que é a instrumentalização do controle social, compromisso fundado na ética profissional, que pressupõe o exercício cotidiano de fornecer informações que sejam compreensíveis e úteis a sociedade no desempenho de sua soberana

atividade de controle do uso de recursos e patrimônio público pelos agentes públicos. As informações advêm de demonstrativos contábeis ou de relatórios econômicos e sociais, o que na maioria das vezes é de difícil entendimento para a sociedade em geral.

Neste ínterim, a sociedade anseia por informações que possam justificar a arrecadação ou contribuição dos recursos, bem como informações que demonstrem a aplicação desses recursos de forma eficiente. É função da contabilidade produzir os dados e transformá-los em uma linguagem que os gestores, investidores e principalmente a sociedade possa entender a informação, assim mensurar a eficiência na área pública, embora ainda não exista uma conformidade plena, porém necessária, em relação a essa mensuração.

Uma tentativa de calcular ou de evidenciar a eficiência da gestão pública é demonstrada pela contabilidade aplicada ao setor público a partir do Demonstrativo do Resultado Econômico – DRE, incluso na NBC T SP 16.6, e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (2010) publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, órgão que normatiza a contabilidade pública no âmbito federal, direcionando certa normatização e uniformização para informar se a gestão está sendo eficiente ou não.

Em meio a tantas formas de tentar mensurar a eficiência ou um desempenho da gestão pública, o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios – IDH-M foi utilizado por diversos autores, Dholakia e Kumar (2003) e Scarpin (2006) foram alguns deles. O índice lançado pela Organização das Nações Unidas – ONU no início da década de 1990 propõe verificar o grau de desenvolvimento de um determinado país, estado ou município utilizando alguns indicadores de desempenho: renda, educação e longevidade. Diante da atual realidade política, econômica e social dos municípios, talvez, a variação desse indicador, seja uma forma mais adequada para determinar o nível de eficiência da gestão pública nos municípios.

A referente pesquisa contribui para a tomada de decisão futura a partir das informações geradas aos gestores através da modelagem matemática regressão múltipla demonstrando a eficiência da gestão pública. A relevância do tema ocorre pelo fato dos modelos estatísticos de regressão múltipla serem utilizados como meios de informações mais precisa para a melhor gestão e aplicação dos recursos .

1.4 Hipóteses

Considerando a questão formulada, pode-se direcionar as seguintes hipóteses orientadoras:

Hipótese 1

H0: as informações provenientes da contabilidade aplicada ao setor público não possuem valor preditivo na determinação da taxa de variação do IDH do município na dimensão educação.

Hipótese 2

H0: as informações provenientes da contabilidade aplicada ao setor público não possuem valor preditivo na determinação da taxa de variação do IDH do município na dimensão renda.

Hipótese 3

H0: as informações provenientes da contabilidade aplicada ao setor público não possuem valor preditivo na determinação da taxa de variação do IDH do município na dimensão longevidade.

Hipótese 4

H0: as informações provenientes da contabilidade aplicada ao setor público (variáveis contábeis) não possuem valor preditivo na determinação da taxa de variação do IDH do município.

Hipótese 5

H0: as informações provenientes da contabilidade aplicada ao setor público, receita e despesa por categoria econômica, não possuem valor preditivo na determinação da taxa de variação do IDH do município.

Hipótese 6

H0: as informações provenientes da contabilidade aplicada ao setor público, despesa por função, não possuem valor preditivo na determinação da taxa de variação do IDH do município.

Hipótese 7

H0: as informações provenientes de dados não contábeis, não possuem valor preditivo na determinação da taxa de variação do IDH do município.

Hipótese Central

H0: as informações provenientes da contabilidade aplicada ao setor público e as informações não contábeis do município não possuem valor preditivo na determinação da variação do IDH do município.

1.5 Metodologia

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho será o método dedutivo que consiste num processo sistemático de investigação, envolvendo entre outras etapas sequenciais, a identificação de um problema e a formulação de hipóteses. É classificada predominantemente como quantitativa, quanto à abordagem do problema, pois “traduz em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las” (SOUZA, FIALHO E OTANI, 2007), apesar de existir tratamento qualitativo dos dados.

A pesquisa classifica-se, quanto aos objetivos, em descritiva, pois utiliza-se de técnicas estatísticas a partir do uso da análise estatística de regressão. “Trata-se da descrição do fato ou fenômeno através de levantamentos ou observação” (SOUZA, FIALHO E OTANI, 2007). Já em relação aos procedimentos técnicos, classifica-se em bibliográfico e documental (fazendo uso de fontes primárias e secundárias); é bibliográfico porque obtêm dados através de fontes secundárias, e documental porque utiliza-se de fontes primárias, que não receberam tratamento analítico (LOPES, 2006).

Quanto ao tratamento dos dados será utilizada a análise de regressão múltipla, técnica estatística de dependência na qual você deve ser capaz de classificar as variáveis em dependentes e independentes para demonstrar o poder preditivo destas sobre aquelas. O objetivo da análise de regressão múltipla é usar as variáveis independentes cujos valores são conhecidos para prever os valores da variável dependente selecionada pelo pesquisador. (HAIR JR. *et al*, 2005).

CAPÍTULO II

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Breve Histórico sobre a Ciência Contábil

2.1.1 O Pensamento Contábil

A evolução histórica da contabilidade pode ser evidenciada em achados arqueológicos que mostra vestígios de sistemas de registro de troca de produtos agrícolas e criação de animais, do período mesolítico, na região da antiga Mesopotâmia, no período entre 10.000 e 5.000 anos a.C. Destaca-se, ainda, entre 454 a 406 a.C., na Grécia os primeiros documentos contábeis relacionados a recolhimento de impostos, que provavelmente seriam para a manutenção e necessidades da gestão do estado [SCHMIDT (2000), SÁ (1997) E HERRMANN JR (1996)].

De acordo com Schmidt (2000), os séculos XII e XIII foram marcados pelo início das práticas de partidas dobradas, na cidade de Gênova, dando início aí as escolas do pensamento contábil, de um total de doze escolas. Das várias, escolas podem-se destacar as seguintes: A escola Contista, surgida na Itália, tendo como principais pensadores o frade Luca Pacioli, matemático, que publicou o *Tractatus de Computis et Scripturis*, em 1494 e, na França, Degranges, no século XV. A principal característica dessa escola é o registro do haver e do dever, o método das partidas dobradas e controle de atividades comerciais e do Estado. A teoria defendida pelos contistas contribuiu para o surgimento da Teoria das Cinco Contas Gerais (mercadorias, dinheiro, efeitos a receber, efeitos a pagar e lucros e perdas), que evidenciava os cinco principais efeitos de uma transação comercial.

Outra escola a se destacar entre as principais é a Personalista, que surgiu na metade do século XIX, com as idéias e princípios da personalização das contas e da contraposição de interesses entre o proprietário e terceiros, defendidas por Francesco Marchi e Giuseppe Cerboni.

A escola Neocontista surge na França, no final do século XIX, propondo os fatos modificativos, a descrição do ativo, do passivo e da situação líquida, e afirmava que o objeto

da contabilidade estava representado pela riqueza do Patrimônio. A escola Controlista ou Veneziana, também do final do século XIX, surge das idéias defendidas por Fabio Besta que realizou estudos sobre a gestão das entidades, direção e verificação ou controle, sendo por tal motivo também conhecida como “Ciência do controle econômico” (SCHMIDT, 2000). Já para a escola Aziendalista, que tinha como base a Economia Aziendal, o controle econômico exercido pela contabilidade não constitui seu objeto, mas apenas um de seus instrumentos.

No início do século XX a escola Italiana ou Economia Aziendal, defendida por Gino Zappa, fundamentada no tripé gestão, organização e contabilidade, começa a perder espaço para o pensamento defendido pelo italiano Vincenzo Masi, da Escola Patrimonialista que defendia a idéia do patrimônio como grandeza real, que se modificava com o desenvolvimento de atividades econômicas conhecidas, sendo evidenciado sobre dois aspectos: o estático que permitia o conhecimento do patrimônio em um dado momento e o dinâmico que estuda os aumentos e diminuições no patrimônio provocadas por fatos administrativos, suas principais obras são *La Ragioneria come scienza del patrimonio, Statica Patrimoniale e Dinamica Patrimoniale*. No Brasil, o principal defensor da doutrina patrimonialista foi Frederico Herman Junior. Em meados de 1980, surge uma nova doutrina contábil, a Neopatrimonialista, que tem como principal pensador Antônio Lopes de Sá; que defende a idéia de que os registros contábeis são objetos passíveis de interpretação, no entanto, eles não se constituem como objeto de estudo da contabilidade.

A escola Alemã teve seu desenvolvimento doutrinário advindo das necessidades dos usuários das informações contábeis dos vários setores da sociedade, seguindo o mesmo preceito da ciência contábil. Um dos principais estudiosos da escola alemã foi Eugen Schmalenbach que defendia a teoria do balanço dinâmica, ou seja, ele classificava os balanços com característica estática ou dinâmica. Neste, contexto o balanço estático era utilizado para a determinação do valor e composição do patrimônio em um determinado momento enquanto que o dinâmico tinha a finalidade de apurar o resultado de um exercício. Assim, destaca-se como principal conta do dessa teoria a conta de ganhos e perdas, uma vez que ela revela a movimentação ocorrida em um determinado período, em função da gestão sobre um patrimônio. (SCHMIDT, 2000)

2.1.2 A Ciência Contábil

A Contabilidade é uma ciência que tem como finalidade prestar informação fidedigna e tempestiva e que sirva para o seu usuário. Não adianta, apenas, a informação ser prestada no tempo oportuno, mas que ela seja útil para a tomada de decisão.

Conforme a *American Accounting Association – AAA*, a contabilidade é o processo de identificar, mensurar e comunicar informações econômicas para permitir julgamentos e decisões fundamentais para os usuários da informação, independentemente da classificação da natureza contábil.

O Conselho Federal de Contabilidade – CFC define-a como ciência social cujo objeto é o patrimônio, busca por meio da apreensão, da quantificação, da classificação, do registro, da eventual sumarização, da demonstração, da análise e relato das mutações sofridas pelo patrimônio da entidade particularizada, a geração de informações quantitativas e qualitativas sobre ela, expressas tanto em termos físicos, quanto monetários.

Já de acordo Ferrari (1982), a Ciência Contábil pode ser definida como sendo “conjunto de atitudes e atividades racionais, dirigidos ao sistemático conhecimento com objetivo limitado, capaz de ser submetido à verificação”. Permanente construção de hipóteses e cotejo com a realidade.

Sá (1997), convergindo na mesma linha de pensamento de Ferrari (1982), chega a conclusão sobre a natureza científica da Contabilidade em face desta possuir:

1. Objeto próprio: o patrimônio;
2. Finalidade própria e que é o aspecto de observação específico;
3. Método próprio de observação e condução do raciocínio para o desenvolvimento e pesquisa e que se estriba no indutivo axiomático e no fenomenológico;
4. Tradição;
5. Utilidade, como fonte de conhecimento do comportamento da riqueza aziendal, aplicável a um sem número de utilidades;
6. Teorias próprias como a das aziendas, do redito, do valor, das funções sistemáticas do patrimônio aziendal;

7. Doutrinas científicas próprias e que estabelecem correntes de pensamentos como o patrimonialismo, neopatrimonialismo, aziendalismo e personalismo;
8. Correlação com as outras ciências;
9. Enunciados de verdades universais e perenes sobre os fenômenos de que trata seu objeto;
10. Capacidade de previsões;
11. Meios de levantamento de hipótese, como as derivadas das doutrinas das contingências;
12. Um caráter analítico, ensejando estudos de natureza nuclear funcional da riqueza aziendal.

Assim, conforme exposto acima, pode-se refletir e definir a contabilidade como uma ciência que atende todos os requisitos, como conhecimento científico.

2.1.3 A teoria da comunicação e a informação contábil

A teoria do agir comunicativo pode ajudar a discutir até que ponto a comunicação utilizada pela Ciência Contábil é convergida pelos usuários das informações contábeis. Para Carvalho (1991), a informação fornecida pela contabilidade proporcionará no século XXI, ao contador, que este seja o comunicador da relação entre as entidades. Os princípios da teoria da comunicação podem ajudar a avaliar se a contabilidade consegue cumprir a função da comunicação entre seus usuários e as informações por ela fornecidas. (SMITH; SMITH, 1971; *apud* DIAS FILHO; 2000).

Conforme Iudícibus, Martins e Gelbcke (2006), “a contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização”.

Para Ijiri (1975; *apud* DIAS FILHO; 2000), a contabilidade, como linguagem dos negócios, deve seguir certas regras e adaptar-se às mudanças ambientais para não correr o risco de ser mal interpretada. O mesmo autor ainda alerta que a contabilidade precisa usar uma linguagem mais comum ao meio dos negócios.

Conforme determina a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica – NBC T 1, a informação contábil necessita ter quatro pressupostos básicos: a confiabilidade que determina que o registro e a informação contábil devem reunir requisitos de verdade e de validade que possibilitem segurança e credibilidade; a tempestividade que demonstra a importância da informação no tempo oportuno; a compreensibilidade diz que as informações apresentadas nas demonstrações contábeis devem ser entendidas pelos usuários; e a comparabilidade dos registros e das informações contábeis deve possibilitar a análise da situação patrimonial de entidades do setor público ao longo do tempo e estaticamente, bem como a identificação de semelhanças e diferenças dessa situação patrimonial com a de outras entidades.

Epstein (1988) e Hendriksen e Breda (1999), em seus estudos sobre a informação contábil, tomando por base a Teoria da Comunicação, dizem que a comunicação é um processo em que a eficiência está diretamente ligada ao poder de entendimento e compreensibilidade dos receptores, de forma que a informação contábil deve ser clara e elucidativa, para que as confusões sejam dirimidas. Assim, o gerador da informação contábil parte destes pressupostos para propiciar aos seus usuários, base segura às suas decisões, pela compreensão do estado em que se encontram a entidade, seu desempenho, sua evolução, riscos e oportunidades que oferece.

A missão da ciência contábil é ajudar o usuário no processo de tomada de decisão através de seus demonstrativos contábeis ou através de notas explicativas, apresentadas de forma compreensível e clara para promover a seus usuários alternativas de ações e a seleção daquelas informações que mais se adéquem às suas necessidades, bem como levar em consideração o progresso tecnológico da informação e a redução de barreiras geográficas que possibilitem o surgimento de novas categorias de usuários que estabeleça formas de aprimorar a comunicação contábil (DIAS FILHO; NAKAGAWA, 2001).

Já Iudícibus (2006), afirma que as demonstrações contábeis “devem ser compreensíveis aos que possuem uma noção razoável dos negócios e das atividades econômicas e se disponham a estudá-las com certa diligência”. Assim, o processo de comunicação da informação contábil deve levar em consideração a habilidade que os usuários possuem de interpretá-la adequadamente, de forma a não tornar os demonstrativos contábeis inúteis (CARVALHO, 1991; IUDÍCIBUS, 2006). Portanto, o fornecedor da informação deve repassar-la de forma compreensível para que o usuário possa fazer uso da informação no processo de tomada de decisão, e a evidenciação a instrumentalização do controle social.

Segundo Padoveze (2008), a informação contábil tem uma característica imprescindível que é a mensuração em valor econômico, bem como apoiar o processo de gestão através do seu conteúdo, precisão, confiabilidade e oportunidade. Neste contexto, faz-se necessário que a informação contábil possibilite ao usuário da informação a clareza e o entendimento das demonstrações contábeis de que ele tanto necessita.

Portanto, é necessário saber lidar com a informação contábil, e assim, conscientizar-se de que não basta mais saber escriturar, é necessário entender o que significa o que aconteceu com a riqueza patrimonial e o que se evidencia nas demonstrações.

2.1.4 Processo de Convergência da Contabilidade no Brasil

O século XXI é iniciado com inovações e mudanças na contabilidade dos principais países responsáveis pelas maiores economias do mundo. Tem-se início ao processo de convergência da contabilidade, imposta pela necessidade da integração dos mercados internacionais, tendo como principais escolas, a americana e a anglo-saxônica. Inicialmente o processo foi direcionado ao setor privado, porém abrange também o setor público.

Uma parte desse processo é a correspondência das IPSAS - *International Public Sector Accounting Standards* (Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público) com as IAS - *International Accounting Standards*. Desde 2001 as IAS, passaram a designar-se *International Financial Reporting Standards* (IFRS), no quadro abaixo observa-se a relação entre as IPSAS e as IFRS/IAS dentro do processo convergência.

<i>IPSAS – International Public Sector Accounting Standards</i>			<i>IAS – International Accounting Standards</i>		
ANO	Nº	Objeto de Estudo	ANO	Nº	Objeto de Estudo
2003	01	Apresentação das demonstrações contábeis	1997	01	Apresentação das demonstrações financeiras
2003	02	Demonstração do Fluxo de Caixa	1992	07	Demonstração do Fluxo de Caixa
2003	03	Superávit ou Déficit líquido do	1993	08	Resultado líquido erros

		período, erros fundamentais e alterações contabilísticas			fundamentais e alterações contabilísticas
2003	04	Efeitos da alteração em taxa de câmbio	1993	21	Efeitos da alteração em taxa de câmbio
2003	05	Custos de empréstimos obtidos	1993	23	Custos de empréstimos obtidos
2003	06	Demonstrações contábeis consolidadas	2000	27	Demonstrações contábeis consolidadas
2003	07	Contabilização dos investimentos em entidades associadas	2000	28	Contabilização dos investimentos em entidades associadas
2003	08	Relato financeiro de interesses em empreendimentos conjuntos	2000	31	Relato financeiro de interesses em empreendimentos conjuntos
2003	09	Proveitos de transações de intercâmbio	1993	18	Rédito
2003	10	Relato financeiro em economias hiperinflacionárias	1994	29	Relato financeiro em economias hiperinflacionárias
2003	11	Contratos de construção	1993	11	Contratos de construção
2003	12	Existências	1993	2	Inventários
2003	13	Locações	1997	17	Locações
2003	14	Acontecimentos após a data do balanço	1999	10	Acontecimentos após a data do balanço
2003	15	Instrumentos financeiros: divulgação e apresentação	1998	32	Instrumentos financeiros: divulgação e apresentação
2003	16	Propriedades de investimentos	2000	40	Propriedades de investimentos
2003	17	Ativos tangíveis	1998	16	Ativos tangíveis
2003	18	Relato por segmentos	1997	14	Relato por segmentos

2003	19	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	1998	37	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
2003	20	Divulgação de partes relacionadas	1994	24	Divulgação de partes relacionadas

Quadro 1: Relação entre as IPSAS e as IFRS/IAS

Fonte: Elaboração própria

O principal destaque entre as IPSAS e as IFRS/IAS é o fato da utilização de termos para se referir a situações semelhantes, o que pode facilitar e em algumas situações dificultar o processo de convergência, devido às diferenças culturais, ou particularidades existentes em cada país. No entanto alguns termos foram mais abrangentes no setor público, como por exemplo, o termo empresa, utilizado nas IPAS referindo-se a entidade, como um termo mais abrangente do que empresa, fato que diferencia as empresas comerciais utilizados nas IFRS e as utilizadas no setor público. Já ao termo ativo acrescentou-se o conceito social como fonte geradora de caixa futuros, ou ativos futuros.

No Brasil o processo de convergência foi intensificado a partir das audiências públicas desde edição da Lei Federal nº 11.638, de 27 de dezembro de 2007, sendo criado pelo Conselho Federal de Contabilidade o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e do Grupo Assessor da NBC T SP. Outro fato importante para o setor público foi a publicação da resolução 1.111 de 2007. A expectativa dos principais órgãos normatizadores, o CFC e a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, é que até 2012, a convergência das normas contábeis do setor público brasileiro às IPSAS, seja aplicada em todas as entidades municipais, estaduais e federais. Em relação às etapas necessárias à convergência contábil no setor público brasileiro, elas estão constituídas, em termos amplos, e em torno de quatro ações delineadas pelo CFC, conforme o quadro a seguir.

Ações	Iniciativa
1	Elaboração, discussão e apresentação de projeto de Lei para alterar a Lei Federal nº 4.320 de 1.964
2	Ampla discussão e edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público – NBC T SP.
3	Tradução das IPSAS
4	Convergência das NBC T SP às IPSAS até 2012

Quadro 2: Calendário convergência as IPSAS

Fonte: CFC (adaptado)

Em relação às etapas necessárias à convergência, destaca-se o tratamento científico para os fenômenos e transações da área pública e diferenciação entre ciência social aplicada e legislação; aplicação integral dos Princípios Fundamentais de Contabilidade ao Setor Público conforme a resolução do Conselho Federal de Contabilidade 1.111 de 2007; harmonização de boas práticas de contabilidade entre os entes federados brasileiros; e convergência das normas brasileiras (NBC T SP) às internacionais (IPSAS) até 2012. Neste ponto destacam-se as ações desenvolvidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, a qual lhe foi atribuída, através da Portaria do Ministério da Fazenda nº 184/2008, a responsabilidade de identificar as necessidades de convergência às normas emitidas pela IFAC e pelo CFC.

Assim, os primeiros passos já foram dados, dos quais se destaca as dez primeiras normas aplicadas ao setor público conforme mostra o quadro 3.

Norma	Dispõe sobre
16.1 – Conceituação e objetivos.	Conceituação, objeto e o campo de aplicação
16.2 – Patrimônio e sistemas contábeis.	A definição de patrimônio público, a classificação dos elementos patrimoniais e conceito de sistema e de subsistemas de informações contábeis para entidades públicas.
16.3 – Planejamento e	As bases para o controle contábil do planejamento desenvolvido pelas

seus instrumentos sob enfoque contábil	entidades do setor público.
16.4 – Transações governamentais	Os conceitos, a natureza e as tipicidades das transações no setor público sob o enfoque contábil, quanto á sua natureza econômica-fianceira e administrativa; variações patrimoniais quantitativas e qualitativas e transações que envolvem valores de terceiros.
16.5 – Registro contábil	Os critérios para o registro contábil dos atos e fatos que afetam ou possam vir afetar o patrimônio público; e escrituração contábil.
16.6 – Demonstrações contábeis	As demonstrações contábeis que devem ser elaboradas e divulgadas.
16.7 – Consolidação das demonstrações contábeis	Os conceitos, abrangência e procedimentos para consolidação das demonstrações contábeis no setor público.
16.8 – Controle interno	As definições de controle interno, sua abrangência, classificação; ambiente de controle; e procedimentos de prevenção detecção e monitoramento.
16.9 – Reavaliação e depreciação de bens	Os critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão.
16.10 – Avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público	Os critérios de avaliação e mensuração dos ativos e passivos das entidades do setor público, inclusive considerando conceitos como redução ao valor recuperável e valor justo.

Quadro 3: Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Fonte: Elaboração própria

Dentre as principais mudanças, direcionada pela contabilidade aplicada ao setor público, destaca-se o fato de enfatizar o foco *patrimonial*, adotando o princípio de competência na sua integralidade para as receitas (variação patrimonial aumentativa - VPA) e para as despesas (variação patrimonial diminutiva – VPD), no entanto ainda permanece o conceito *orçamentário* previsto na Lei Federal nº 4.320/64 Art. 35, de principio misto, o de arrecadação para as receitas e o de anualidade do empenho para as despesas. Outro ponto

ênfatisado nas normas é o que demonstra a importância da informação contábil para a sociedade, a instrumentalização do controle social, que direciona a transparência e o *accountability*. E por fim, a essência sobre a forma, que abrange aspectos da contabilidade criativa.

2.2 Contabilidade Aplicada ao Setor Público

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público constitui ramo da Ciência Contábil, portanto deve observar os Princípios Fundamentais de Contabilidade, que representam a essência das doutrinas e teorias relativas dessa ciência. Kohama (2010), afirma que a Contabilidade Pública é um dos ramos mais complexos da Ciência Contábil. É uma especialização da Ciência Contábil que estuda os registros de atos e fatos administrativos obtendo resultados e elaborando relatórios seguindo normas e princípios da administração pública.

Angélico (2006), afirma que se pode entender como contabilidade pública a disciplina que aplica, na administração pública, as técnicas de registro e apurações contábeis em harmonia com as normas gerais do Direito Financeiro.

Assim, entende-se que a Contabilidade Aplicada ao Setor Público é relevante para o serviço da transparência dos atos e fatos governamentais, possibilitando aos referidos gestores uma administração eficiente e eficaz para tomada de decisões, bem como acompanhamento da gestão pública e efetivação do controle social por parte da população.

A NBC T SP 16.1 define o objeto da Contabilidade Pública como sendo o patrimônio das entidades públicas, e tem como seu principal objetivo fornecer informações aos usuários interessados neste patrimônio, como também *fornecer aos usuários informações* sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza *orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio* da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social. (Grifo do autor)

A função social da Contabilidade Aplicada ao Setor Público deve refletir, sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar informações necessárias à tomada de decisões, à prestação de contas e à instrumentalização do controle social.

As entidades abrangidas pelo campo de aplicação devem observar as normas e as técnicas próprias, considerando-se o seguinte escopo:

(a) integralmente, as entidades governamentais, os serviços sociais e os conselhos profissionais;

(b) parcialmente, as demais entidades do setor público, para garantir procedimentos suficientes de prestação de contas e instrumentalização do controle social. (NBC T SP 16.1).

2.2.1 Princípios contábeis sob a perspectiva do setor público

A ciência, inclusive a contábil, é impulsionada por uma série de princípios que as sustentam. Eles são a ideologia do sistema contábil, seguidos de postulados básicos e de seus fins. A resolução CFC 1.111/07 define os princípios contábeis como sendo as pedras angulares e vigas-mestres do sistema, assim, a resolução reforça o entendimento de que os princípios contábeis são aplicáveis de forma integral no setor público. Destarte, interpreta-os conforme demonstra-se abaixo:

Entidade: este princípio se afirma pela autonomia e responsabilização do patrimônio a ele pertencente. Assim, a autonomia patrimonial tem origem na destinação social, ou seja, a autonomia dada a uma entidade pública será interligada a sua função social, sendo assim a autonomia dada a uma universidade pública vai até o ponto de suas ações sociais ligadas as ações educacionais, sem prejuízo da prestação de contas pelos agentes públicos.

Continuidade: sob a perspectiva do setor público, esse princípio vincula-se ao restrito cumprimento da destinação social do seu patrimônio. Sendo assim, se a destinação social do patrimônio de uma universidade pública é a educação de cursos de graduação, então a sua continuidade deverá perdurar até que se cumpra sua finalidade, ou seja, até que se extingue a necessidade de cursos de graduação.

Oportunidade: esse princípio é base indispensável à integridade e à fidedignidade dos registros contábeis dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade pública. É orientado por sua interpretação que o profissional contábil passa a ter mais independência, aproximando-se da essência sobre a forma, pois a integridade e a fidedignidade dizem respeito ao reconhecimento das variações independente do cumprimento das formalidades legais.

Registro pelo Valor Original: esse talvez seja um dos princípios mais importante, pois mantém o valor original dos componentes dos registros dos atos e fatos contábeis. Esse princípio não deve ser confundido com o custo histórico, corresponde ao valor resultante de consensos de mensuração com agentes internos ou externos, com base em valores de entrada.

Competência: o princípio determina que as transações e os eventos devam ser reconhecidos na ocorrência dos respectivos fatos geradores, mesmo que não haja pagamento ou mesmo recebimento. Sendo assim, os atos e fatos que afetam o patrimônio público devem ser contabilizados tomando por base esse princípio, e os seus efeitos devem ser evidenciados nas Demonstrações Contábeis do exercício financeiro com o qual se relacionam, **complementarmente ao registro orçamentário das receitas e das despesas públicas na sua ocorrência.** Essa interpretação reforça a idéia que o Princípio da Competência é aplicado de forma integral para receita e despesas patrimoniais. (grifo do autor).

Prudência: as estimativas de valores que afetam o patrimônio devem refletir a aplicação de procedimentos de mensuração que prefiram montantes, menores para ativos, entre alternativas igualmente válidas, e valores maiores para passivos.

2.2.2 Receitas sob o enfoque orçamentário

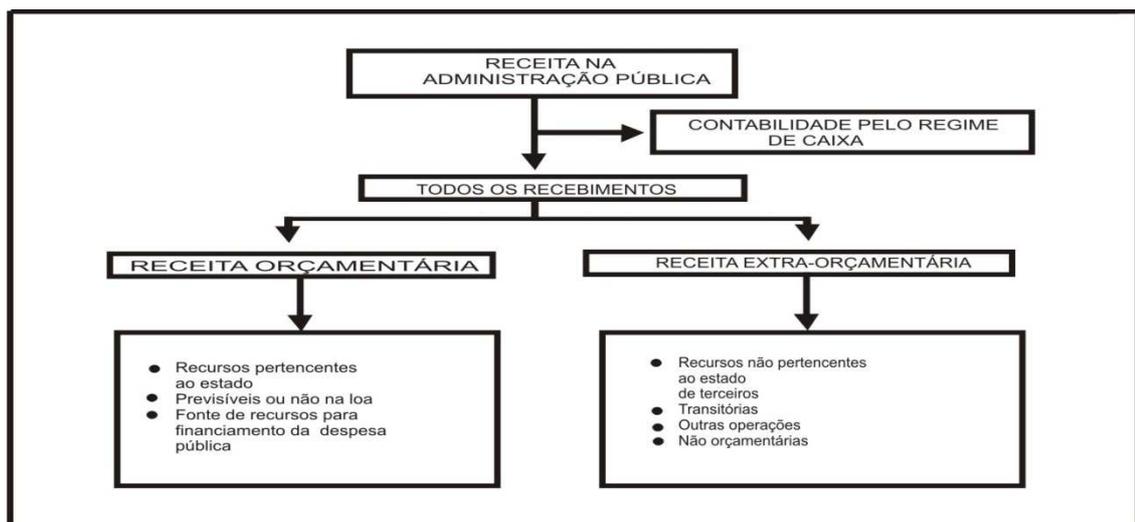
Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 2010), receita pelo o enfoque orçamentário, são disponibilidades de recursos financeiros do exercício orçamentário e cuja finalidade precípua é viabilizar a execução das políticas públicas, a fim de atender às necessidades coletivas e demandas da sociedade.

Segundo os ensinamentos de Silva (2009), dentre os recursos temos as entradas que se incorporam de forma definitiva ao patrimônio e aqueles que são restituídos no futuro. O que significa que no primeiro grupo temos as receitas públicas (sticto sensu) e no segundo, temos os ingressos públicos. Portanto, os **ingressos ou receitas** correspondem a todas as quantias recebidas pelos cofres públicos, entretanto as receitas públicas correspondem aos ingressos que, integrando-se ao patrimônio público sem quaisquer reservas, condições ou correspondência no passivo, vem aumentar o patrimônio da entidade. (Grifo do autor).

Outra linha de pensamento é defendida por Kohama (2010) o qual define receita pública de forma mais abrangente:

“Entende-se, genericamente, por Receita Pública todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos, quer seja efetivado através de numerário ou outros bens representativos de valores – que o Governo tem o direito de arrecadar em virtude de leis, contratos ou quaisquer outros títulos de que derivem direitos a favor do Estado -, quer seja oriundo de alguma finalidade específica, cuja arrecadação lhe pertença ou caso figure como depositário dos valores que não lhe pertencerem.”

Em sentido amplo, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se Receitas Públicas, registradas como orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário, ou extra-orçamentárias, quando representam apenas entradas compensatórias. Para melhor ilustrar o acima exposto visualizar-se no quadro abaixo as diferenças existentes entre os ingressos da receita. Em sentido estrito, chamam-se públicas apenas as receitas orçamentárias:



Quadro 4: Procedimentos do ingresso da receita pública

Fonte: Bezerra Filho (2004)

Aliomar Baleeiro (apud HARADA, 2001) define receita pública do ponto de vista doutrinário:

“Receita pública é a entrada que, *integrando-se* no patrimônio público sem quaisquer reserva, condições ou correspondência no passivo, vem *acrescer* o seu vulto, como *elemento novo e positivo*.” (Grifo do autor)

Diante o exposto observam-se duas linhas de pensamentos referentes ao tocante as definições de receitas públicas, aquela que defende receita pública como sendo todo e

qualquer ingresso aos cofres públicos, seja ela de caráter legal, ou temporário em que sua arrecadação configure valores que não pertencem ao Estado, podendo ser devolvido em qualquer ocasião. Entretanto, na concepção doutrinária majoritária, as entradas ou ingressos em que o Estado detenha a função de depositário desses valores não são consideradas receitas públicas.

Expressa Bezerra Filho (2004), de forma sucinta, que “a receita na Administração Pública representa as operações de ingressos de recursos financeiros nos cofres públicos[...]”. Neste contexto, Harada (2001) afirma que:

“O importante é deixar claro que o conceito de receita pública não se confunde com o de entrada. Todo ingresso de dinheiro aos cofres públicos caracteriza-se uma entrada. Contudo, nem todo ingresso corresponde a uma receita pública. Realmente, existem ingressos que representam meras “entradas de caixa”, como cauções fianças, (...) que são representativos de entradas provisórias que devem ser, oportunamente devolvidas.”

Outro ponto de divergência entre alguns autores é se as operações de créditos e as alienações de bens são receitas públicas. É mister ressaltar que a legislação vigente, Lei Federal nº. 4.320/64, art. 105, parágrafo 4º, exige que a peça orçamentária anual considere como receita, para fins orçamentários, alguns tipos de ingressos que não se caracterizam como receita pública como é o caso da receita de operações de créditos e de alienações de bens.

Nesse contexto, embora haja obrigatoriedade de a Lei Orçamentária Anual lhes registrar a previsão de arrecadação, a mera ausência formal do registro dessa previsão, no citado documento legal, não lhes retiram o caráter de orçamentárias, haja vista o art. 57 da Lei no 4.320, de 1964, determinar classificar-se como Receita Orçamentária toda receita arrecadada que porventura represente ingressos financeiros orçamentários, inclusive se provenientes de operações de crédito, exceto: operações de crédito por antecipação de receita – ARO , emissões de papel moeda e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

Os ingressos extra-orçamentários são recursos financeiros de caráter temporário e não integram a Lei Orçamentária Anual. O Estado é mero depositário desses recursos, que constituem passivos exigíveis e cujas restituições não se sujeitam à autorização legislativa. Exemplos: depósitos em caução, fianças, operações de crédito por antecipação de receita orçamentária – ARO, emissão de moeda e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros. São extra-orçamentários os que não podem ser “previstos” no orçamento e que

têm caráter transitório. Correspondem a fatos de natureza financeira, decorrentes da própria gestão das entidades. O Estado, nesse caso, é simples depositário de valores que serão restituídos na época oportuna aos interessados, inclusive por decisão administrativa ou sentença judicial.

2.2.2.1 Classificação da Receita Orçamentária por Categoria Econômica

Em relação à classificação da receita orçamentária, segundo Kohama (2010) “é consubstanciada no orçamento público, consignada na Lei Orçamentária, cuja especificação deverá obedecer à discriminação constante do Anexo nº 3, da Lei Federal nº 4.320/64”. Para tanto, a classificação legal da receita orçamentária encontra-se fundamentada no art. 11: a receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas correntes e receitas de capital.

2.2.2.1.1 Receitas correntes

São as tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes.

As receitas correntes podem ser classificadas em:

- I. Originárias – resultante da venda de produtos ou serviços colocados à disposição dos usuários ou da cessão remunerada de bens e valore;
- II. Derivadas – são obtidas pelo Estado em razão de sua autoridade coercitiva, mediante a arrecadação de tributos e multas.

A seguir, são descritas as classificações das receitas correntes, nos seguintes níveis de origem, conforme MCASP (2010):

Receita Tributária

São os ingressos provenientes da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria. Dessa forma, é uma receita privativa das entidades investidas do poder de tributar:

União, Estados, Distrito Federal e os Municípios. Algumas peculiaridades do poder de tributar devem ser consideradas nessa classificação.

No ente tributante, a transferência de recursos arrecadados deverá ser registrada como dedução de receita ou como despesa orçamentária, de acordo com a legislação em vigor; No ente beneficiário ou aplicador deverá ser registrado o recebimento dos recursos como receita tributária ou de transferência, de acordo com a legislação em vigor e no caso de recursos compartilhados entre Entes da Federação, quando um é beneficiado pelo tributo de outro, é necessária a compatibilidade entre os registros dos respectivos entes.

Receita de Contribuições

É o ingresso proveniente de contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de intervenção nas respectivas áreas.

Receita Patrimonial

É o ingresso proveniente da fruição do patrimônio, pela exploração de bens imobiliários ou mobiliários, e da participação societária.

Receita Agropecuária

É o ingresso proveniente da atividade ou da exploração agropecuária de origem vegetal ou animal. Incluem-se nessa classificação as receitas advindas da exploração da agricultura (cultivo do solo), da pecuária (criação, recriação ou engorda de gado e de animais de pequeno porte) e das atividades de beneficiamento ou transformação de produtos agropecuários em instalações existentes nos próprios estabelecimentos.

Receita Industrial

É o ingresso proveniente da atividade industrial de extração mineral, de transformação, de construção e outras, provenientes das atividades industriais definidas como tal pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Receita de Serviços

É o ingresso proveniente da prestação de serviços de transporte, saúde, comunicação, portuário, armazenagem, de inspeção e fiscalização, judiciário, processamento de dados, vendas de mercadorias e produtos inerentes à atividade da entidade e outros serviços.

Transferência Corrente

Na ótica orçamentária, são recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas de manutenção ou funcionamento relacionadas a uma finalidade pública específica, mas que não correspondam a uma contraprestação direta em bens e serviços a quem efetuou a transferência.

Outras Receitas Correntes

Neste título, inserem-se multas e juros de mora, indenizações e restituições, receitas da dívida ativa e as outras receitas não classificadas nas receitas correntes anteriores. São os ingressos correntes provenientes de outras origens, não classificáveis nas anteriores.

2.2.2.1.2 Receitas de capital

São as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinado a atender despesas classificáveis em despesas de capital e, ainda, o superávit do orçamento corrente. (MCASP, 2010)

A seguir, são descritas as classificações das receitas de capital, nos seguintes níveis de origem:

Operações de Crédito

São os ingressos provenientes da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos e financiamentos obtidos junto a entidades estatais ou privadas internas ou externas.

Alienação de Bens

São os ingressos financeiros com origem específica na classificação orçamentária da receita proveniente da alienação de bens móveis ou imóveis de propriedade do ente público.

Amortização de Empréstimos

São os ingressos financeiros provenientes da amortização de financiamentos ou empréstimos concedidos pelo ente público em títulos e contratos.

Transferências de Capital

São recursos financeiros recebidos de outras pessoas de Direito público ou privado e destinados para atender despesas em investimentos ou inversões financeiras, a fim de satisfazer finalidade pública específica; sem corresponder, entretanto, a contraprestação direta ao ente transferidor

Outras Receitas de Capital

São os ingressos de capital provenientes de outras origens, não classificáveis nas anteriores.

Diante o exposto, observa-se que em relação à classificação da receita, em correntes e de capital, não há conceito melhor do que definições mediante aos preceitos legais da Lei Federal nº 4.320/64 e aquele evidenciado no MCASP (2010).

O quadro abaixo ilustra a classificação da receita orçamentária, quanto a sua natureza:



Quadro 5: Detalhamento da classificação da Receita Orçamentária

Fonte: Bezerra Filho (2004)

Observa-se que, além do registro dos fatos ligados à execução orçamentária, exige-se a evidenciação dos fatos ligados à administração financeira e patrimonial, de maneira que os fatos modificativos sejam levados à conta de resultado e que as informações contábeis permitam o conhecimento da composição patrimonial e dos resultados econômicos e financeiros de determinado exercício.

A contabilidade deve evidenciar, tempestivamente, os fatos ligados à administração orçamentária, financeira e patrimonial, gerando informações que permitam o conhecimento da composição patrimonial e dos resultados econômicos e financeiros.

Portanto, com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, deve haver o registro da variação patrimonial aumentativa ou diminutiva, independentemente da execução orçamentária, em função do fato gerador, observando-se os princípios da competência e da oportunidade.

2.2.3 Despesas sob o enfoque orçamentário

As despesas são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de saída de recursos ou redução de ativos ou incremento de passivos, que resultem em decréscimos do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de distribuição aos proprietários da entidade.

Dessa forma, despesa orçamentária é fluxo que deriva da utilização de crédito consignado no orçamento da entidade, podendo ou não diminuir a situação líquida patrimonial, (MCASP, 2010). A despesa pública pode ser considerada como toda saída de recursos, a qualquer título, pelos agentes pagadores para quitar gastos orçamentários ou em lei especial (ANDRADE, 2002).

A classificação da despesa orçamentária, segundo a sua natureza, compõe-se de:

- I – Categoria Econômica;
- II – Grupo de Natureza da Despesa; e
- III – Elemento de Despesa.

A natureza da despesa será complementada pela informação gerencial denominada “modalidade de aplicação”, a qual tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de Governo ou por outro Ente da Federação e suas respectivas entidades, e objetiva, precipuamente, possibilitar a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados.

2.2.3.1 Classificação da Despesa Orçamentária por Categoria Econômica

2.2.3.1.1 Despesas correntes

As despesas correntes são os gastos de natureza operacional (KOHAMA, 2010), ou seja, aquelas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. Em geral, a Despesa Orçamentária Corrente coincide com a Despesa Orçamentária Efetiva. Entretanto, há despesa corrente não-efetiva como, por exemplo, a despesa com a aquisição de materiais para estoque e a despesa com adiantamento são despesas correntes que representam um fato permutativo (MCASP, 2010).

Dentre as despesas correntes a que mais preocupa o gestor é a despesa com pessoal de natureza remuneratória decorrente do efetivo exercício de cargo, emprego ou função de confiança no setor público, do pagamento dos proventos de aposentadorias, reformas e pensões, das obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de salários, contribuição a entidades fechadas de previdência, outros benefícios assistenciais classificáveis neste grupo de despesa (SILVA, 2009).

2.2.3.1.2 Despesas de Capital

As despesas de capital são os gastos realizados pela Administração Pública para constituir um bem de capital ou agregar valor a um bem já existente, mediante aquisições ou incorporações entre entidades do setor público para o setor privado, ou seja, com o propósito de adquirir ativos reais. As despesas de capitais provocam mutações patrimoniais e se dividem em: investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida (MAGALHÃES *et al.*, 2006)

2.2.3.2 Grupo de Natureza da Despesa - GND

De acordo com os conceitos do MCASP (2010) o GND é um agregador de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme discriminado a seguir:

1 – Pessoal e Encargos Sociais: despesas orçamentárias com pessoal ativo e inativo e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar no 101/2000.

2 – Juros e Encargos da Dívida: despesas orçamentárias com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária.

3 – Outras Despesas Correntes: despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.

4 – Investimentos: despesas orçamentárias com *softwares* e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

5 – Inversões Financeiras: despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis neste grupo.

6 – Amortização da Dívida: despesas orçamentárias com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

2.2.3.3 Modalidade de Aplicação

A modalidade de aplicação tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de Governo ou por outro

Ente da Federação e suas respectivas entidades e objetiva, precipuamente, possibilitar a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados. Também indica se tais recursos são aplicados mediante transferência para entidades privadas sem fins lucrativos, outras instituições ou ao exterior.



Figura 1: Fluxo e classificação dos dispêndios

Fonte: MCASP, 2010.

Na área pública, o regime orçamentário reconhece a despesa orçamentária no exercício financeiro da emissão do empenho e a receita orçamentária pela arrecadação.

“Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I – as receitas nele arrecadadas;

II – as despesas nele legalmente empenhadas.”

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público, assim como qualquer outro ramo da ciência contábil, obedece aos Princípios Fundamentais de Contabilidade. Dessa forma, aplica-se o princípio da competência em sua integralidade, ou seja, os efeitos das transações e outros eventos são reconhecidos quando ocorrem, e não quando os recursos financeiros são recebidos ou pagos.

O art. 35 da Lei nº 4.320/1964 refere-se ao regime orçamentário e não ao regime patrimonial aplicável ao setor público. Observa-se que, além do registro dos fatos ligados à execução orçamentária, exige-se a evidenciação dos fatos ligados à execução financeira e patrimonial, exigindo que os fatos modificativos sejam levados à conta de resultado e que as informações contábeis permitam o conhecimento da composição patrimonial e dos resultados econômicos e financeiros de determinado exercício.

Portanto, com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, deve haver o registro da variação patrimonial diminutiva em razão do fato gerador, observando os Princípios da Competência e da Oportunidade.

2.2.3.4 Classificação Funcional da Despesa

O melhor entendimento da abrangência e da orientação prevalecente em um orçamento público é alcançado com a análise das classificações das receitas e, principalmente, das despesas públicas. Isso porque “[...] a classificação orçamentária é um meio de observação e dá à informação sobre operações governamentais a forma e estrutura essenciais à análise e inferência” (BURKHEAD, 1971).

O autor considera a classificação funcional ou por funções como a “***classificação para os cidadãos***” porque gera informações gerais sobre as operações do governo, podendo ser apresentadas em uma espécie de “orçamento resumido”. O objetivo principal da Classificação Funcional é mostrar, de maneira sintética, “em que” são gastos os recursos públicos: educação, saúde, assistência social, direitos de cidadania, administração etc. (grifo do autor).

A classificação funcional segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando responder basicamente à indagação “em que” área de ação governamental a despesa será realizada. (MCASP, 2010).

A atual classificação funcional foi instituída pela Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do então Ministério do Orçamento e Gestão, e é composta de um rol de funções e subfunções prefixadas, que servem como agregador dos gastos públicos por área de ação governamental nas três esferas de Governo. Trata-se de classificação de aplicação comum e obrigatória, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o que permite a consolidação nacional dos gastos do setor público.

A função é representada pelos dois primeiros dígitos da classificação funcional e pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. A função se relaciona com a missão institucional do órgão, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa, que, na União, guarda relação com os respectivos Ministérios.

A subfunção, indicada pelos três últimos dígitos da classificação funcional, representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar cada área da atuação governamental, por intermédio da agregação de determinado subconjunto de despesas e identificação da natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções (MCASP, 2010).

As subfunções podem ser combinadas com funções diferentes daquelas às quais estão relacionadas na Portaria Ministério do Planejamento Orçamento Gestão nº 42/1999. Existe ainda a possibilidade de matricialidade na conexão entre função e subfunção, ou seja, combinar uma função com qualquer subfunção.

Deve-se adotar como função aquela que é típica ou principal do órgão. Assim, a programação de um órgão, via de regra, é classificada em uma única função, ao passo que a subfunção é escolhida de acordo com a especificidade de cada ação governamental.

A Portaria MPOG nº 42/99 define, em seu anexo, 28 funções e 109 subfunções aplicáveis a todos os entes da federação, possibilitando, dessa forma, a consolidação das contas públicas e a comparação entre diferentes entidades.

2.3 Transparência e Controle da Administração Pública

2.3.1 Transparência da gestão pública

Em relação à transparência, Cruz *et al* (2009), relata que o princípio da transparência busca repassar ao público acesso a informações relativas à política fiscal, divulgando as mesmas segundo padrões de confiabilidade, abrangência e comparabilidade. Para tanto, as informações divulgadas estão cada vez mais refletidas no aumento de pessoas acessando a internet, popularizando dessa forma, as informações de desempenho da administração pública.

A transparência é enfocada pela Lei de Responsabilidade Fiscal e juntamente com a participação na administração pública, atuam como fatores determinantes para um controle mais efetivo da sociedade diante da gestão pública.

Nesse contexto, Sobrinho e Araújo (2001) relatam que “a transparência buscada pela lei tem por objetivo permitir à sociedade conhecer e compreender as contas públicas”. Observa-se a partir do enfoque, que a transparência procurada pela lei tem por finalidade permitir à sociedade ser conhecedora e compreender as contas públicas.

Um dos pontos importantes da LRF que trata também da transparência está relacionado à obrigatoriedade relatada no artigo 49, no qual se enfatiza que as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo devem ficar à disposição da sociedade, durante todo o exercício, para que todo cidadão e as possíveis instituições possam consultar, sendo que essas contas devem estar no Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração.

Reforçando os aspectos do controle social, foi publicado em 27 de maio de 2009, a Lei Complementar nº 131, introduziu um novo artigo (48-A), que altera a LRF no que se refere à transparência pública, especialmente ao determinar a disponibilização de informações sobre a execução orçamentária e financeira da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Essa Lei estabelece que todos os gastos e receitas públicos deverão ser divulgados em meios eletrônicos. Para tanto, os municípios com mais de 100 mil habitantes, bem como, os órgãos estaduais e federais, têm o prazo de um ano para se adequarem a nova forma. É importante, ressaltar que até maio de 2013, todas as entidades federativas deverão se adequar às exigências introduzidas pela Lei Complementar nº 131/2009.

Ainda em relação às alterações do art. 48 Cardoso (2009) relata que, a referida norma deixou de possuir um caráter meramente programático. Como se verificou, nos termos da redação original do referido dispositivo, havia um “incentivo” à participação popular e realização de audiências públicas no processo de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e do próprio orçamento. Esse “incentivo” foi mantido na nova redação dada pela Lei Complementar nº 131/2009.

Além disso, o art. 48-A garante a toda pessoa física ou jurídica acesso as informações importantes para a gestão fiscal. Contudo, é interessante destacar, que qualquer cidadão, sindicato ou associação e partido político podem denunciar a qualquer momento o descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Pode-se registrar que a transparência, não deve ser confundida com o princípio da publicidade, evidenciado, na Constituição Federal, pois não é necessário apenas a divulgação dos atos e números de gestão, se faz necessário que a mesma seja demonstrada de modo que a sociedade de forma geral venha a ter condições de interpretá-los.

2.3.2 Controle da Administração Pública

O controle é o ato de verificar a execução de determinada atividade, cotejando-a com seus objetivos preestabelecidos, bem assim as normas e princípios que a orientam. Nessa linha, a Cartilha Controle Social (2010), elaborada pela Controladoria-Geral da União, traz a definição “Controlar significa verificar se a realização de uma determinada atividade não se desvia dos objetivos ou das normas e princípios que a regem.”

O Estado Democrático de Direito consagrado pela Constituição da República Federativa do Brasil tem como corolário o efetivo controle sobre a Administração Pública, com a maior amplitude possível. Justifica-se tal assertiva a partir da constatação de que o povo, como parte do Estado, é titular de todo o poder e verdadeiro possuidor da res pública.

A administração pública, desse modo, é apenas gestora do patrimônio público, que não lhe pertence. Deve, então, garantir a supremacia do interesse público e a indisponibilidade deste, bem como promover meios de prestação de contas (accountability) à sociedade, modelando suas ações à transparência (disclosure) necessária.

Portanto, accountability e disclosure são valores essenciais e obrigatoriamente presentes num governo democrático. A prestação de contas foi, inclusive, elevada ao patamar de princípio constitucional sensível, pela Carta de 1988, ou seja: sua inobservância acarreta “a sanção politicamente mais grave existente em um Estado Federal, a intervenção na autonomia política” (MORAES, 2003). Desde logo, percebe-se a acentuada importância da figura do controle e seus agentes no cenário da administração pública.

2.3.2.1 Classificação das formas de controle

Há, na literatura, uma variada classificação que alberga as inúmeras formas pelas quais se exerce o controle da administração pública. É especialmente relevante a divisão do controle quanto à origem, explicitada a seguir, conforme os ensinamentos de Mello (2008).

Controle interno trata-se da forma de controle realizada por órgãos integrantes da própria estrutura do poder controlado, a exemplo da atividade desenvolvida pela Controladoria Geral da União, integrante da estrutura do poder executivo e que funciona como órgão central do Sistema de Controle Interno do citado Poder. A autotutela da administração é espécie de controle interno e, no mesmo sentido, o controle exercido pelas chefias sobre os atos de seus subordinados é também controle interno. Com efeito, enumeram-se duas grandes vertentes no âmbito do controle interno: o controle administrativo e o controle de gestão.

O controle interno, sob o aspecto do controle de gestão, encontra suporte constitucional no art. 74 da Constituição Federal de 1988. Somente leitura dos dispositivos acima transcritos demonstra a relevância da missão do sistema de controle interno, na estrutura político-administrativa do país. O cotejamento entre planejado e executado, no que concerne às metas definidas nos instrumentos legais de planejamento, bem como a avaliação da gestão, sob os prismas da legalidade e eficiência, alçam o controle interno à patamar notável no âmbito da estrutura do poder no qual está inserido.

A contrário sensu, o controle externo caracteriza-se pela presença de um órgão controlador alheio à estrutura do Poder controlado. Tal controle é pressuposto da harmonia entre os Poderes, que se limitam e democratizam pelo sistema de freios e contrapesos (*checks and balances*). A Constituição Federal de 1988, em seu art. 70, concede a titularidade do controle externo ao congresso nacional. Analogamente, nos demais entes federativos, o poder legislativo é detentor desse importante encargo de fiscal da administração pública. A atribuição do controle externo da Administração pelo Legislativo deriva do fato de ser este o Poder autorizador das despesas públicas (controle político), por meio da aprovação da Lei Orçamentária.

Especialmente, com relação aos municípios, a Constituição regulamentou de maneira peculiar o exercício do controle externo, na matéria de julgamento das contas do chefe do Poder Executivo: em tais entes, o parecer do Tribunal de Contas competente só deixará de

prevalecer mediante o voto de dois terços dos membros da câmara municipal. Trata-se de salutar dispositivo que busca, em sua essência, evitar a que a cooptação do Legislativo pelo Executivo municipal possa interferir no julgamento político das contas de gestão municipal.

Já o Controle Social pode ser entendido como a fiscalização, monitoramento e controle da administração pública exercidos diretamente pelo cidadão, pela sociedade civil organizada. Aqui, em contraponto às formas de controle acima mencionadas, o principal agente é o próprio povo, que tem nos órgãos tradicionais de controle (Ministério Público, Tribunais de Contas) apenas mais um de seus instrumentos.

2.3.2.1.1 Controle Social

Conforme Ribeiro e Borborema (2006), o processo de redemocratização nacional “proporcionou uma crescente conscientização da sociedade brasileira quanto à necessidade de contribuir para o aperfeiçoamento e controle dos gastos públicos”.

Com isso a administração pública tem se inovado e sentido a necessidade de cada vez mais se desburocratizar, se descentralizar, tornando-se assim flexível, para tanto se faz necessário mais transparência nas ações públicas para que se possa controlar e avaliar de forma adequada os recursos públicos.

A partir do enfoque surge o controle social como forma inovadora do controle dos atos dos administradores públicos. De acordo com a NBCT SP 16.1 a instrumentalização do controle social é o compromisso fundado na ética profissional, que pressupõe o exercício do cotidiano, de fornecer informações que sejam compreensíveis e úteis aos cidadãos no exercício da soberana atividade de controle do uso de recursos e patrimônio público pelos agentes públicos.

Cabral *et al* (2002), afirma que o foco no cidadão trouxe nova dinâmica às administrações públicas democráticas. Ouvir o cidadão de forma individual ou coletivamente, de forma permanente, fazer do setor público um instrumento da população.

Diante do pressuposto enfatizado pode-se observar que a participação popular se faz necessária para a administração pública, pois a mesma atua como instrumento de sustentabilidade da própria administração.

Logo, essas informações têm que ser dadas de maneira clara e objetiva, para tanto, é necessário que as mesmas quando divulgadas não sejam apenas “dados”, uma vez que se faz necessário que a informação torne o cidadão capaz de compreender e entender os atos dos gestores públicos.

De acordo com Sobrinho e Araújo (2001), “qualquer cidadão ou instituição da sociedade pode consultar e ter acesso às contas do Chefe do Executivo. Durante todo o exercício essas contas deverão estar disponibilizadas”.

De maneira geral pode dizer que o controle social é o direito e ou dever da sociedade de fiscalizar as ações dos gestores públicos, bem como, participar visando à proposição de alternativas e de soluções, com o objetivo de elaborar planos e políticas em todas as áreas de interesse social. (RIBEIRO; BORBOREMA, 2006)

2.4 Eficiência no Setor Público

A eficiência da gestão pública é um processo ainda difícil de mensurar, Slomski (2005) afirma que “a eficiência está relacionada ao custo de produção ou à forma pela qual os recursos são consumidos. A eficiência evidencia-se quando a relação consumo produto ficou dentro do esperado”. Assim, o que mais dificulta o processo de mensuração da eficiência é como chegar à relação custo de produção e consumo do produto dentro do esperado, comparado com outros produtos iguais ou semelhantes, levando em conta os desperdícios, e se atendeu os melhores resultados para as necessidades da coletividade.

Para Hendriksen e Van Breda (1999), a eficiência é a obtenção do melhor resultado, ou o máximo resultado, a partir de um dado volume de recursos, certo resultado com um mínimo de recursos, ou ainda, uma combinação do ótimo da utilização dos recursos, dada a demanda pelo produto e dado o preço, permitindo rentabilidade máxima para os proprietários. “[...] eficiência é um termo relativo, e só possui significado quando comparado a algum ideal ou a uma outra base”.

No contexto do setor público, espera-se que os gestores cheguem ao máximo resultado ou ao ótimo da utilização dos recursos auferidos da sociedade, permitindo a rentabilidade máxima para esta sociedade a partir do usufruto dos serviços e/ou produtos, prestados pela gestão municipal (estatal, e federal), desde que exista uma maneira de comparar produtos e/ou

os serviços e verificar se estes estão abaixo do valor fornecido por outras entidades, mantendo a mesma qualidade.

Slomski (2005) reforça a idéia que a eficiência refere-se não só a menor quantidade de recursos consumidos na produção de serviços e produtos para a sociedade, mas a expectativa da sociedade quanto a tempestividade, oportunidade e/ou a qualidade, a qual a administração pública deve ser capaz de proporcionar a partir do que foi arrecado da coletividade, proporcionando o bem-estar da sociedade.

Importante não confundir eficiência com eficácia, nem tão pouco com efetividade. São termos bem semelhantes, mas que tem conclusões diferentes. A eficiência trata da relação entre os recursos que estão sendo aplicados e o produto que está sendo obtido a partir destes recursos (PEREIRA, 2005; SLOMSKI, 2005; HENDRIKSEN E VAN BREDA 1999). A eficácia é alcançada quando a administração na consecução de seus objetivos atinge as metas a que se propôs. A efetividade procura identificar o grau em que os objetivos e as metas planejados foram alcançados e, se não o foram, as causas que dificultaram ou impediram a sua plena consecução. Refere-se, portanto, à consecução dos objetivos e das metas programadas, focando fundamentalmente, as causas da eventual ineficiência da sua atuação.

Efetividade refere-se a qualidade do resultado que é alcançado. Abrange um conceito mais amplo, que busca avaliar os resultados advindos das ações, além de procurar avaliar se essas ações estão em consonância com as demandas e necessidades manifestadas pela sociedade. Refere-se aos efeitos e impactos causados por essas ações, além de buscar as causas de eventuais insucessos. Foca fundamentalmente, os reais benefícios que as ações trarão para a sociedade (TCU, 2000b). Assim, é necessário que haja eficiência, eficácia e efetividade numa atividade, programa ou projeto da área pública para que proporcione resultados relevantes, e a que se propôs.

A eficiência mede a relação custo-benefício da atuação, ou seja, é a capacidade de obter a maior produção de bens e/ou serviços com a mínima utilização de insumos ao menor custo operacional possível, sem que haja o comprometimento da qualidade. Refere-se à obtenção de níveis máximos de produção com níveis mínimos de recursos. Foca, fundamentalmente, a adequação do processo de produção à consecução dos objetivos pretendidos (ROCHA, 1990; TCU, 2000b; INTOSAI, 2004).

Neste contexto, a mensuração da eficiência no setor público passa a ser um desafio para a Ciência Contábil, tendo em vista sua função social e a necessidade de prestar

informação para a tomada de decisão e para o processo de instrumentalização do controle social. A contabilidade pode tratar os dados e transformá-los em uma linguagem que os gestores, investidores e principalmente a sociedade possa entender a informação, contudo mensurar a eficiência na área pública ainda não há uma conformidade plena, porém necessária.

Uma tentativa de calcular ou de evidenciar a eficiência da gestão pública é demonstrada pela contabilidade aplicada ao setor público a partir do Demonstrativo do Resultado Econômico – DRE, inclusa na NBC T SP 16.6, e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 2010) publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, direcionando certa normatização e uniformização para informar se a gestão está sendo eficiente ou não.

Em meio a tantas formas de tentar mensurar a eficiência ou um desempenho da gestão pública, o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios – IDH foi utilizado por diversos autores: Dholakia e Kumar (2003) e Scarpin (2006). Diante da atual realidade política, econômica e social dos municípios, talvez, a variação desse indicador, seja uma forma mais adequada para determinar o nível de eficiência da gestão pública nos municípios.

A referente pesquisa contribui para a tomada de decisão futura a partir das informações geradas aos gestores através da modelagem matemática regressão múltipla demonstrando a eficiência da gestão pública.

2.5 Índice de Desenvolvimento Humano como indicador de eficiência da gestão pública municipal

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH é um indicador comparativo de pobreza, alfabetização, esperança de vida dentre outros fatores. O ideal é que o valor do índice esteja próximo de 1 (um), o que demonstra que o país, estado ou município atingiu o desenvolvimento.

A utilização da variação deste indicador pode ser considerada um bom caminho para verificar se a entidade está sendo eficiente ou não quanto a gestão de recursos públicos. Caso a variação do indicador seja positiva tem-se eficiência, os municípios que mantêm elevado ou próximo de 1 o seu IDH, também refletem eficiência da gestão. Assim, nem sempre um IDH

abaixo do esperado significa ineficiência, porém a variação positiva deste indicador determinaria eficiência da gestão pública municipal. Ou não, caso não dependa da ação Pública. De fato, espera-se que o IDH reflita tanto a ação pública como outras interferências externas, como o crescimento econômico, por exemplo.

De acordo com Scarpin (2006), para aplicar-se IDH ao nível municipal, criando-se o índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M), faz-se necessário algumas adaptações. Com base na metodologia do Atlas de Desenvolvimento Humano, disponível no menu ajuda do *software* do referido Atlas, estas adaptações se devem ao fato que o IDH foi inicialmente planejado para o cálculo de sociedade razoavelmente fechada, do ponto de vista econômico e demográfico. Já os municípios são espaços geopolíticos relativamente abertos e por este motivo foram realizadas algumas adaptações nos indicadores.

É importante entender como se comportam os índices para poder trabalhar os dados de forma adequada. Na dimensão renda, não é usado o produto interno bruto, pois a realidade municipal é diferente da realidade nacional. Muitas vezes pode ocorrer que grande parte do PIB gerado num município sirva apenas para renumerar fatores de produção pertencentes a indivíduos não residentes no município. Assim, com o objetivo de melhor caracterizar as reais possibilidades de consumo da população local, o Atlas de Desenvolvimento Humano (2003) optou por substituir o PIB *per capita* pela renda familiar *per capita* média do município.

Na dimensão educação também foram feitas adaptações; de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano (2003), é feita uma relação entre a frequência e o nível de matrículas. A vantagem é que o dado de frequência é coletado diretamente das pessoas, ao invés dos estabelecimentos de ensino.

Na concepção de Scarpin (2006), o IDH-M pode ser calculado para os municípios, estado e regiões e o Brasil como um todo, porém quando comparado com o IDH, mostra diferenças, mesmo quando os dois índices se referem à mesma unidade ou região e ao mesmo período. Em decorrência das adaptações feitas no IDH-M o valor deste indicador tende a ser menor quando comparado com o IDH. Assim, este indicador deverá ser comparado com ele mesmo, ou seja, IDH-M só pode ser comparado com IDH-M, no que se refere a mesma unidade geográfica em outro ano, ou para outra unidade geográfica.

2.5.1 Estudos anteriores semelhantes

O IDH está sendo utilizado em diversos estudos e com finalidades diferentes, dentre elas destacando-se a aplicação dos recursos, com intuito de identificar o nível de eficiência da gestão destes recursos. Dentre os estudos destaca-se a dissertação de mestrado (2000) e a tese de doutoramento de Gasparini (2003); no primeiro estudo foi verificada a eficiência dos municípios pernambucanos referentes à educação e cultura, saúde e saneamento, habitação, desenvolvimento e serviços administrativos e urbanísticos com relação à quantidade de habitantes e ao IDH dos municípios. Já na tese foi verificado o nível de eficiência dos estados brasileiros em relação à educação e a saúde e da eficiência dos municípios do estado de São Paulo.

Em 2003, o Instituto Paraense de Desenvolvimento Econômico e social – IPARDES, efetuou estudos com base no IDH-M do ano de 2000 no Estado do Paraná. O objetivo do estudo foi analisar a evolução do IDH do Estado do Paraná da década de 1970 até a década de 2000, comparando com os períodos e com os outros da Região Sul do Brasil e com o Estado de São Paulo.

Estudo de Dholakia e Kumar em 2003 demonstra o desempenho econômico de 187 países para identificar os 50 melhores países, durante a década de 1981 a 2000. O trabalho faz um *ranking* do desempenho econômico, considerando na amostra os países desenvolvidos bem como os subdesenvolvidos, para tanto utilizou-se da análise multivariada.

O estudo de Scarpin (2006) buscou contribuir com a elaboração de novos conhecimentos relativos ao impacto dos gastos públicos na formação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), com o intuito de poder direcionar as políticas públicas, de modo que possam alocar seus recursos da forma mais eficiente possível, tendo como objetivo geral apontar uma modelagem matemática para determinar o valor futuro do IDH-M para os municípios do Estado do Paraná, com base em dados contábeis e outras variáveis.

Em 2008 Faria *et al*, publicaram uma pesquisa realizada em 62 municípios do Estado do Rio de Janeiro. O objetivo foi verificar a eficiência da aplicação dos recursos públicos com educação, cultura, saúde e saneamento e indicadores da condição de vida da população no ano de 2000, através da análise DEA.

O trabalho mais recente utilizando o IDH foi a tese de mestrado feito por Vieira em 2009, que procurou evidenciar a eficiência na aplicação de recursos públicos em políticas sociais, na educação e na saúde, em 102 municípios alagoanos com a utilização de informações contábeis. Conforme o estudo as informações contábeis geradas pela esfera pública são de grande utilidade para o gestor público, desde que utilizadas de forma direcionada, e proporcionam meios para a verificação da eficiência no setor público. Ela concluiu que parte dos municípios alagoanos apresenta eficiência na alocação dos recursos públicos relativos a saúde e educação.

CAPÍTULO III

3 ANÁLISE MULTIVARIADA – REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA

A análise de regressão linear múltipla é uma técnica estatística ou método de análise apropriado quando o problema de pesquisa envolve uma única variável dependente métrica considerada relacionada a duas ou mais variáveis independentes métricas (HAIR JR. *et al*, 2005). Assim, regressão linear múltipla é uma das técnicas da análise multivariada, que poderá ser usada para melhorar a capacidade de análise do comportamento da gestão dos recursos e das despesas públicas e o aumento da objetividade e confiabilidade das informações contábeis, através da análise das variáveis que possam estar relacionadas com a da gestão.

Para Gujarati (2006), a análise de regressão preocupa-se em estudar a dependência de uma variável dependente em relação às variáveis explanatórias, com vistas a estimar e/ou prever o valor médio (da população) da primeira em termos dos valores conhecidos ou fixados (em amostragens repetidas) das segundas. Neste contexto, o objetivo da análise de regressão múltipla é prever possíveis mudanças relacionadas a variável dependente, a partir das alterações nas variáveis independentes. Hair Jr. *et al* (2005), afirma que esse objetivo pode ser alcançado por meio da regra estatística dos mínimos quadrados, estimando-se os valores de $\beta_0 + \beta_1 + \beta_{2i} + \dots + \beta_k$, de modo que a soma dos quadrados dos erros de previsão seja minimizada.

O modelo genérico da regressão linear múltipla é dado pela expressão abaixo, quando aplicado a uma amostra de tamanho n . (LEVINE *et al*, 2005).

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_i + \beta_2 X_{2i} + \dots + \beta_k X_{ki} + \varepsilon_i \quad i = 1, 2, \dots, n$$

Em que:

- I. Y é a variável dependente ou explicada;
- II. X_i é a variável independente;
- III. β_0 é o intercepto ou termo independente de variável;

- IV. β_1 é o vetor de coeficiente de inclinação de Y em relação à variável X_1 , mantendo constantes as variáveis X_2, X_3, \dots, X_k ;
- V. β_2 é o vetor de coeficiente de inclinação de Y em relação à variável X_2 , mantendo constantes as variáveis X_1, X_3, \dots, X_k ;
- VI. β_k é o vetor de coeficiente de inclinação de Y em relação à variável X_k , mantendo constantes as variáveis $X_1, X_2, X_3, \dots, X_{k-1}$; e
- VII. ε_i é o erro aleatório em Y , para a observação i , $i = 1, 2, \dots, n$.

A correlação entre as variáveis mede o grau de relacionamento entre duas variáveis, a regressão dá uma equação que descreve o relacionamento em termos matemáticos. Assim, a regressão compreende a análise de dados amostrais para identificar a relação entre duas ou mais variáveis, demonstrando uma equação matemática que descreva o relacionamento. A modelagem matemática pode ser usada para estimar, ou prever valores futuros de uma variável quando se conhecem ou se supõem conhecidos valores das outras variáveis.

3.1 Pressupostos Básicos para o Modelo de Regressão Linear

Para o modelo de regressão faz-se necessário alguns pressupostos que direcionam a modelagem matemática e que são necessários para a adequada estimação. Portanto, é importante que o pesquisador verifique se a modelagem atende pelo menos os seguintes pressupostos:

3.1.1 Linearidade

A linearidade inclui o distúrbio estocástico aditivo, ela se refere à forma pela qual os parâmetros e o distúrbio entram na equação e não necessariamente entre a relação entre as variáveis envolvidas. Assim, a relação não linear da forma $y = Ax^\beta e^\varepsilon$ pode ser linearizada através do uso dos logaritmos de x e y : $\ln y = \alpha + \beta \ln x + \varepsilon$, (BAPTISTELLA, 2005 *apud* GREENE, 1997).

Segundo Hair Jr. *et al* (2005), o conceito de correlação é baseado em uma relação linear, o que a torna uma questão crucial na análise de regressão. A linearidade é facilmente examinada por meio de gráficos de resíduos. Destarte, qualquer padrão curvilíneo consistente nos resíduos indica que uma ação corretiva aumentará a precisão preditiva do modelo, bem como a validade dos coeficientes estimados.

3.1.2 Homocedasticidade e heterocedasticidade

Para Hair Jr. *et al* (2005), a homocedasticidade é a descrição de dados para os quais a variância dos termos de erro (ϵ) aparece constante no intervalo de valores de uma variável independente. Neste contexto deseja-se que os erros sejam aleatórios, se isto não ocorre há heterocedasticidade, ou seja, a possibilidades de ocorrerem erros de grande proporção, o que significa tendenciosidade nos erros. A homocedasticidade pode ser verificada, através de gráficos de resíduos, caso haja heterocedasticidade, devem ser feitas transformações nas variáveis, cortar através de logaritmos.

3.1.3 Independência dos resíduos (não-autocorrelação)

Para existir autocorrelação é necessário que os erros sejam correlacionados com os valores anteriores ou posteriores na série. Pode surgir por especificação incorreta do modelo da regressão, por causa de erros na forma do modelo ou por exclusão de variáveis independentes importantes para a análise.

A verificação da autocorrelação pode ser pela análise do gráfico dos resíduos cotejados com os valores preditos, onde este deve apresentar pontos dispersos aleatoriamente, sem nenhum padrão definido ou pelo teste de Durbin-Watson.

3.1.4 Normalidade

A análise de regressão baseia-se na hipótese de que os erros seguem uma distribuição normal (conhecida também como distribuição de Gauss). A normalidade dos resíduos é uma condição fundamental para a definição de intervalos de confiança e testes de significância.

3.1.5 Outliers

Um dado é considerado *outlier* quando contém grande resíduo em relação aos demais que compõem a amostra e assim tem comportamento muito diferente dos demais (Dantas, 1998). Assim, é primordial que o pesquisador conheça bem seus dados, para que possa controlar os *outliers*, pois um erro grande modifica significativamente os somatórios, alterando os coeficientes da equação.

3.1.6 Colinearidade e a multicolinearidade

A colinearidade é a associação, medida como a correlação, entre duas variáveis independentes, enquanto que a multicolinearidade refere-se a correlação entre três ou mais variáveis independentes. Hair Jr. *et al* (2005), explica que o impacto da multicolinearidade é reduzir o poder preditivo de qualquer variável independente na medida em que ela é associada com outras variáveis independentes. Quando a colinearidade aumenta, a variância única explicada por cada variável independente diminui e o percentual da previsão compartilhada aumenta.

Para Johnston (1986), a existência de relações lineares entre as variáveis independentes, de tal forma correlacionadas umas às outras, torna difícil, talvez impossível isolar suas influências separadas e obter uma estimativa precisa de seus efeitos relativos. A multicolinearidade geralmente é causada pela própria natureza dos dados, principalmente nas áreas de economia com variáveis que representam valores de mercado. Assim, a multicolinearidade pode também ocorrer devido à amostragem inadequada (ELIAN, 1998).

3.2 O Poder de Explicação do Modelo

Para verificar se o modelo deve ser ajustado, faz-se necessário conhecer o coeficiente de correlação múltipla ao quadrado ou coeficiente de determinação (R^2). Existe uma ligação entre o R^2 e a estatística F , assim o coeficiente de determinação informa o poder de explicação do modelo em função das p variáveis independentes consideradas. O R^2 é encontrado a partir da razão da Soma de Quadrados da Regressão - SQRegr (variação explicada) com a Soma de Quadrados Total – SQT (variação total do modelo).

$$R^2 = \frac{\sum_{i=1}^n (y_i - \hat{y})^2}{\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2}, \text{ onde: } 0 < R^2 < 1$$

Dependendo da forma do ajuste ele poderá explicar boa parte da variação total e conseqüentemente, o valor de R^2 ficará próximo de 1, desta forma o coeficiente de determinação torna-se uma medida da qualidade do ajuste. O coeficiente apresenta desvantagem, pois para uma mesma amostra ele cresce na medida em que aumentam o número de variáveis independentes incluídas no modelo, não levando em consideração o número de graus de liberdade perdidos a cada parâmetro estimado

3.3 Relação entre as variáveis

O coeficiente de correlação é uma medida que expressa como as variáveis estão relacionadas entre si. Este coeficiente varia entre os limites -1 e 1 podendo, ser positivo (correlação direta) ou negativo (correlação indireta). Se o coeficiente for nulo $\rho = 0$, significa que não há relação entre as variáveis. E se for igual a 1 ou -1, tem-se uma relação perfeita. Com base em n observações do par (X, Y) este parâmetro é estimado pela estatística,

$$\rho = r = \frac{\sum_{i=1}^n (X_i - \bar{X})(Y_i - \bar{Y})}{\sqrt{(\sum_{i=1}^n (X_i - \bar{X})^2)(\sum_{i=1}^n (Y_i - \bar{Y})^2)}} = \frac{\sigma_{xy}}{\sigma_x \sigma_y}$$

O estudo do relacionamento entre um conjunto de variáveis pode ser realizado aplicando diversas técnicas, desde os coeficientes de correlação de Pearson, de Spearman, Análise Fatorial, dentre outras.

CAPÍTULO IV

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho será o método dedutivo que consiste num processo sistemático de investigação, envolvendo entre outras etapas sequenciais, a identificação de um problema e a formulação de hipóteses. É classificada predominantemente como quantitativa, quanto à abordagem do problema, pois “traduz em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las” (SOUZA; FIALHO; OTANI, 2007), destarte pressupõe tratamento qualitativo dos dados.

A pesquisa classifica-se, quanto aos objetivos, em descritiva, pois utiliza de técnicas estatísticas a partir do uso da análise de regressão. “Trata-se da descrição do fato ou fenômeno através de levantamentos ou observação” (SOUZA; FIALHO; OTANI, 2007). Já em relação aos procedimentos técnicos, classifica-se em bibliográfico e documental (fazendo uso de fontes primárias e secundárias); é bibliográfico porque obtêm dados através de fontes secundárias, e documental porque utiliza-se de fontes primárias, que não receberam tratamento analítico (LOPES, 2006).

Quanto ao tratamento dos dados será utilizada a análise de regressão múltipla, técnica estatística de dependência na qual você deve ser capaz de classificar as variáveis em dependentes e independentes para demonstrar o poder preditivo destas sobre aquelas. O objetivo da análise de regressão múltipla é usar as variáveis independentes cujos valores são conhecidos para prever os valores da variável dependente selecionada pelo pesquisador. (HAIR JR. *et al* 2005)

Assim, o modelo de regressão múltipla, o qual ajudará a equipe de planejamento e orçamento a traçar caminhos alternativos para a gestão dos recursos públicos bem como predizer alterações na variação do IDH-M, e demonstrar se o município é eficiente na gestão dos recursos pública é:

$$Y_i = \beta_1 + \sum \beta_j X_{ij} + \varepsilon_i$$

Após definir o modelo econométrico, efetua-se a regressão linear múltipla, sendo os dados analisados através dos *softw RATS e o Microsoft Excel 2007*[®]. Foi necessário elaborar a matriz de correlação para identificar a colinearidade e a multicolinearidade entre as variáveis.

4.1 Coleta e Análise de Dados

A pesquisa em tela é caracterizada como do tipo documental, visto que foi feita a coleta de dados econômico-financeiros e sociais dos demonstrativos e relatórios dos municípios paraibanos disponibilizados no sítio (site) da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, disponíveis no *link* Finanças do Brasil – FINBRA, do Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação - SISTN que consta com uma média de 60% (por cento) dos municípios brasileiros enviando dados para a Caixa Econômica Federal e repassados para a Secretaria do Tesouro Nacional. Buscou-se ainda dados contábeis dos municípios, no sistema SAGRES desenvolvido pelo Tribunal de Contas do Estado e no Atlas do Desenvolvimento Humano.

Buscou-se, também, dados nas *homepages* dos municípios. Já o site do Ministério da Educação, disponibiliza o número de crianças matriculadas nas escolas, o número de estabelecimento de ensino, o número de professores e o nível de instrução dos mesmos. No site do Ministério da Saúde e no da Confederação Nacional dos Municípios - CNM, pode-se utilizar os dados referentes a quantidade de consultas médicas por habitante do município, dentre outras informações.

Os dados são analisados no período 1991 e 2000 para as variáveis contábeis e não contábeis, bem como para a variação do IDH-M. A pesquisa será feita utilizando-se a Análise Multivariada de dados, Regressão Linear Múltipla, neste íterim, a base teórica dessa modelagem matemática será explanada em capítulo próprio.

4.2 Variáveis a Serem Analisadas

Para a escolha das variáveis buscou-se identificar elementos que pudessem justificar a eficiência da gestão municipal relacionados com IDH. Foram selecionadas, de acordo com a hipótese, as seguintes variáveis:

I - Variáveis Dependentes

A variável dependente foi baseada na variação do IDH, determinando se o município tem uma boa gestão pública, temos as seguintes variáveis dependentes: ***Varição do IDH-M global, Varição do IDH-M na dimensão educação, Varição do IDH-M na dimensão renda e Varição do IDH-M na dimensão longevidade***: definidas como a variável dependente “Y” ou indicador de eficiência da gestão pública municipal (os municípios mais eficientes seriam aqueles que demonstrassem maior variação em seu IDH, e não aquele com maior IDH). Então Y (eficiência da gestão pública municipal) seria uma função $Y = f(X_i)$, onde os X_i são as variáveis independentes demonstradas no item II.

II - Variáveis Independentes

As variáveis explicativas selecionadas, contábeis e não contábeis, somam um total de 30 (trinta). Optou-se por se trabalhar com variáveis em valor *per capita*, com isto tenta-se justificar a disparidade populacional entre os municípios.

1. Características do município:

- Tamanho do município;
- Distância do município à capital: mede, em Km, a distância do município até a capital do Estado
- Localização geográfica: Sertão, Borborema, Zona da Mata e Litoral (Micros ou mesorregião)
- Produto Interno Bruto - PIB per capita;

2. Características não contábeis (sociais)

- Variação da taxa de mortalidade;
- Variação da taxa Alfabetização;
- Variação da taxa escolaridade;
- Variação de enfermeiros com curso superior;
- Variação de médicos para cada mil habitantes;
- Variação de professores com curso superior;

3. Características contábeis (econômico-financeiras)

I – Receita e despesa por categoria econômica

- Variação da receita tributária per capita;
- Variação da receita patrimonial per capita;
- Variação da receita de serviços per capita;
- Variação da receita de transferências correntes per capita;
- Variação da receita de transferência de capital per capita;
- Variação da despesa de custeio per capita;
- Variação da despesa de pessoal per capita;
- Variação da despesa de transferência corrente per capita;
- Variação da despesa de investimento per capita;
- Variação da despesa de inversão financeira per capita;
- Variação da despesa de transferência de capital per capita;

II – Despesa por função

- Variação da despesa por função legislativa per capita;
- Variação da despesa por função planejamento per capita;
- Variação da despesa por função agricultura per capita;
- Variação da despesa por função educação per capita;
- Variação da despesa por função habitação e urbanismo per capita;
- Variação da despesa por função saúde per capita; e
- Variação da despesa por função assistência e previdência.

4.3 Delimitação da Pesquisa

A pesquisa está delimitada aos aspectos da variação do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que é uma medida que tem como dimensões principais a renda (pobreza), a educação (representada pelo índice de alfabetização), e a saúde (representada pela esperança de vida). Partiu-se da premissa de que o IDH é um indicador de eficiência de gestão municipal. As variáveis estão evidenciadas no tópico 4.2 que serão analisadas para os

municípios da Paraíba que tenham os dados ou que possam ser substituídos, em relação aos dispêndios e recursos do período de 1991 e 2000.

4.4 Limitação da Pesquisa

O estudo tem como fator limitante a disponibilidade de dados, pois apenas 60% do total de municípios enviam seus dados ao Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação – SISTN, assim algumas variáveis não foram disponibilizadas, nem tão pouco em outras formas, por exemplo, nos sites dos municípios, desta forma restringindo o âmbito da pesquisa de 230 municípios para 161 em média para cada hipótese analisada. O SISTN é à base de várias atividades da STN, porém o sistema apresenta diversas limitações, tais como: flexibilidade, gestão indireta e manutenção onerosa.

4.5 Objeto de Estudo – Municípios do Estado da Paraíba

4.5.1 Contextualização

A Paraíba destaca-se por ser um estado revolucionário na história do Brasil, participando em várias reivindicações e revoltas, dentre elas destacando-se a Revolta do Quebra-Quilo e o Movimento de Princesa. A Paraíba encontra-se localizada no leste da região Nordeste. Com uma área de 56.584,6 km² de área territorial, o estado caracteriza-se como um dos menores do país, apesar de estar dividido em 223 municípios. Destacam-se como cidades mais populosas: João Pessoa (capital), Campina Grande, Santa Rita, Patos, Sousa e Bayeux.

Por toda parte, dentro da Paraíba, existem análogos problemas de seca, condições sociais e similares. Grande parte do território está incluída na região semi-árida do Nordeste, ou seja, dentro da zona do polígono das secas. Por ser cortado pelo Planalto da Borborema, a região sertaneja do Estado possui um clima bastante seco; isso ocorre pelo fato das passagens de massas de ar serem interrompidas de seguirem para o sertão, impedindo que as chuvas vindas do leste cheguem ao interior. A Paraíba faz limites ao leste com o oceano atlântico, ao oeste limita-se com o Ceará, ao norte com o Rio Grande do Norte e ao sul com o Estado de Pernambuco.

4.5.2 Aspectos Econômicos e Sociais da Paraíba

Conhecer os aspectos econômicos, sociais e políticos, faz-se necessário, pois é através desta situação que pode-se entender algumas diferenças cruciais entre os municípios que serão parte dos dados e que nos faz conhecer melhor algumas particularidades. O principal fator motivador para escolher o Estado da Paraíba, foi o fato de morar, conhecer e vivenciar as realidades econômicas e sociais do litoral ao sertão desse Estado.

A Paraíba divide-se em quatro mesorregiões, assim denominadas, de acordo com a classificação estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. O mapa abaixo mostra as mesorregiões da Paraíba: Mata Paraibana, Agreste, Borborema e Sertão Paraibano. Cada mesorregião divide-se em microrregiões, no estado existem 23 microrregiões, neste caso a análise dos dados poderá ser feita de forma individual, por mesorregião ou por microrregião, o que neste caso pode-se verificar e comparar características de regiões diferentes, porém com o mesmo nível populacional, arrecadação de receitas, bem como o nível de gestão dos recursos públicos.



Figura 2: Mesorregiões do Estado da Paraíba

Fonte: IBGE

A zona da mata paraibana compreende um território úmido que acompanha o litoral. Esta é a parte mais povoada e urbanizada do estado e onde fica a capital do Estado, João

Pessoa. O agreste é uma região de transição entre a zona da mata e o sertão. A predominância do clima é o semi-árido, apesar das chuvas constantes. Destaca-se a economia da cana-de-açúcar, sisal, algodão e a pecuária. A principal cidade desta região é Campina Grande, o segundo maior município do Estado paraibano.

A Borborema localiza-se entre o agreste e o sertão, é uma região de chuvas escassa, e onde ocorre o fenômeno das secas. A principal economia é a extração mineral, sisal, o algodão e a pecuária de caprinos.

O sertão de predominância de vegetação conhecida como caatinga, tem um clima seco, porém com rios intermitentes que cortam algumas cidades, ou quase todo o sertão, como é o caso do rio Piranhas e do Piancó. A economia é de predominância pecuarista de corte e do cultivo do algodão, principal cultivo da região, porém, em queda há bastante tempo.

CAPÍTULO V

5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo são apresentadas a descrição e análise dos dados, que possam permitir verificar os resultados da pesquisa, bem como a análise de eficiência da gestão pública dos municípios do estado da Paraíba utilizando a análise multivariada de dados.

Nesse contexto, buscou-se a partir da variação do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que é uma medida que tem como dimensões principais a renda (pobreza), a educação (representada pelo índice de alfabetização), e a saúde (representada pela esperança de vida), evidenciar, através de regressão linear múltipla, a eficiência da gestão municipal, assim, partiu-se da premissa de que o IDH é um indicador de eficiência de gestão municipal.

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano quanto mais próximo de 1 (um) o IDH, mais desenvolvido é o município. Assim, se um município manteve seu IDH próximo de 1 (um), ou se teve variações positivas, estes municípios teria uma gestão considerada eficiente. Esta é uma aproximação, uma vez que o IDH reflete a ação de diversos atores, entre os quais os próprios beneficiários; mas a ação municipal, por estar mais próxima dos munícipes, pode influenciar positivamente a saúde e a educação, através de oferta de serviços ampliada e de qualidade, e de forma indireta a renda.

Destarte, apesar de um município apresentar um IDH abaixo do esperado não significa que os seus recursos estejam sendo empregados de forma ineficiente, pois os recursos podem estar sendo empregados de forma eficiente, permitindo elevar o IDH, mas ainda assim, não conseguirem elevar o IDH de modo a atingir um nível adequado ou próximo de 1 (um).

Tomando-se o IDH como um indicador de gestão municipal, o primeiro passo da análise foi identificar, dentre um conjunto de variáveis, quais seriam as variáveis independentes, explicativas da variação do IDH, tanto servindo como variáveis controle como as relacionadas com a gestão municipal. Para tanto, foi determinada como variável dependente a variação do IDH-M na sua forma geral, IDH-M na dimensão educação, IDH-M na dimensão renda e IDH-M na dimensão longevidade, assim esses são indicadores que podem ser utilizados como parâmetros de eficiência da gestão municipal. Como variáveis independentes foram utilizadas características econômico-financeiras (contábil), características do município e características sociais (não contábil).

5.1 Descrição das Variáveis

Para a análise dos dados foram utilizados dois grupos de variáveis: as contábeis e as não contábeis. As variáveis contábeis incluem: as receitas e despesas por categoria econômica: variação da receita tributária, variação da receita patrimonial, variação da receita de serviços, variação da receita de transferências correntes, variação da receita de transferência de capital, variação da despesa de custeio, variação da despesa de pessoal, variação da despesa de transferência corrente, variação da despesa de investimento, variação da despesa de inversão financeira, variação da despesa de transferência de capital; e a variação das despesas por função: educação, habitação e urbanismo, saúde, assistência e previdência.

Já as variáveis não contábeis foram selecionadas quanto às características do município (ano de fundação, tamanho do município, distância da capital, localização e o PIB) e características sociais (variação da mortalidade, variação da alfabetização, variação da escolaridade, variação de enfermeiros, variação de médicos e variação de professores com nível superior).

A partir dessas variáveis buscou-se identificar dentre elas quais têm poder de prever variações no IDH-M, e com base nesta variação identificar quais pontos precisam ser melhorados para auxiliar na obtenção de um IDH-M elevado e que demonstre eficiência da gestão pública.

5.2 Análise dos Dados

Selecionadas as variáveis, foi efetuada a análise de correlação entre elas, desta forma pode-se evidenciar se há colinearidade ou multicolinearidade entre as variáveis. Após essa primeira análise foi realizada a regressão linear e múltipla utilizando o *software WinRATS* versão 7.0, aplicando o método *Stepwise*. Nesse método os modelos são decompostos pelo poder explicativo das variáveis, de forma que o primeiro modelo é o de regressão simples, já nos demais modelos são elaborados com acréscimos de uma variável até chegar ao último modelo com todas as variáveis explicativas que possam ser aplicáveis ao modelo.

A análise foi efetuada utilizando-se 161 municípios de um total de 223, assim tem-se uma visão de quais municípios que mais se destacaram na variação do IDH-M. Posteriormente foi feita uma análise regionalizada, por mesorregião, podendo comparar também os municípios dentro da mesma região e que têm características semelhantes no que tange a algumas variáveis bem como as características climáticas, similaridades econômicas e culturais.

5.2.1 Estatística descritiva simples

Para atender o segundo objetivo específico foi efetuada a estatística descritiva que permite incidir algumas conclusões, tais como, quais municípios têm os maiores IDH em cada período analisado, e aqueles com as melhores variações comparando o ano de 1991 com o de 2000. Além dessas análises pode-se evidenciar a média e o desvio padrão para cada situação.

A tabela 1 demonstra a estatística descritiva, a média e o desvio padrão, para o período de 1991 e 2000, bem como a variação.

Tabela 1 Estatística descritiva – Média e Desvio Padrão IDH

	MÉDIA IDH	DESVIO PADRÃO IDH
IDH 1991	0,492	0,051
IDH 2000	0,598	0,043
Variação IDH	0,106	0,019

Fonte: Elaboração própria

Nesse interim, o gráfico 1 inclui os 20 (vinte) municípios com os maiores IDH no ano de 1991. Da análise, destaca-se a capital João Pessoa, ficando com a melhor posição, com o IDH acima de sete, bem acima da média. Outro município que merece destaque é Campina Grande, o segundo maior do estado, com o IDH acima de seis, situado no agreste e com uma população de aproximadamente 322 mil habitantes no ano de 1991.

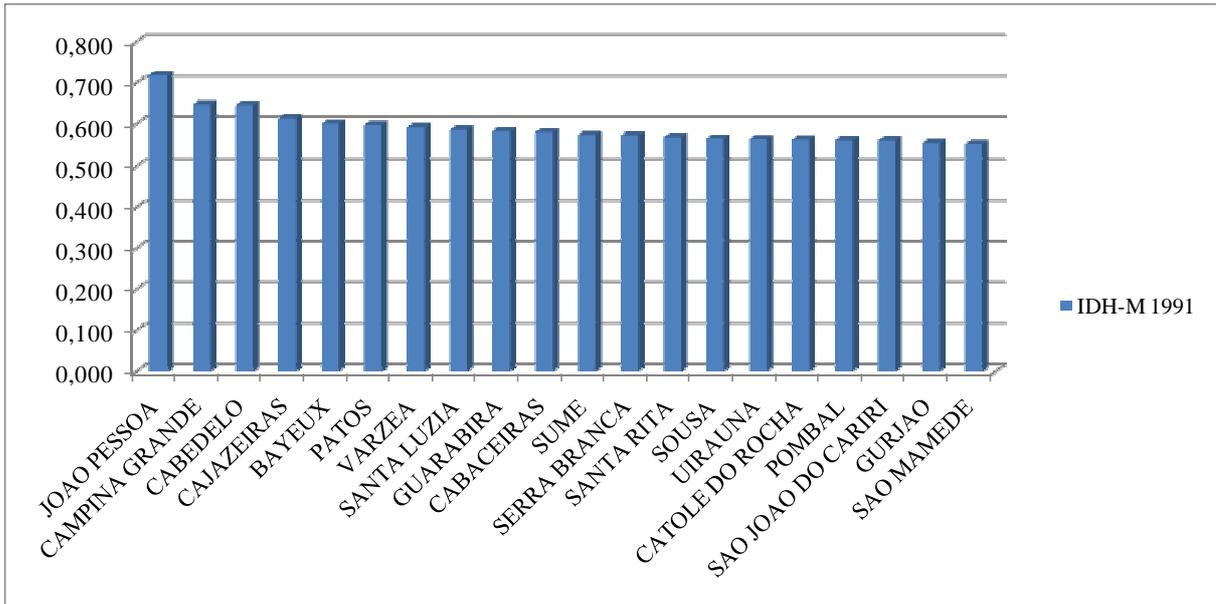


Gráfico 1: Municípios com os maiores IDH em 1991

Fonte: Elaboração própria

A partir da análise por mesorregião, dos vinte municípios, destaca-se na Zona da Mata a capital João Pessoa, Bayeux, Cabedelo e Santa Rita, ou seja, os maiores municípios dessa mesorregião; no Agreste paraibano, os municípios de Campina Grande e Guarabira, também os maiores dessa mesorregião; na Borborema destaca-se a grande maioria dos municípios com IDH acima da média para os vinte analisados, são eles Cabaceiras, Gurjão, Santa Lúzia, São João do Cariri, Serra Branca, Sumé e Várzea; e no Sertão paraibano, Cajazeiras, Catolé do Rocha, Patos, Pombal, São Mamede, Sousa e Uirauna. Observa-se que os municípios com os maiores IDH por mesorregiões são aqueles com maior população e os que estão próximos dos municípios com os maiores polos econômicos.

No gráfico 2 estão incluídos os 20 (vinte) municípios com os maiores IDH no ano de 2000. Entre os municípios destaca-se novamente a capital João Pessoa, mantendo-se em primeiro no *ranking* dos melhores IDH, com uma variação positiva de 0,064, aproximando seu IDH de oito, bem acima da média dos demais municípios paraibanos. O município de Campina Grande perde sua posição para a cidade de Cabedelo, município portuário, e que concentra uma boa arrecadação de tributos. Sua população é de aproximadamente 43 mil habitantes, para o período analisado.

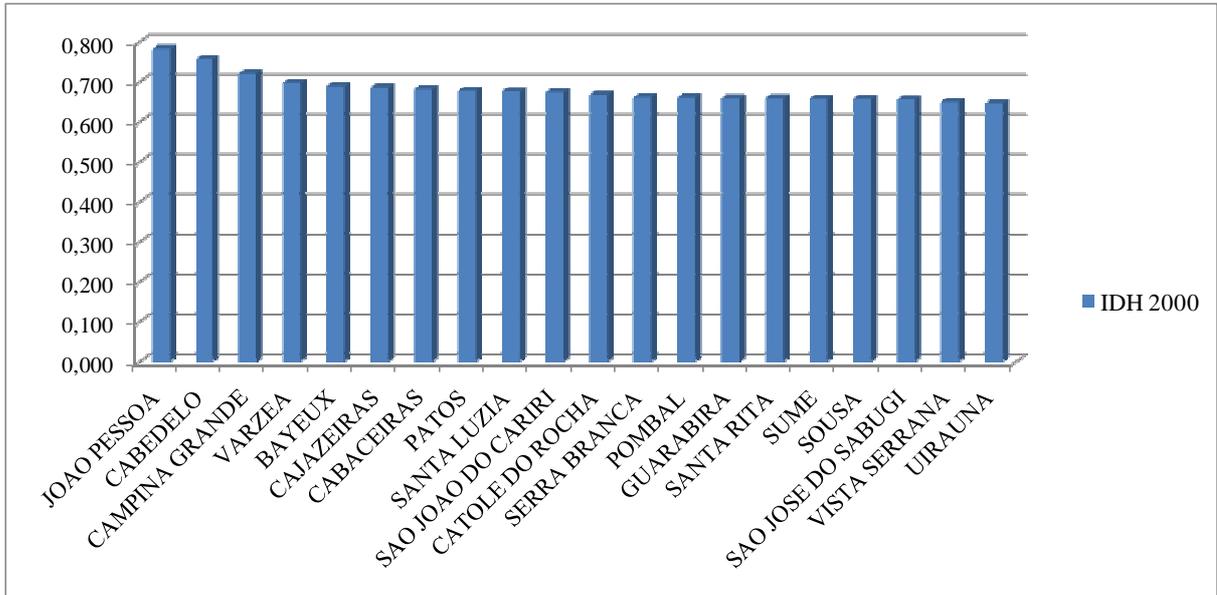


Gráfico 2: Municípios com os maiores IDH em 2000

Fonte: Elaboração própria

Analisando o período de 2000, também por mesorregião, dos vinte municípios destaca-se na Zona da Mata a capital João Pessoa, Cabedelo, Bayeux e Santa Rita, novamente, os maiores municípios dessa mesorregião; no Agreste paraibano, os municípios de Campina Grande e Guarabira, também os maiores dessa mesorregião; a Borborema ainda concentra a grande maioria dos município com IDH acima da média para os vinte analisados, são eles Cabaceiras, Santa Lúzia, São João do Cariri, São José do Sabugi, Serra Branca, Sumé e Várzea; e no Sertão paraibano, Cajazeiras, Catolé do Rocha, Patos, Pombal, Sousa, Uirauna e Vista Serrana. Observa-se que os municípios de Gurjão e São Mamede deixam de fazer parte dos vinte melhores, cedendo lugar para São José do Sabugi e Vista Serrana.

Além da análise, dos gráficos 1 e 2, pode-se ser feita uma outra análise para identificar quais municípios foram mais eficientes na gestão dos recursos públicos, tomando o IDH como padrão de eficiência. Além daquela análise, suficiente para determinar os municípios que tiveram a melhor performance em seus IDH para cada período analisado, é necessário evidenciar aqueles com as melhores variações no IDH, o que determina os municípios que também são eficientes, tomando por base as premissas desse trabalho. Entretanto, a estatística simples não identifica quais variáveis influencia essa variação, sendo necessário, efetuar a regressão múltipla, identificando variáveis explanatórias que predizem futuras alterações no IDH-M.

O gráfico 3 evidencia os municípios com as melhores variações do IDH.

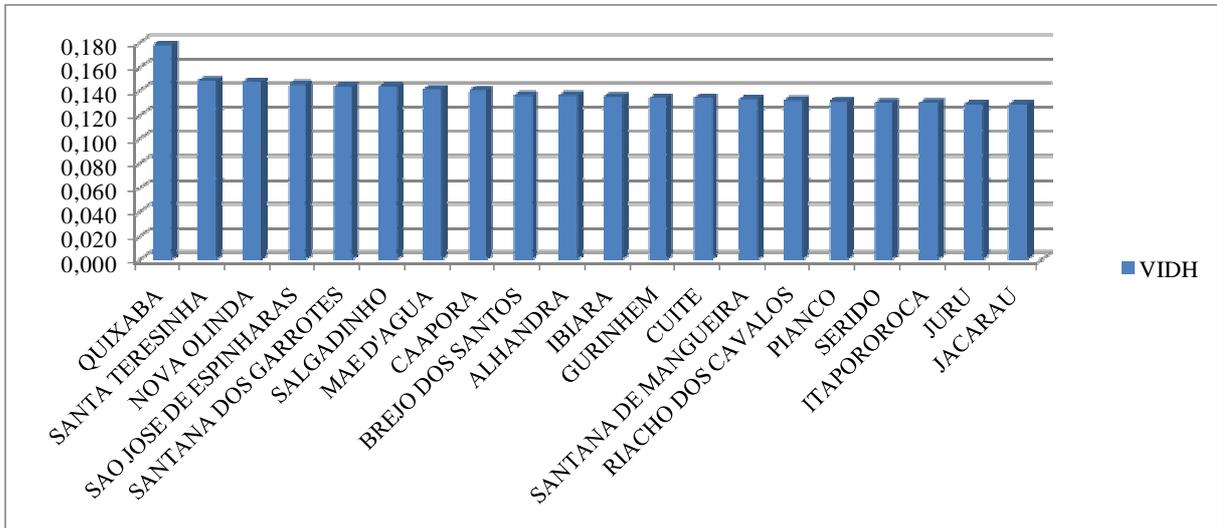


Gráfico 3 Municípios as maiores VIDH 1991 - 2000

Fonte: Elaboração própria

A partir do gráfico 3, observa-se os municípios com as maiores variações no IDH no período de 1991 e 2000, e que estes não se destacaram entre os vinte municípios com os maiores IDH, porém tiveram variações acima de 0,120.

Com base no gráfico 3, merece destaque o município de Quixaba situado no alto Sertão da Paraíba, que conseguiu uma variação positiva de 0,178, atingindo em 2000 um IDH de 0,560, porém ainda abaixo da média, desviando-se 0,038 do padrão. O município tem um PIB per capita de R\$ 1.918,24 no ano de 2000, e uma redução da mortalidade de 128,89%. Quixaba tem uma variação positiva da taxa de alfabetização de aproximadamente 24%, outro ponto que teve uma variação positiva foi a taxa de frequência a escola, próximo de 39%. O município melhorou também a variação do percentual de enfermeiros com curso superior, ou seja, 2,78 % deles têm curso superior, no entanto para o período analisado o município não tem variação de médicos por cada 1.000 habitantes. No que tange as variáveis contábeis a variação da receita de transferências correntes per capita, Quixaba ainda depende desse tipo de receita, no entanto para o período analisado, este município diminuiu significativamente essa dependência, variação da despesa de investimento per capita também teve uma variação negativa. Assim, as variáveis não contábeis foram as que mais influenciaram a variação do IDH em Quixaba. Portanto, essa análise reforça a rejeição parcial da hipótese central.

Portanto, os três gráficos evidenciam os municípios mais eficientes da gestão municipal, destacando dentre eles os municípios de João Pessoa e Quixaba, tendo como parâmetro o IDH em cada período analisado 1991 e 2000 e principalmente a sua variação.

5.2.2 Análise de correlação entre as variáveis contábeis e não contábeis

A análise de correlação é importante para demonstrar, através da matriz de correlação, a existência de colinearidade e de multicolinearidade entre as variáveis independentes, ou seja, a interferência que uma variável sofre e recebe das demais variáveis.

Caso exista deve-se excluir aquela(s) variável(is) que esteja(m) sendo explicada(s) pela outra, como é o caso da despesa com saúde per capita que apresenta alta colinearidade com a despesa de assistência social per capita. Isto significa que em alguns testes a despesa com saúde per capita é explicada em parte pela despesa com assistência social per capita, neste caso pouco será o poder de explicação ou de predição da despesa com saúde per capita em relação à variável dependente IDH-M e nas suas dimensões caso elas façam parte do modelo de regressão.

A variação do IDH-M demonstra uma correlação significativa com algumas variáveis contábeis e não contábeis identificadas na matriz de correlação, e que poderão ser identificadas nos modelos matemáticos. O próximo passo da análise é a regressão múltipla. Para tanto foi necessário determinar quais seriam as variáveis independentes bem como a correlação entre elas e a variável dependente, assim, foi calculada a matriz de correlação. Não foram utilizados valores absolutos, optou-se por valores das despesas per capita, o que pode diminuir o nível de colinearidade entre as variáveis, bem como permitir a comparação entre cidades com populações de tamanho distinto.

5.2.3 Previsão da taxa de variação do IDH-M na dimensão educação - Hipótese 1

H0: as informações provenientes da contabilidade aplicada ao setor público não possuem valor preditivo na determinação da taxa de variação do IDH do município na dimensão educação.

O ponto a ser discutido, a partir dos itens a seguir, é a regressão linear múltipla, utilizada para verificar se a variável dependente tem relação com as variáveis independentes. Assim, caso alguma variável independente (variáveis contábeis) seja alterada para mais ou para menos a tendência é que a variação do IDH-M na sua dimensão educação, renda ou longevidade, também acompanhe essa alteração.

Esse tipo de análise multivariada poderá facilitar e ajudará a equipe de planejamento, orçamento e a de contabilidade a projetar ou prever situações que necessitam de informações para a tomada de decisão da entidade do setor público.

Nesta primeira hipótese analisada, o objetivo é verificar se as informações provenientes da contabilidade aplicada ao setor público não possuem valor preditivo na determinação da taxa de variação do IDH-M do município na dimensão educação. Dos 223 municípios da amostra, foram utilizados 161 municípios, sendo descartados da análise aqueles que não tinham dados suficientes e que não houve a possibilidade de substituição dos dados.

A tabela 2 mostra os coeficientes estimados no modelo de regressão e o grau de significância.

Tabela 2: Coeficientes, inclinação e significância das variáveis

Variável	Coefficiente	Erro padrão	T-Stat	Signif
1. CONSTANTE	0.173859777	0.007109987	24.45290	0.00000000
2. VRTRANSCOR	0.000033056	0.000010279	3.21598	0.00158441
3. VD PES	-0.000076451	0.000024209	-3.15797	0.00191217
4. VIN V	0.000011707	0.000011875	0.98579	0.32578391
5. VLEG	-0.001039939	0.000288160	-3.60889	0.00041524
6. VEDUC	0.000252622	0.000058422	4.32407	0.00002740
7. VASPREV	-0.000403405	0.000118978	-3.39058	0.00088617

Fonte: Elaboração própria

Com base na regressão analisada a hipótese pode ser parcialmente rejeitada, pois algumas variáveis contábeis podem prever futuras alterações positivamente ou negativamente na variação do IDH-M na dimensão educação. O coeficiente de correlação (r) indica a força da associação entre quaisquer duas variáveis métricas. O sinal (+ ou -) indica a direção da relação. O valor pode variar de -1 a +1, se for +1 indica uma perfeita relação positiva, 0 indica relação nenhuma e se for -1, uma perfeita relação negativa ou reversa.

Depreende-se da análise da tabela 2 que as variáveis contábeis que mais afetam a variação do IDH-M na dimensão educação, são a variação da receita de transferência corrente per capita, variação da despesa com pessoal per capita, a variação da despesa por função legislativa per capita, a variação da despesa por função educação per capita e a variação da despesa por função assistência e previdência per capita. Dessas variáveis, duas afetam positivamente: a variação da despesa por função educação per capita e variação da receita de transferência corrente per capita. As outras três afetam negativamente.

Das variáveis que têm correlação com a variável IDH-M na dimensão educação, merece destaque a variação da despesa por função educação per capita. O aumento da variação do IDH-M na dimensão educação decorrente do aumento da variação da despesa por função educação per capita, pode estar refletindo um maior esforço no sentido de ampliar e melhorar a qualidade da educação, contratando professores e auxiliares mais qualificados com nível superior e especialistas. Um aprofundamento da análise requer que sejam correlacionados dados como número de professores per capita, salário médio e desempenho escolar, bem como a relação da variação do IDH-M na dimensão educação com a despesa por subfunção per capita.

A variação das transferências correntes per capita também demonstra ter uma boa correlação com a variação do IDH-M na dimensão educação. Esse tipo de recurso não necessita de um esforço por parte da sociedade local, ou de cada município, assim quanto mais recursos o município recebe maior será a capacidade de gestão de suas despesas, podendo, assim, direcionar recursos para pontos estratégicos de sua gestão.

Outro fato que chama a atenção é a elevada correlação negativa entre a variação do IDH-M na dimensão educação e a variação da despesa por função legislativa per capita, o que indica uma possível aplicação de recursos acima da média na função legislativa, o que diminui os recursos para outras atividades, como a educação e saúde. É importante destacar que a despesa quando classificada por função não necessariamente, foca a aplicação de recurso naquele setor, assim, a subfunção da despesa pode guardar relação com diversas funções, por exemplo, a subfunção educação infantil que é típica da função educação pode está relacionada com função legislativa, o que nesse caso poderia justificar a influência dessa despesa na variação do IDH-M na dimensão educação, caso ela apresenta-se como uma variável que viesse elevar o IDH-M positivamente.

As variáveis, variação da despesa com pessoal per capita e a variação da despesa por função assistência e previdência per capita se correlacionam negativamente com a variação do

IDH-M na dimensão educação. Nesse sentido, caso a entidade queira aumentar suas despesas com pessoal, nos diversos setores aleatoriamente, isso fará com que o IDH-M na dimensão educação diminua, assim o gestor terá que ter cautela quando da contratação de pessoal, no sentido de contratar pessoas mais qualificadas quando destinadas a área de educação. Nesse contexto, deve-se ter muito cuidado quando da aplicação de recursos com despesa com pessoal, de tal forma que recursos sejam aplicados no apoio as atividades fins que influencia na variação do IDH do município.

Assim, a ressalva que pode ser feita ao modelo é em relação à falta de aspectos relacionados aos produtos em si, ou seja, só foram levados em conta fatores econômico-financeiros sem focar os aspectos como: quantos funcionários existem em cada setor, quantos ambulatorios, escolas, dentre outras informações que pudessem direcionar melhor o poder preditivo destas receitas e despesas em relação a variação do IDH-M na dimensão educação. Ou seja, que permitissem correlacionar melhor receitas e despesas com produtos físicos como requer a nova contabilometria.

A tabela 3 regressão linear – estimação por mínimos quadrados mede a proporção da variação do IDH-M na dimensão educação, que é explicada pela equação de regressão múltipla (Pindyck e Rubinfeld, 2004), ou seja, o valor encontrado do R^2 demonstra que a equação é válida. Na regressão pode-se perceber ainda o nível de significância e que o Durbin – Watson é igual a 2,057602, o que significa que não existe autocorrelação.

Tabela 3: Regressão Linear – Estimação por mínimos quadrados

Regressão Linear - Estimação por Mínimos Quadrados	
Variável Dependente – VIDH-M Educação	
Dados Anuais - 1991 e 2000	
Observações usadas – 161	Graus de liberdade – 154
R**2 Centrado 0.211105	R Bar **2 0.180369
R**2 Descentrado 0.966469	T x R**2 155.602
Média da variável dependente	0.1809006211
Erro padrão variável dependente	0.0382328728
Erro padrão da estimativa	0.0346135521
Soma dos quadrados dos resíduos	0.1845070900
Regressão F	6.8683
Nível de significância F	0.00000178
Log – verossimilhança	316.65437
Estatística de Durbin-Watson	2.057602

Fonte: Elaboração própria

Assim, o modelo matemático, o qual ajudará a equipe de planejamento a traçar caminhos alternativos para a gestão dos recursos públicos bem como prever alterações na variação do IDH-M, e demonstrar se o município é eficiente na gestão dos recursos pública é:

Tabela 4: Modelagem matemática – VIDH-M Educação

$$\text{VIDH-M educação 1991/2000} = 0.173859777 + 0.000033056 * \text{VRTRANSCOR} - 0.000076451 * \text{VDPES} + 0.000011707 * \text{VINV} - 0.001039939 * \text{VLEG} + 0.000252622 * \text{VEDUC} - 0.000403405 * \text{VASPREV}$$

Fonte: Elaboração própria

A tabela 4 modelagem matemática, demonstra que algumas variáveis contábeis podem explicar ou servirem como variáveis independentes são: a variação da receita de transferência corrente per capita, variação da despesa com pessoal per capita, a variação da despesa por função legislativa per capita, a variação da despesa por função educação per capita e a variação da despesa por função assistência e previdência per capita, rejeitando parcialmente a hipótese H_0 . Portanto, estas são as variáveis independentes que podem prever alterações na variação do IDH-M na dimensão educação dos municípios paraibanos.

5.2.4 Previsão da taxa de variação do IDH-M na sua dimensão renda - Hipótese 2

H0: as informações provenientes da contabilidade aplicada ao setor público não possuem valor preditivo na determinação da taxa de variação do IDH-M do município na **dimensão renda**.

O objetivo dessa segunda hipótese é verificar se as informações provenientes da contabilidade aplicada ao setor público possuem ou não valor preditivo na determinação da taxa de variação do IDH-M do município na dimensão renda, descarta-se da análise os municípios que não tinham dados suficientes e que não houve a possibilidade de substituição dos dados. Assim, para esta análise foram utilizados 161 municípios de um total de 223. Foram efetuados 22 testes utilizando o método *Stepwise* para essa hipótese, na tentativa de se verificar a modelagem matemática mais adequada, no entanto todos os testes demonstraram

não revelar uma correlação adequada entre as variáveis contábeis e a variação do IDH-M na dimensão renda.

A modelagem que mais se aproximou, ou a mais adequada, porém com R^2 abaixo do esperado, é demonstrada na tabela 5 e na tabela 6. As tabelas também mostram os coeficientes estimados no modelo de regressão e o grau de significância das variáveis.

Tabela 5: Coeficientes, inclinação e significância das variáveis

Variável	Coeficiente	Erro padrão	T-Stat	Signif
1. CONSTANTE	0.0612	3.5696e-03	17.13948	0.00000000
2. VRTRANSCOR	-1.4653e-06	1.4225e-06	-1.03015	0.30452402
3. VINV	1.4501e-05	7.4027e-06	1.95889	0.05189727
4. VSAUD	1.0716e-04	4.3346e-05	2.47216	0.01449675

Fonte: Elaboração própria

A tabela 5 demonstra as variáveis que possibilitam identificar se a hipótese será rejeitada ou aceita. A partir do modelo pode-se identificar que a hipótese é quase totalmente rejeitada, pois apenas a variação da despesa com investimento per capita e a variação da despesa por função saúde per capita demonstram ter correlação positiva com a variável dependente IDH-M na dimensão renda. Essa situação era quase prevista antes mesmo do teste, pois a renda é afetada pelo crescimento econômico e pelo emprego, os quais são pouco afetados pelo governo municipal. Ainda assim, resta por explicar porque as variáveis: investimento per capita e saúde per capita se correlacionam. A despesa com investimento pode representar emprego e renda – um indicador claro, pois esse é um tipo de dispêndio, indicando uma possível aplicação de recursos na capitalização do município e que possivelmente está proporcionando melhorias na renda dos habitantes de cada município. A despesa com investimento faz parte da classificação da despesa de capital que serve de parâmetro para alocação de receitas de capital (operações de crédito) que foca a aplicação de recursos em setores de primordial importância na área de gestão governamental, e que demonstra o nível de endividamento e a capacidade de cumprir a regra de ouro conforme preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

Já o aumento da variação do IDH-M na dimensão renda decorrente do aumento da variação da despesa por função saúde per capita, pode ser explicada no sentido dos recursos direcionados para este tipo de dispêndio poder melhorar a disposição ao trabalho, diminuir

dias perdidos por doença, etc. Bem como um aumento na renda das pessoas que estejam envolvidas diretamente ou indiretamente com as subfunções típicas: atenção básica, assistência hospitalar e ambulatorial, suporte profilático e terapêutico, vigilância sanitária, vigilância epidemiológica e alimentação e nutrição. Assim, a variação da despesa por função saúde per capita desencadeia um esforço no sentido de ampliar e melhorar o IDH-M na dimensão renda.

A tabela 6 regressão linear – estimação por mínimos quadrados - R^2 , demonstra que a equação é válida, mas que o poder de explicação é abaixo do que se espera. Na regressão pode-se perceber ainda o nível de significância e que o Durbin – Watson é igual a 2.012206, o que significa que não existe autocorrelação.

Tabela 6: Regressão Linear – Estimação por mínimos quadrados
Regressão Linear - Estimação por Mínimos Quadrados

Variável Dependente – VIDH-M Renda	
Dados Anuais - 1991 e 2000	
Observações usadas – 161	Graus de liberdade – 157
R**2 Centrado 0.067719	R Bar **2 0.049905
R**2 Descentrado 0.871083	T x R**2 140.244
Média da variável dependente	0.0681428571
Erro padrão variável dependente	0.0273824435
Erro padrão da estimativa	0.0273824435
Soma dos quadrados dos resíduos	0.1118435809
Regressão F (3,157)	3.8014
Nível de significância F	0.01149128
Log – verossimilhança	356.95159
Estatística de Durbin-Watson	2.012206

Fonte: Elaboração própria

Na tabela 7 é demonstrado o modelo matemático, o qual ajudará ao planejamento a traçar caminhos alternativos para a gestão dos recursos públicos bem como predizer alterações na variação do IDH-M na dimensão renda, utilizando-se destas variáveis e demonstrar se o município é eficiente na gestão dos recursos pública:

Tabela 7: Modelagem matemática – VIDH-M Renda

$$\text{VIDH-M Renda 1991/2000} = 0.0612 + 1.3085e-05 \cdot \text{VINV} + 1.1204e-04 \cdot \text{VSAUD}$$

Fonte: Elaboração própria

O modelo de regressão demonstra que as variáveis contábeis que podem explicar, ou servirem como variáveis preditivas na variação do IDH-M na dimensão renda dos municípios paraibanos são: variação da despesa com investimento per capita e a variação da despesa por função saúde.

5.2.5 Previsão da taxa de variação do IDH-M na sua dimensão longevidade - Hipótese 3

H0: as informações provenientes da contabilidade aplicada ao setor público não possuem valor preditivo na determinação da taxa de variação do IDH-M do município na dimensão longevidade.

A hipótese 3 tem o objetivo de determinar se as informações provenientes da contabilidade aplicada ao setor público não possuem valor preditivo na determinação da taxa de variação do IDH-M do município na dimensão longevidade. Dos 223 municípios da amostra, foram utilizadas 161, os demais municípios não puderam ser acatados nesta análise, pois não tinham dados contábeis suficientes e não havia possibilidade de substituição dos dados, conforme preceitua a teoria de substituição dos dados.

A tabela 8 mostra os coeficientes estimados no modelo de regressão e o grau de significância.

Tabela 8: Coeficientes, inclinação e significância das variáveis

Variável	Coeficiente	Erro padrão	T-Stat	Signif
1. CONSTANTE	0.1742	6.9922e-03	24.65750	0.00000000
2. VRTRANSCOR	2.8443e-05	9.1895e-06	3.09518	0.00233705
3. VD PES	-6.2719e-05	1.9802e-05	-3.16723	0.00185593
4. VLEG	-1.0459e-03	2.8985e-04	-3.60826	0.00041618
5. VEDUC	2.6382e-04	6.4481e-05	4.09144	0.00006893
6. VSAUD	-9.6550e-06	7.6102e-05	-0.12687	0.89920914
7. VASPREV	-3.8578e-04	1.1957e-04	-3.22639	0.00153142

Fonte: Elaboração própria

A tabela 8 demonstra os coeficientes, a inclinação e nível de significância das variáveis explicativas sobre a variável IDH-M na dimensão longevidade. Nos testes efetuados

destacaram-se com correlação positiva as variáveis: variação da receita de transferências correntes per capita e variação da despesa por função educação per capita. Apresenta correlação negativa as variáveis: variação da despesa com pessoal per capita, variação da despesa por função legislativa per capita, variação da despesa por função assistência e previdência per capita.

Para a hipótese analisada foram efetuados 20 testes, em todos, a variável que manteve correlação com a variável IDH-M na dimensão longevidade foi a variável despesa por função educação per capita. Isso indica que o aumento da variação do IDH-M na dimensão longevidade decorrente do aumento da variação da despesa por função educação per capita, pode estar refletindo que recursos direcionados para este tipo de despesa podem ampliar e melhorar a qualidade da educação.

Nesse contexto, despesas com ensino fundamental, ensino médio, ensino profissional, ensino superior, educação de jovens e adultos e educação especial, podem favorecer ao índice de longevidade, no sentido de que pessoas com um nível de alfabetização adequada podem ter mais consciência quanto a alimentação, cuidados com a saúde, e isso pode ser uma forma de proporcionar o aumento da longevidade das pessoas. Assim, pode-se subentender que quanto mais recursos forem direcionados para esses tipos de despesa maior será a melhora no índice. Seja no sentido de aproximá-lo de 1 (um), seja no sentido de mantê-lo elevado. Portanto, é necessário que se faça aprofundamento da análise e que sejam correlacionados outros dados de aspectos mais qualitativos ou mais específicos quanto ao objeto do gasto.

A variação das transferências correntes per capita também demonstra ter uma boa correlação positiva com a variação do IDH-M na dimensão longevidade, que também demonstrou ter correlação positiva com variação do IDH-M na dimensão educação. Esse tipo de recurso não necessita de um esforço por parte da sociedade local, ou de cada município, assim quanto mais recursos o município recebe maior será a capacidade de gestão de suas despesas, podendo, assim, direcionar recursos para pontos estratégicos de sua gestão, como parques recreativos, ginásticas laboral, ou seja, atividades que foquem melhoria de vida.

A variação da despesa por função assistência e previdência per capita que se correlaciona de forma negativa com a variação do IDH-M na dimensão longevidade, indica que recursos direcionados para este tipo de despesa influenciam a variação daquela variável. As subfunções da função assistência e previdência são as que seguem: assistência ao idoso; assistência ao portador de deficiência, assistência à criança e ao adolescente, assistência comunitária, previdência básica, do regime estatutário, previdência complementar e especial.

Nesse contexto, estas subfunções, direta ou indiretamente, estariam influenciando negativamente a variação do IDH-M na dimensão longevidade. Em tese, estas subfunções deveriam ter influência positiva, nesse caso pode estar havendo desvio na aplicação dos recursos para subfunções atípicas da função assistência e previdência.

Destaca-se, também, de forma negativa a variável despesa por função legislativa per capita. Os recursos destinados para esse tipo de despesa, ou seja, subfunções típicas dessa função são: ação legislativa e controle interno. Talvez os recursos estejam sendo direcionado para subfunções atípicas desse tipo de despesa, isso é o que pode justificar a correlação dessa despesa com a variação do IDH-M na dimensão longevidade. O coeficiente de correlação (r) da variável despesa por função legislativa per capita indica a força da associação negativa com a variação do IDH-M na dimensão longevidade. O sinal negativo (-) indica a direção da relação, ou seja, uma relação negativa ou reversa. O sinal negativo (-) indica, em todos os casos, que quanto mais se gasta com o legislativo, mais diminui o IDH-M na dimensão longevidade. Esse resultado impressiona, pois mostra desvio de recursos de ações que aumentam o IDH-M.

A variação da despesa com pessoal per capita se correlaciona negativamente com a variação do IDH-M na dimensão longevidade. Nesse sentido, caso a entidade queira aumentar suas despesas com pessoal, nos diversos setores aleatoriamente, isso fará com que o IDH-M na dimensão longevidade diminua, assim o gestor terá que ter cautela quando da contratação de pessoal, no sentido de contratar pessoas mais qualificadas quando destinadas a área fim do IDH.

A tabela 9 regressão linear – estimação por mínimos quadrados mede a proporção da variação do IDH-M na dimensão longevidade, que é explicada pela equação de regressão múltipla. O valor encontrado do R^2 demonstra que a equação é válida. Na regressão pode-se perceber ainda o nível de significância e que o Durbin – Watson é igual a 2,035921, o que significa que não existe autocorrelação.

Tabela 9: Regressão Linear – Estimação por mínimos quadrados
Regressão Linear - Estimação por Mínimos Quadrados
Variável Dependente - VIDH Educação
Dados Anuais - 1991 e 2000

Observações usadas – 161	Graus de liberdade – 154
R**2 Centrado 0.206210	R Bar **2 0.175283
R**2 Descentrado 0.966261	T x R**2 155.568
Média da variável dependente	0.1809006211
Erro padrão variável dependente	0.0382328728
Erro padrão da estimativa	0.0347207757
Soma dos quadrados dos resíduos	0.1856519688
Regressão F	6.6677
Nível de significância F	0.00000274
Log – verossimilhança	316.15641
Estatística de Durbin-Watson	2.035921

Fonte: Elaboração própria

A tabela 10 mostra o modelo matemático, o qual ajudará a equipe de gestão governamental dos municípios a planejar e traçar caminhos alternativos para a gestão dos recursos públicos bem como prever alterações na variação do IDH-M na dimensão longevidade:

Tabela 10: Modelagem matemática – VIDH-M Longevidade

$$\text{VIDH-M longevidade 1991/2000} = 0.1724 + 2.8443e-05 * \text{VRTRANSCOR} - 6.2719e-05 * \text{VD PES} - 1.0459e-03 * \text{VLEG} - 2.6382e-04 * \text{VEDUC} - 9.6550e-06 * \text{VSAUD} - 3.8578e-04 * \text{VASPREV}$$

Fonte: Elaboração própria

A modelagem matemática demonstra quais variáveis contábeis podem explicar ou servirem como variáveis independentes destacam-se: a variação da receita de transferência corrente per capita, variação da despesa com pessoal per capita, a variação da despesa por função legislativa per capita, a variação da despesa por função educação per capita, variação da despesa com saúde per capita e a variação da despesa por função assistência e previdência per capita, rejeitando parcialmente a hipótese H_0 . Portanto, estas são as variáveis independentes que podem prever alterações na variação do IDH-M na dimensão longevidade dos municípios paraibanos.

5.2.6 Previsão da taxa de variação do IDH-M na sua forma total versus variáveis contábeis - Hipótese 4

H0: as informações provenientes da contabilidade aplicada ao setor público (variáveis contábeis) não possuem valor preditivo na determinação da taxa de variação do IDH-M do município.

O objetivo dessa hipótese é verificar se as informações provenientes da contabilidade aplicada ao setor público possuem valor preditivo na determinação da taxa de variação do IDH-M do município, descartam-se da análise os municípios que não tinham dados suficientes e que não houve a possibilidade de substituição dos dados. Assim, para esta análise foram utilizados 161 municípios de um total de 223. Foram efetuados vários testes utilizando o método *Stepwise* para essa hipótese, na tentativa de se verificar a modelagem matemática mais adequada. A modelagem que mais se aproximou, ou a mais adequada, é demonstrada na tabela 11 e na tabela 12.

Tabela 11: Coeficientes, inclinação e significância das variáveis

Variável	Coefficiente	Erro padrão	T-Stat	Signif
1. CONSTANTE	0.0979	3.6572e-03	26.77613	0.00000000
2. VRTRIB	4.5940e-05	1.4026e-05	3.27532	0.00130555
3. VCUST	1.6743e-05	5.7890e-06	2.89221	0.00438333
4. VD PES	-4.1456e-05	1.2249e-05	-3.38432	0.00090654
5. VLEG	-4.6087e-04	1.5141e-04	-3.04391	0.00274982
6. VPLAN	-1.0386e-04	4.7158e-05	-2.20232	0.02913909
7. VEDUC	1.7043e-04	3.4279e-05	4.97173	0.00000176
6. VHABURB	-6.9789e-05	6.6588e-05	-1.04808	0.29625585

Fonte: Elaboração própria

A tabela 11 demonstra as variáveis que têm o coeficiente de correlação significância positiva: variação da receita de tributária per capita, variação da despesa de custeio per capita e variação da despesa por função educação per capita. Já de forma negativa as variáveis: variação da despesa com pessoal per capita, variação da despesa por função legislativa per capita, variação da despesa por função planejamento per capita e variação da despesa por função habitação e urbanismo per capita.

O aumento da variação do IDH-M na dimensão global decorrente do aumento da variação da despesa por função educação per capita, pode estar refletindo que recursos direcionados para este tipo de despesa podem ampliar e melhorar a qualidade da educação, com mais escolas, redução do nível de analfabetismo, contratação de mais professores e auxiliares técnicos educacionais mais qualificados.

Nesse contexto, despesas com ensino fundamental, médio, profissional, ensino superior, educação de jovens e adultos e educação especial, ou seja, despesa na função educação pode fazer com que o IDH-M dos municípios tenha uma variação positiva. Assim, pode-se subentender que quanto mais recursos forem direcionados para esses tipos de despesa maior será a melhora no índice. Seja no sentido de aproximá-lo de 1 (um), seja no sentido de mantê-lo elevado. Um aprofundamento da análise requer que sejam correlacionados outros dados de aspectos mais qualitativos ou mais específicos quanto ao objeto do gasto.

A outra variável a ser destacada na correlação positiva é a receita tributária per capita. Esses recursos são praticamente a fonte para os dispêndios públicos, assim os tributos é base da RCL, e esta servirá de base para a despesa com pessoal bem como outros tipos de despesas. Nesse contexto, sem onerar muito o contribuinte, a receita tributária deverá retornar a sociedade em forma de bens e serviços e isso, podendo ser na área da saúde e da educação, já que são setores chaves na variação do IDH.

A variação da despesa com pessoal per capita, novamente, se correlaciona negativamente com a variação do IDH-M, essa correlação também apresenta-se nas hipóteses 1 e 3. A despesa com pessoal é um tipo de dispêndio que está relacionado a diversos setores governamentais. Nesse sentido, caso a entidade queira aumentar suas despesas com pessoal, nos diversos setores aleatoriamente, isso fará com que o IDH-M diminua. Portanto, caso queira diminuir essa relação negativa o gestor terá que ter cautela quando da contratação de pessoal, no sentido de contratar pessoas mais qualificadas, e preferencialmente para setores como educação e saúde.

É importante verificar não só o total de recursos que estão sendo direcionados com esse tipo de despesa, pois ela terá que atender a limites impostos na Lei de Responsabilidade Fiscal, esse limite está diretamente relacionado com a receita corrente líquida – RCL. Deve-se levar em conta também os aspectos qualitativos, pois caso a análise seja feita apenas em aspecto quantitativos, corre-se o risco de afirmar que quanto mais recursos direcionados para esse dispêndio melhor seria a variação do IDH-M, sem acatar os aspectos de qualidade do serviço prestado.

A correlação negativa também pode ser destacada entre o IDH-M e a variação da despesa por função legislativa per capita, o que indica que quanto mais recursos forem gastos com esse tipo de despesa maior será a variação do IDH de forma negativa.

A tabela 12 regressão linear – estimação por mínimos quadrados mede a proporção da variação do IDH-M na dimensão longevidade, que é explicada pela equação de regressão múltipla. O valor encontrado do R^2 demonstra que a equação é válida. Na regressão pode-se perceber ainda o nível de significância e que o Durbin – Watson é igual a 2.144070, o que significa que não existe autocorrelação.

Tabela 12: Regressão Linear – Estimação por mínimos quadrados
Regressão Linear - Estimação por Mínimos Quadrados

Variável Dependente – VIDH-M	
Dados Anuais - 1991 e 2000	
Observações usadas – 161	Graus de liberdade – 153
R**2 Centrado 0.239011	R Bar **2 0.204195
R**2 Descentrado 0.976199	T x R**2 157.168
Média da variável dependente	0.1063167702
Erro padrão variável dependente	0.0191629272
Erro padrão da estimativa	0.0170948475
Soma dos quadrados dos resíduos	0.0447117733
Regressão F	6.8649
Nível de significância F	0.00000043
Log – verossimilhança	430.75918
Estatística de Durbin-Watson	2.144070

Fonte: Elaboração própria

A tabela 13 mostra o modelo matemático, o qual ajudará a equipe de gestão governamental dos municípios a planejar e traçar caminhos alternativos para a gestão dos recursos públicos bem como prever alterações na variação do IDH-M:

Tabela 13: Modelagem matemática – VIDH-M

$$\text{VIDH-M } 1991/2000 = 0.0979 + 4.5940e-05 * \text{VRTRIB} + 1.6743e-05 * \text{VCUST} - 4.1456e-05 * \text{VDPES} - 4.6087e-04 * \text{VLEG} - 1.0386e-04 * \text{VPLAN} + 1.7043e-04 * \text{VEDUC}$$

Fonte: Elaboração própria

5.2.7 Previsão da taxa de variação do IDH-M na sua forma total versus receita e despesa por categoria econômica - Hipótese 5

H0: as informações provenientes da contabilidade aplicada ao setor público, receita e despesa por categoria econômica, não possuem valor preditivo na determinação da taxa de variação do IDH-M do município.

O objetivo dessa hipótese é verificar se as informações provenientes da contabilidade aplicada ao setor público – receita e despesa por categoria econômica per capita possuem valor preditivo na determinação da taxa de variação do IDH-M do município, descartam-se da análise os municípios que não tinham dados suficientes e que não houve a possibilidade de substituição dos dados. Assim, para esta análise foram utilizados 161 municípios de um total de 223. Os testes efetuados nessa hipótese foram semelhantes ao da hipótese do item anterior. A idéia nessa hipótese foi focar apenas as variáveis contábeis receitas e despesas por categoria econômica per capita, deixando a parte, as variáveis contábeis despesas por função per capita. A modelagem a mais adequada, é demonstrada na tabela 14 e na tabela 15.

A tabela 14 mostra os coeficientes estimados no modelo de regressão e o grau de significância.

Tabela 14: Coeficientes, inclinação e significância das variáveis

Variável	Coeficiente	Erro padrão	T-Stat	Signif
1. CONSTANTE	0.1059	1.5058e-03	70.31007	0.00000000
2. VRTRIB	5.1917e-05	1.3733e-05	3.78049	0.00022244
3. VDCUST	2.6877e-05	9.4670e-06	2.83901	0.00512833
4. VD PES	-5.7465e-05	1.4803e-05	-3.88205	0.00015255
5. VINFIN	-5.5361e-04	5.2637e-04	-1.05176	0.29453841

Fonte: Elaboração própria

A tabela 14 demonstra as variáveis que têm o coeficiente de correlação significativo: variação da receita de tributária per capita, variação da despesa de custeio per capita, variação da despesa com pessoal per capita, esta última afeta a variação do IDH-M de forma negativa.

Os testes dessa hipótese reforçam a análise da hipótese 4 no que tange as variáveis contábeis receita e despesa por categoria econômica per capita. Portanto, a análise segue o mesmo raciocínio da análise da hipótese 4.

A tabela 15 regressão linear – estimação por mínimos quadrados mede a proporção da variação do IDH-M, que é explicada pela equação de regressão múltipla. O valor encontrado do R^2 demonstra que a equação é válida. No entanto esse valor cai significativamente comparado com a hipótese 4, isso é previsto, pois quanto mais variáveis na modelagem, maior será o valor do R^2 . Na regressão pode-se perceber ainda o nível de significância e que o Durbin – Watson é igual a 2.018913, o que significa que não existe autocorrelação.

Tabela 15: Regressão Linear – Estimação por mínimos quadrados

Regressão Linear - Estimação por Mínimos Quadrados	
Variável Dependente – VIDH-M	
Dados Anuais - 1991 e 2000	
Observações usadas – 161	Graus de liberdade – 156
R**2 Centrado 0.111393	R Bar **2 0.088608
R**2 Descartado 0.972208	T x R**2 156.525
Média da variável dependente	0.1063167702
Erro padrão variável dependente	0.0191629272
Erro padrão da estimativa	0.0182942428
Soma dos quadrados dos resíduos	0.0522099739
Regressão F	4.8889
Nível de significância F	0.00096745
Log – verossimilhança	418.27873
Estatística de Durbin-Watson	2.018913

Fonte: Elaboração própria

A tabela 16 mostra o modelo matemático, o qual ajudará a equipe de gestão governamental dos municípios a planejar e traçar caminhos alternativos para a gestão dos recursos públicos bem como prever alterações na variação do IDH-M:

Tabela 16: Modelagem matemática – VIDH-M

$$\text{VIDH-M } 1991/2000 = 0.1724 + 2.8443e-05 * \text{VRTRANSCOR} - 6.2719e-05 * \text{VDPES} - 1.0459e-03 * \text{VLEG} - 2.6382e-04 * \text{VEDUC} - 9.6550e-06 * \text{VSAUD} - 3.8578e-04 * \text{VASPREV}$$

Fonte: Elaboração própria

5.2.8 Previsão da taxa de variação do IDH-M na sua forma total versus despesa por função - Hipótese 6

H0: as informações provenientes da contabilidade aplicada ao setor público, despesa por função, não possuem valor preditivo na determinação da taxa de variação do IDH-M do município.

O objetivo dessa hipótese é verificar se as informações provenientes da contabilidade aplicada ao setor público – despesas por função per capita possuem valor preditivo na determinação da taxa de variação do IDH-M do município. Os testes efetuados nessa hipótese foram semelhantes ao da hipótese 4. A idéia nessa hipótese foi focar apenas as variáveis contábeis despesas por função per capita, deixando a parte, as variáveis contábeis receitas e despesas por categoria econômica per capita. A modelagem mais adequada, é demonstrada na tabela 17 e na tabela 18.

A tabela 17 mostra os coeficientes estimados no modelo de regressão e o grau de significância.

Tabela 17: Coeficientes, inclinação e significância das variáveis

Variável	Coeficiente	Erro padrão	T-Stat	Signif
1. CONSTANTE	0.094109538	0.003518470	26.74729	0.00000000
2. VLEG	-0.000454395	0.000154062	-2.94944	0.00367725
3. VPLAN	-0.000077329	0.000047568	-1.62564	0.10605691
4. VEDUC	0.000156464	0.000038181	4.09800	0.00006700
5. VHABURB	-0.000078264	0.000067890	-1.15281	0.25076427
6. VSAUD	0.000072532	0.000037478	1.93535	0.05476755

Fonte: Elaboração própria

A tabela 17 demonstra as variáveis que têm o coeficiente de correlação significativo. Positivamente: variação da despesa por função educação. E de forma negativa variação da despesa por função legislativa per capita. Os testes dessa hipótese reforçam a análise da hipótese 4 no que tange as variáveis contábeis despesa por função per capita. Portanto, a análise segue o mesmo raciocínio da análise da hipótese 4.

A tabela 18 regressão linear – estimação por mínimos quadrados mede a proporção da variação do IDH-M, que é explicada pela equação de regressão múltipla. O valor encontrado

do R^2 demonstra que a equação é válida, mantendo quase o mesmo nível de significância da hipótese 4. Na regressão pode-se perceber ainda o nível de significância e que o Durbin – Watson é igual a 2.084758, o que significa que não existe autocorrelação.

Tabela 18 Regressão Linear – Estimação por mínimos quadrados
Regressão Linear - Estimação por Mínimos Quadrados

Variável Dependente - VIDH – M	
Dados Anuais - 1991 e 2000	
Observações usadas – 161	Graus de liberdade – 155
R**2 Centrado 0.195395	R Bar **2 0.169440
R**2 Descentrado 0.974835	T x R**2 156.948
Média da variável dependente	0.1063167702
Erro padrão variável dependente	0.0191629272
Erro padrão da estimativa	0.0174641481
Soma dos quadrados dos resíduos	0.0472744525
Regressão F	7.5282
Nível de significância F	0.00000236
Log – verossimilhança	426.27266
Estatística de Durbin-Watson	2.084758

Fonte: Elaboração própria

A tabela 19 mostra o modelo matemático, o qual ajudará a equipe de gestão governamental dos municípios a planejar e traçar caminhos alternativos para a gestão dos recursos públicos bem como predizer alterações na variação do IDH-M:

Tabela 19 Modelagem matemática – VIDH-M

$$\text{VIDH-M } 1991/2000 = 0.094109538 - 0.000454395 * \text{VLEG} + 0.000156464 * \text{VEDUC} + 0.000072532 * \text{VSAUD}$$

Fonte: Elaboração própria

5.2.9 Previsão da taxa de variação do IDH-M na sua forma total versus variáveis não contábeis - Hipótese 7

H0: as informações provenientes de dados não contábeis, não possuem valor preditivo na determinação da taxa de variação do IDH do município.

O objetivo dessa hipótese é verificar se as informações não contábeis possuem valor preditivo na determinação da taxa de variação do IDH-M do município. A modelagem mais adequada é demonstrada nas tabelas 20 e 21.

A tabela 20 mostra os coeficientes estimados no modelo de regressão e o grau de significância.

Tabela 20: Coeficientes, inclinação e significância das variáveis

Variável	Coeficiente	Erro padrão	T-Stat	Signif
1. CONSTANTE	5.9627e-03	4.7886e-03	1.24520	0.21496350
2. DIST	4.4530e-05	5.8833e-06	1.24520	0.21496350
3. PIB	2.7119e-06	8.6309e-07	3.14212	0.00201437
4. VMORT	-4.6174e-04	2.6001e-05	-17.75854	0.00000000
5. VALFAB	2.7685e-03	2.4476e-04	11.31140	0.00000000
6. VESC	7.2729e-04	1.1702e-04	6.21525	0.00000000
7. VENF	1.0813e-04	5.2620e-05	2.05485	0.04159411
8. VMEDIC	4.2151e-03	2.0182e-03	2.08850	0.03840900

Fonte: Elaboração própria

Com base na regressão analisada a hipótese pode ser rejeitada, pois quase todas as variáveis não contábeis analisadas podem prever futuras alterações na variação do IDH-M.

Depreende-se da análise da tabela 20 que as variáveis não contábeis que tem correlação positiva e que mais afetam a variação do IDH-M, são o PIB per capita, variação do nível de alfabetização, a variação do nível de escolaridade, a variação de enfermeiros para cada 1000 habitantes e a variação de médicos para cada 1000 habitantes. E de forma negativa a variação da mortalidade.

As variáveis relacionadas à saúde e educação, enfermeiros com curso superior, médicos por cada 1000 habitantes e contratação de professores e auxiliares mais qualificados com nível superior e especialistas demonstram que um município deve investir no aumento quantitativo e qualitativo para estes tipos de profissionais, e com isso obter uma variação positiva do IDH-M.

O aumento da variação do IDH-M decorrente das variáveis não contábeis reafirma a importância dessas variáveis na formação desse indicador, assim a diminuição da variação da mortalidade em qualquer nível, infantil ou outra qualquer, faz com que esse indicador tenha variações positivas, por outro lado caso a mortalidade aumente faz com que o indicador

diminua. Já o aumento na variação dos níveis de alfabetização e de escolaridade, também reflete variações positivas no IDH-M. Assim, estas variáveis estão relacionadas com o IDH-M de forma que tendem a beneficiar alterações positivas.

Um aprofundamento da análise requer que sejam correlacionados dados como número de professores per capita, salário médio e desempenho escolar, bem como a relação da variação do IDH-M com variáveis de aspectos mais qualitativos.

A tabela 21 regressão linear – estimação por mínimos quadrados mede a proporção da variação do IDH-M, que é explicada pela equação de regressão múltipla, ou seja, o valor encontrado do R^2 demonstra que a equação é válida. Na regressão pode-se perceber ainda o nível de significância e que o Durbin – Watson é igual a 1.952822, o que significa que não existe autocorrelação.

Tabela 21: Regressão Linear – Estimação por mínimos quadrados
Regressão Linear - Estimação por Mínimos Quadrados

Variável Dependente – VIDH	
Dados Anuais - 1991 e 2000	
Observações usadas – 161	Graus de liberdade – 153
R**2 Centrado 0.810809	R Bar **2 0.802153
R**2 Descentrado 0.994083	T x R**2 160.047
Média da variável dependente	0.1063167702
Erro padrão variável dependente	0.0191629272
Erro padrão da estimativa	0.0085236639
Soma dos quadrados dos resíduos	0.0111158854
Regressão F	93.7624
Nível de significância F	0.00000000
Log – verossimilhança	542.80404
Estatística de Durbin-Watson	1.952822

Fonte: Elaboração própria

A tabela 22 mostra o modelo matemático, que ajuda a equipe de gestão governamental dos municípios a planejar e traçar caminhos alternativos para a gestão dos recursos públicos bem como predizer alterações na variação do IDH-M:

Tabela 22: Modelagem matemática - VIDH

$$\text{VIDH-M } 1991/2000 = 5.9627e-03 + 2.7119e-06*\text{PIB} - 4.6174e-04*\text{VMORT} + 2.7685e-03*\text{VALFAB} + 7.2729e-04*\text{VESC} + 1.0813e-04*\text{VENF} + 4.2151e-03*\text{VMEDIC}$$

Fonte: Elaboração própria

5.2.10 Previsão da taxa de variação do IDH-M na sua forma total versus variáveis contábeis e não contábeis - Hipótese Central

H0: as informações provenientes da contabilidade aplicada ao setor público e as informações não contábeis do município não possuem valor preditivo na determinação da variação do IDH do município.

O objetivo dessa hipótese é verificar se as informações contábeis receita e despesa por categoria econômica e despesa por função, e as informações não contábeis distância do município à capital, localização, mortalidade, nível de alfabetização, dentre outras possuem valor preditivo na determinação da taxa de variação do IDH-M do município. A modelagem mais adequada é demonstrada nas tabelas 23 e 24.

A tabela 23 mostra os coeficientes estimados no modelo de regressão e o nível de significância das variáveis.

Tabela 23: Coeficientes, inclinação e significância das variáveis - Hipótese Central

Variável	Coeficiente	Erro padrão	T-Stat	Signif
1. CONSTANTE	0.0142	4.1049e-03	3.46327	0.00069456
2. DIST	3.6230e-05	5.6248e-06	6.44118	0.00000000
3. VMORT	-4.4168e-04	2.5767e-05	-17.14144	0.00000000
4. VALFAB	2.8399e-03	2.4697e-04	11.49907	0.00000000
5. VESC	6.6338e-04	1.1728e-04	5.65622	0.00000008
6. VENF	1.3398e-04	5.2946e-05	2.53040	0.01241757
7. VMEDIC	5.0941e-03	2.0033e-03	2.54287	0.01200115
8. VRTRANSCOR	-1.7815e-06	7.2529e-07	-2.45626	0.01517273
9. VINV	1.7656e-05	6.0520e-06	2.91742	0.00406883
10. VINVFIN	-7.8420e-04	3.3494e-04	-2.34131	0.02052345

Fonte: Elaboração própria

Com base na tabela 23 pode-se verificar as variáveis que dispõem os melhores coeficientes e seus respectivos níveis de significância. Assim, com base nos dados apresentados, pode-se afirmar que a hipótese pode ser parcialmente rejeitada, pois algumas variáveis contábeis podem prever futuras alterações na variação do IDH-M na dimensão educação.

Depreende-se da análise da tabela 23 que a variação do IDH-M possui correlação positiva com as variáveis de distância do município a capital, variação da taxa de alfabetização, variação do nível de escolaridade, variação do percentual de enfermeiros com curso superior, variação de médicos por cada 1.000 habitantes, variação da despesa de investimento per capita. Já para as variáveis: variação da mortalidade, variação da receita de transferências correntes per capita e variação da despesa de inversão financeira per capita existe uma correlação negativa.

Os índices apresentam significância inferior a 5%, porém algumas apresentaram significância diferente de zero, principalmente as contábeis, no entanto o conjunto dos índices oferece resultado significativo. Das variáveis que têm correlação com a variável IDH-M, merecem destaque as variáveis não contábeis.

O aumento da variação do IDH-M decorrente das variáveis não contábeis reafirma a importância dessas variáveis na formação desse indicador. A diminuição da variação da mortalidade faz com que esse indicador tenha variações positivas, no entanto caso a mortalidade aumente o índice será afetado negativamente. Já o aumento na variação dos níveis de alfabetização e de escolaridade, também reflete variações positivas no IDH-M. Assim, estas variáveis estão relacionadas com o IDH-M de forma que tende a beneficiar alterações positivas. Um aprofundamento da análise pode ser feita no sentido de requerer que sejam correlacionados dados como número de professores per capita, salário médio e desempenho escolar, bem como a relação da variação do IDH-M com variáveis de aspectos mais qualitativos.

As variáveis relacionadas à saúde, enfermeiros com nível superior e médicos por cada 1000 habitantes, demonstram que um município deve incentivar a contratação para estes dois tipos de profissionais, e com isso obter uma variação positiva do IDH-M.

Em relação às variáveis contábeis que têm correlação com a variação do IDH-M, destaca-se a variação da despesa com investimento per capita, por ter uma correlação positiva. O aumento com este tipo de dispêndio indica uma possível aplicação de recursos na capitalização do município e que possivelmente proporcionará melhorias na infra-estrutura do município. É importante lembrar que a despesa com investimento faz parte da classificação da despesa de capital que serve de parâmetro para alocação de receitas de capital (operações de crédito) que foca a aplicação de recursos em setores de primordial importância na área de gestão governamental, e que demonstra o nível de endividamento e a capacidade de cumprir a regra de ouro conforme preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

A tabela 24 regressão linear – estimação por mínimos quadrados mede a proporção da variação do IDH-M, que é explicada pela equação de regressão múltipla, ou seja, o valor encontrado do R^2 demonstra que a equação é válida. Na regressão pode-se perceber ainda o nível de significância e que o Durbin – Watson é igual a 1.924163, o que significa que não existe autocorrelação.

Tabela 24: Regressão Linear – Estimação por mínimos quadrados
Regressão Linear - Estimação por Mínimos Quadrados

Variável Dependente – VIDH	
Dados Anuais - 1991 e 2000	
Observações usadas – 161	Graus de liberdade – 151
R**2 Centrado 0.810730	R Bar **2 0.799449
R**2 Descartado 0.994080	T x R**2 160.047
Média da variável dependente	0.1063167702
Erro padrão variável dependente	0.0191629272
Erro padrão da estimativa	0.0085817102
Soma dos quadrados dos resíduos	0.0111205083
Regressão F	71.8671
Nível de significância F	0.00000000
Log – verossimilhança	542.77057
Estatística de Durbin-Watson	1.924163

Fonte: Elaboração própria

A tabela 25 mostra o modelo matemático, o qual ajudará a equipe de gestão governamental dos municípios a planejar e traçar caminhos alternativos para a gestão dos recursos públicos bem como prever alterações na variação do IDH-M:

Tabela 25: Modelagem matemática - VIDH

$$\text{VIDH-M 1991/2000} = 0.0142 + 3.6230e-05 \cdot \text{DIST} - 4.4168e-04 \cdot \text{VMORT} + 2.8399e-03 \cdot \text{VALFAB} + 6.6338e-04 \cdot \text{VESC} + 1.3398e-04 \cdot \text{VENF} + 5.0941e-03 \cdot \text{VMEDIC} - 1.7815e-06 \cdot \text{VRTRANSCOR} + 1.7656e-05 \cdot \text{VINV} - 7.8420e-04 \cdot \text{VINVFIN}$$

Fonte: Elaboração própria

A tabela 25 modelagem matemática, demonstra que as algumas variáveis podem explicar ou servirem como variáveis independentes são: distância do município á capital, variação da mortalidade, variação da taxa de alfabetização, variação do nível de escolaridade,

variação do percentual de enfermeiros com curso superior, variação de médicos por cada 1.000 habitantes, variação da receita de transferências correntes per capita, variação da despesa de investimento per capita e variação da despesa de inversão financeira per capita, rejeitando parcialmente a hipótese H_0 . Portanto, estas são as variáveis independentes contábeis e não contábeis que podem explicar alterações na variação do IDH dos municípios paraibanos.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Neste capítulo apresentam-se as conclusões e as recomendações para trabalhos futuros. O primeiro ponto a ser focado será a verificação do alcance dos objetivos.

Conclusões

A informação clara, precisa e tempestiva deve ser à base de qualquer ciência. A contabilidade busca suprir seus usuários desse tipo de informação. Nesse contexto, este trabalho buscou dados contábeis e não contábeis, informados pelos municípios, transformá-los em uma modelagem matemática, e suprir-los de informações que ajuda aos gestores no processo de planejamento para que tenham uma boa eficiência da gestão municipal. Essa eficiência teve como premissa a variação positiva do IDH-M na dimensão global.

Nesse contexto, buscou-se a partir da variação do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que é uma medida que tem como dimensões principais a renda (pobreza), a educação (representada pelo índice de alfabetização), e a saúde (representada pela esperança de vida), evidenciar, através de regressão linear múltipla, a eficiência da gestão municipal, assim, partiu-se da premissa de que o IDH é um indicador de eficiência de gestão municipal.

Destarte, apesar de um município apresentar um IDH abaixo do esperado não significa que os seus recursos estejam sendo empregados de forma ineficiente, pois os recursos podem estar sendo empregados de forma eficiente, permitindo elevar o IDH, mas ainda assim, não conseguirem elevar o IDH de modo a atingir um nível adequado ou próximo de 1 (um).

Para poder responder a questão da pesquisa, este trabalho tem como objetivo geral a utilização de modelagem matemática que possa explicar se há dependência da variação do IDH-M para os municípios da Paraíba, em relação às variáveis que representem a ação pública, obtidas com base em informações contábeis e não contábeis, com destaque para as ações na área da educação e da saúde.

Assim, por meio de regressão linear múltipla, foi possível estabelecer, dentre as variáveis contábeis e não contábeis, aquelas que são condicionantes na variação do IDH-M para os municípios do Estado da Paraíba. A partir das modelagens de regressões, apresenta-se as seguintes conclusões:

- I. Os modelos mostraram que as informações contábeis possuem relevância na determinação da variação do IDH-M na dimensão global, variação do IDH-M na dimensão educação, variação do IDH-M na dimensão renda e variação do IDH-M na dimensão longevidade. Respondendo a uma parte dos objetivos.
- II. Os modelos também mostraram que as variáveis não contábeis são as que mais influência a variação do IDH-M, porém elas só foram testadas na hipótese central, atendendo a outra parte dos objetivos.
- III. A tabela 26 apresenta o modelo matemático da hipótese central e que responde ao objetivo geral, o qual ajuda a equipe de gestão governamental dos municípios a planejar e traçar caminhos alternativos para a gestão dos recursos públicos bem como predizer alterações na variação do IDH-M:

Tabela 26: Modelagem matemática - VIDH

$$\text{VIDH-M 1991/2000} = 0.0142 + 3.6230e-05*\text{DIST} - 4.4168e-04*\text{VMORT} + 2.8399e-03*\text{VALFAB} + 6.6338e-04*\text{VESC} + 1.3398e-04*\text{VENF} + 5.0941e-03*\text{VMEDIC} - 1.7815e-06*\text{VRTRANSCOR} + 1.7656e-05*\text{VINV} - 7.8420e-04*\text{VINVFIN}$$

Fonte: Elaboração própria

A tabela 26 modelagem matemática, demonstra que variáveis contábeis e não contábeis que podem explicar ou servirem como variáveis controle são: distância do município à capital, variação da mortalidade, variação da taxa de alfabetização, variação do nível de escolaridade, variação do percentual de enfermeiros com curso superior, variação de médicos por cada 1.000 habitantes, variação da receita de transferências correntes per capita, variação da despesa de investimento per capita e variação da despesa de inversão financeira per capita, rejeitando parcialmente a hipótese central. Portanto, estas são as variáveis independentes contábeis e não contábeis que podem explicar alterações na variação do IDH dos municípios paraibanos.

Outra conclusão plausível é a que se refere aos municípios com os maiores IDH no período de 1991 e de 2000, bem como aqueles que tiveram as maiores variações neste período. Assim, chega-se a conclusão que os municípios com os maiores IDH no período de 1991, por mesorregião, são na Zona da Mata: a capital João Pessoa, Bayeux, Cabedelo e Santa Rita, ou seja, os maiores municípios dessa mesorregião; no Agreste paraibano, os municípios de

Campina Grande e Guarabira, também os maiores dessa mesorregião; na Borborema: Cabaceiras, Gurjão, Santa Lúzia, São João do Cariri, Serra Branca, Sumé e Várzea; e no Sertão paraibano, Cajazeiras, Catolé do Rocha, Patos, Pombal, São Mamede, Sousa e Uirauna. Observa-se que os municípios com os maiores IDH por mesorregiões são aqueles com maior população e os que estão próximos dos municípios com os maiores polos econômicos.

Os vinte municípios com os maiores IDH no período de 2000, destaca-se novamente a capital João Pessoa, mantendo-se em primeiro no *ranking* dos melhores IDH, com uma variação positiva de 0,064, aproximando seu IDH de oito, bem acima da média dos demais município paraibanos. O município de Campina Grande perde sua posição para a cidade de Cabedelo, município portuário, e que concentra uma boa arrecadação de tributos. Sua população é de aproximadamente 43 mil habitantes, para o período analisado.

Analisando o período de 2000, também por mesorregião, dos vinte municípios destaca-se na Zona da Mata a capital João Pessoa, Cabedelo, Bayeux e Santa Rita, novamente, os maiores municípios dessa mesorregião; no Agreste paraibano, os municípios de Campina Grande e Guarabira, também os maiores dessa mesorregião; a Borborema ainda concentra a grande maioria dos município com IDH acima da média para os vinte analisados, são eles Cabaceiras, Santa Lúzia, São João do Cariri, São José do Sabugi, Serra Branca, Sumé e Várzea; e no Sertão paraibano, Cajazeiras, Catolé do Rocha, Patos, Pombal, Sousa, Uirauna e Vista Serrana. Observa-se que os municípios de Gurjão e São Mamede deixam de fazer parte dos vinte melhores, cedendo lugar para São José do Sabugi e Vista Serrana.

O município de Quixaba situado no alto Sertão da Paraíba, foi o que conseguiu a maior variação positiva de 0,178, atingindo em 2000 um IDH de 0,560, porém ainda abaixo da média, desviando-se 0,038 do padrão. O município tem um PIB per capita de R\$ 1.918,24 no ano de 2000, e uma redução da mortalidade de 128,89%. Quixaba tem uma variação positiva da taxa de alfabetização de aproximadamente 24%, outro ponto que teve uma variação positiva foi a taxa de frequência a escola, próximo de 39%. O município melhorou também a variação do percentual de enfermeiros com curso superior, ou seja, 2,78 % deles têm curso superior, no entanto para o período analisado o município não tem variação de médicos por cada 1.000 habitantes. No que tange as variáveis contábeis a variação da receita de transferências correntes per capita, Quixaba ainda depende desse tipo de receita, no entanto para o período analisado, este município diminuiu significativamente essa dependência, variação da despesa de investimento per capita também teve uma variação negativa. Assim, as

variáveis não contábeis foram as que mais influenciaram a variação do IDH em Quixaba. Portanto, essa análise reforça a rejeição parcial da hipótese central.

Portanto, com base nos resultados e nas conclusões apresentadas neste trabalho, conclui-se que os objetivos foram atingidos em todos os seus aspectos, com a evidenciação das variáveis contábeis e não contábeis responsáveis pela variação do IDH nos municípios do Estado da Paraíba.

Recomendações

Este trabalho apresenta algumas limitações, demonstradas em capítulo próprio, das quais cita-se, a série história das variáveis contábeis e não contábeis, mas principalmente para o IDH e o fato de ter sido aplicado apenas ao Estado da Paraíba. Assim, segue algumas sugestões para futuros trabalhos:

- I. Realizar estudos posteriores com o tema de modo que o IDH dos municípios que será publicado futuramente pelo IBGE faça parte, aumentando assim a série histórica das variáveis contábeis e não contábeis;
- II. Aplicar a modelagem matemática, regressão múltipla, buscando dados *in loco* para evitar a perda de informações, pelo não envio das mesmas para a Secretaria do Tesouro Nacional;
- III. Replicar o estudo para outros estados, no sentido de verificar se as variáveis se comportam da mesma forma aos resultados encontrados na Paraíba.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A.; SCHUKNECHT, L.; TANZI, V. **Public sector efficiency: an international comparison**. ECB Working Paper Series No. 242. Jul. 2003.

ANDRADE, N. A. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. São Paulo: Atlas, 2002.

ANGÉLICO, J. **Contabilidade pública**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ATKINSON, Anthony A. *ET al.* **Contabilidade Gerencial**. Tradução André Olímpio Mosselman Du Chenoy Castro; revisão técnica Rubéns Famá. São Paulo: Atlas, 2000.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade Pública: teoria de elaboração de balanços e 300 questões**. Niterói, Rio de Janeiro: Impetus, 1ª ed. 2004.

BRASIL, Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, de 05 de outubro de 1988.

_____. **Lei Complementar nº 101**, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.m Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2010.

_____. **Lei Federal nº 4.320**, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2010.

_____. **Lei Federal nº 10.180**, de 06 de fevereiro de 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeiro Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10180.htm. Acesso em: 15 de fevereiro de 2010.

_____. **Lei Federal nº 11.638**, de 27 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à delegação e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil/_ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm. Acesso em: 21 de fevereiro de 2010.

_____. **Decreto Federal nº 6.976**, de 07 de outubro de 2009. Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6976.htm. Acesso em: 21 de fevereiro de 2010.

_____. Controladoria Geral da União – CGU. **Cartilha Controle Social**. Orientações aos cidadãos para participação na gestão pública e exercício do controle social. 2ª ed. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/CartilhaOlhoVivo/Arquivos/ControleSocial.pdf>. Acesso em 12 de abril 2010.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. **Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, Atualiza a classificação Funcional da Despesa**. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/legislacao/conteudo/portarias.htm>>. Acesso em 02 nov. 2009.

_____. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral – MPCG. **Portaria nº 09 de 28 de janeiro de 1974. Institui a classificação Funcional-Programática da Despesa**. Arquivos do Senado Federal. Diário Oficial da União

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 3ª ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade para a Federação, 2010.

_____. **Portaria nº 184**, de 25 de agosto de 2008. Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, laboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao Setor Público. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/legislacao/portarias/2008/portaria184.asp>>. Acesso em: 20 de março de 2010.

_____. Tribunal de Contas da União. **Manual de auditoria de natureza operacional**. Brasília: TCU, 2000a.

_____. Tribunal de Contas da União. **Técnicas de auditoria: Indicadores de desempenho e mapa de produtos**. Brasília: TCU, 2000b.

BURKHEAD, J. **Orçamento público**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

CABRAL, *et al.* **Controle Social das obras públicas** - experiência Pernambuco. Disponível em: <<http://www.pt.br/assessor/cartilhalrf.pdf>>.

CAMPELLO, C. A. G. B. **Eficiência municipal**: um estudo no estado de São Paulo. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Departamento de Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

CARDOSO, André Guskow. **As exigências de publicidade dos atos da administração pública e a Lei de Responsabilidade Fiscal**. Disponível em:
<<http://www.justen.com.br/Informativo28/artigos/andre.html>. Acesso em: 28 de ago. 2010.

CARVALHO, L. Nelson. **Contabilidade & Ecologia**: uma exigência que se impões. Revista Brasileira de Contabilidade – DF: ano 20, nº 75 abril/junho de 1991.

Conselho Federal de Contabilidade – CFC. **Resolução CFC nº 1.121/2008. NBC T 1 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das demonstrações Contábeis**. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001121

_____; **Resolução CFC Nº. 1.128/2008. NBC T SP 16.1 – Conceituação, objeto e campo de aplicação**. Disponível em:
http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001128

_____; **Resolução CFC Nº. 1.130/2008. NBC T SP 16.3 – Planejamento e seus instrumentos sob o enfoque contábil**. Disponível em:
http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001133

_____; **Resolução CFC nº 1268/2008. NBC T SP 16.6 – Demonstrações Contábeis**. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001268

_____; **Resolução CFC nº 750/1993. Princípios Fundamentais de Contabilidade** Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1993/000750

_____; **Resolução CFC nº 1.111/2007. Aprova o Anexo II da Resolução CFC nº 750/93 sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade** Disponível em:
http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2007/001111

CRUZ, Flávio da (Org.) *et al.* **Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DANTAS, R. A. **Engenharia de avaliações**: introdução à metodologia científica. São Paulo: Pini, 1998.

DIAS FILHO, José Maria. **A linguagem utilizada na informação contábil:** uma análise de usa compreensibilidade à luz da Teoria da Comunicação. Caderno de Estudos FIPECAFI, v. 13, nº 24, p. 38 – 49, São Paulo – julho/dezembro 2000.

_____; NAKAGAWA, Masaiuki. **A informação contábil e a ordem social:** uma contribuição das teorias semióticas e da comunicação. In: Seminário USP de Contabilidade, 2001, São Paulo. CD-ROM.

DHOLAKIA; Ravindra H.; KUMAR, A. S. **Identification of top performing economies.** IMA Working papers from Indian Institute of Management Ahmedabad, Research and Publicatio Department. Ahmedabad, Índia, 2003.

ELIAN, S. N. **Análise de regressão.** São Paulo: IME, 1998.

EPSTEIN, Isaac. **Teoria da informação.** 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

FERRARI, Alfonso Trujillo. **Metodologia da Pesquisa Científica.** São Paulo. McGraw Hill, 1982.

FARIA, Flavia P.; JANNUZZI, P. de Martinho; SILVA, S. José da. **Eficiência dos gastos municipais em saúde e educação:** uma investigação através da análise envoltória no estado do Rio de Janeiro. RAP – Rio de Janeiro. JAN/FEV, 2008.

GASPARINI, Carlos Eduardo. **Uma análise da eficiência na provisão de serviços públicos municipais no estado de Pernambuco.** Recife: UFPE, 2002. Dissertação de mestrado.

_____. **Provisão de serviços públicos no Brasil: Uma análise de aspectos sociais, técnicos e institucionais.** Recife: UFPE, 2003. Tese de doutorado.

GIACOMONI, J. **Orçamento público.** 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

GRATERON, Ivan Ricardo Guevara. Auditoria de gestão: Utilização de Indicadores de Gestão no Setor Público. São Paulo: FIPECAFI, 1999. Nº 21;

GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica.** Campus, 2006.

HAIR JR., J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Análise multivariada de dados.** 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HARADA, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

HERRMANN JÚNIOR, Frederico. **Contabilidade superior**. 11ª ed., São Paulo: Atlas, 1996.

HENDRIKSEN, Eldon S; BRENDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999. Tradução: Antonio Zoratto Sanvicente.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Apresenta informações sobre dados estatísticos nacionais**. Disponível em: [HTTP://www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 30 de janeiro de 2010.

IJIRI, Yuji. **Momentum Accountin**. AAA. Studies in Accounting Research n° 31, Florida, 1989.

INTOSAI. **Guidelines for Internal Controls Standards for the Public Sector 2004**.

http://www.intosai.org/Level3/Guidelines/3_InternalContrStand/3_GuICS_PubSec_e.pdf
f <acesso em 05 de setembro de 2010>

IPARDES. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, **2000 Anotações sobre o Desenvolvimento do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2003.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 7ª ed. São Paulo: Atlas 2006.

_____; MARTINS, E; GELBCKE, E. R. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**: aplicável às demais sociedade. FIPECAFI. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

JOHNSTON, J. **Métodos econométricos**. São Paulo: Atlas, 1986.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública**: teoria e prática. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Balanços Públicos**: teoria e prática. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LEVINE, David. M; STEPHAN, D; KREHBIEL, T. C; BERENSON, Mark L. **Estatística – Teoria e Aplicações Usando o Microsoft® Excel em português**. 3ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

LOPES, Jorge. **O fazer do trabalho científico em ciências sociais aplicadas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

MAGALHÃES, E. A; OLIVEIRA T. B. A; WAKIM, V. R; FARONI, W. **Análise da evolução da despesas orçamentária em uma instituição de ensino superior: o caso da Universidade Federal de Viçosa (UFV).** In: Anais XIII Congresso Brasileiro de Custos, Belo Horizonte, 20 de outubro a 01 de novembro de 2006.

MATIAS, A. B.; CAMPELLO, C. A. G. B. **Administração Financeira Municipal.** São Paulo: Atlas, 2000.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo.** 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público.** 1ª ed. Brasília, 2009.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial: Um enfoque em sistema de informação contábil.** 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PEREIRA, L. C. B. **Gestão do setor público: Estratégia e estrutura para um novo estado. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial.** Rio de Janeiro, 1998, Fundação Getúlio Vargas.

PINDYCK, Robert S; RUBINFELD, Daniel L. **Econometria Modelos e Previsões.** 4ª edição. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.

RIBEIRO, Cyro Castilho de e Borborema Ernani Avelar. **A Home Page das contas públicas: um diagnóstico de contribuição para o controle social.** Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Orçamento para o setor Público), Universidade de Brasília-UNB, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.portal2.tcu.gov.br/portal/page/.../documentos?>>. Acesso em: 22 de set. 2010.

ROCHA, Arlindo C. **A função da Auditoria Operacional na avaliação de controle de Entidades Governamentais.** Revista do Tribunal de Contas da União. V. 44, abr./jun. 1990.

ROCHA, Luiz Alberto G. S. **Estado, democracia e globalização.** Rio de Janeiro, 2008.

SÁ, Antônio Lopes de. **Fundamentos da Contabilidade Geral**. Curitiba. Editora Juruá, 2005.

_____. **Introdução à Ciência da Contabilidade**. Belo Horizonte: Tecnoprint, 1997.

_____. **História Geral e das doutrinas da Contabilidade**. Atlas: São Paulo, 2002.

SANTOS, L. A. dos; CARDOSO, R. L. dos S. **Avaliação de desempenho da ação governamental no Brasil: problemas e perspectivas**. In: CONCURSO DE ENSAYOS DEL CLAD, 2001. Caracas.

SCARPIN, J. Eduardo. **Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do Estado do Paraná**: instrumentos de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. Tese de Doutorado. São Paulo, 2006.

SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

_____, **Uma Contribuição ao Estudo da História do Pensamento Contábil**. 1996 Tese de Doutorado em Contabilidade - Faculdade de Economia, Universidade de São Paulo.

SILVA, Lino. M. **Contabilidade Governamental: Um enfoque administrativo**. 8^a ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____; **Contabilidade Pública**: ênfase no patrimônio x questão da legalidade. Disponível em WWW.cfc.org.br/uparq/p_lino.ppt. Acesso em: 20 de agosto 2010.

_____; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Contabilidade aplicada ao setor público**. In: RIBEIRO FILHO, José Francisco; LOPES, Jorge Expedito de Gusmão; PEDERNEIRAS, Marcleide. **Estudando teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

SLOMSKI, Valmor. **Mensuração do resultado econômico nas entidades públicas: uma proposta**. Chapecó: Argos, 2001.

_____. **Controladoria e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2005.

BARROS SOBRINHO, Adalgício C. e ARAÚJO, Aldem J. B. **A Lei de Responsabilidade Fiscal em linhas gerais**. Jus Navigandi, Teresina, ano 6, nº 53, jan. 2002. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2522>>. Acesso em: 18 de agosto de 2010.

SOUZA, Antonio Carlos de; FIALHO, Francisco Antonio Pereira; OTANI, Nilo. **TCC: métodos e técnicas**. Florianópolis: Visual Books, 2007.

VIEIRA, A. da Silva. **Utilização de informações contábeis governamentais para a análise de eficiência de políticas sociais dos municípios Alagoanos**. Dissertação de mestrado. UFPE, Pernambuco, 2009.

ANEXO

ANEXO

PORTARIA Nº 42, DE 14 DE ABRIL DE 1999, DO MPOG

Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições, observado o art. 113 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, combinado com o art. 14, inciso XV, alínea "a", da Lei no 9.649, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pela Medida Provisória no 1.799-3, de 18 de março de 1999, resolve:

Art. 1º As funções a que se refere o art. 2º, inciso I, da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, discriminadas no Anexo 5 da mesma Lei, e alterações posteriores, passam a ser as constantes do Anexo que acompanha esta Portaria.

§ 1º Como função, deve entender-se o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público.

§ 2º A função "Encargos Especiais" engloba as despesas em relação às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portanto, uma agregação neutra.

§ 3º A subfunção representa uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.

§ 4º As subfunções poderão ser combinadas com funções diferentes daquelas a que estejam vinculadas, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Para os efeitos da presente Portaria, entendem-se por:

a) Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

- b) Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo;
- c) Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- d) Operações Especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Art. 3º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estabelecerão, em atos próprios, suas estruturas de programas, códigos e identificação, respeitados os conceitos e determinações desta Portaria.

Art. 4º Nas leis orçamentárias e nos balanços, as ações serão identificadas em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais.

Parágrafo único. No caso da função "Encargos Especiais", os programas corresponderão a um código vazio, do tipo "0000".

Art. 5º A dotação global denominada "Reserva de Contingência", permitida para a União no art.91 do Decreto-Lei no 200, de 25 de fevereiro de 1967, ou em atos das demais esferas de Governo, a ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais e sob coordenação do órgão responsável pela sua destinação, será identificada por código definido pelos diversos níveis de governo.

Art. 6º O disposto nesta Portaria se aplica aos orçamentos da União, dos Estados e do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2000 e seguintes, e aos Municípios a partir do exercício financeiro de 2002, revogando-se a Portaria no 117, de 12 de novembro de 1998, do ex-Ministro do Planejamento e Orçamento, e demais disposições em contrário.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO PARENTE

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL - FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES DE GOVERNO

(Anexo da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, publicada no DOU de 15 de abril de 1999)

FUNÇÕES	SUBFUNÇÕES
01 – Legislativa	031 – Ação Legislativa 032 – Controle Externo
02 – Judiciária	061 – Ação Judiciária 062 – Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário
03 - Essencial à Justiça	091 – Defesa da Ordem Jurídica 092 – Representação Judicial e Extrajudicial
04 – Administração	121 – Planejamento e Orçamento 122 – Administração Geral 123 – Administração Financeira 124 – Controle Interno 125 – Normatização e Fiscalização 126 – Tecnologia da Informação 127 – Ordenamento Territorial 128 – Formação de Recursos Humanos 129 – Administração de Receitas 130 – Administração de Concessões 131 – Comunicação Social
05 - Defesa Nacional	151 – Defesa Aérea 152 – Defesa Naval 153 – Defesa Terrestre

06 - Segurança Pública	181 – Policiamento 182 – Defesa Civil 183 – Informação e Inteligência
07 – Relações Exteriores	211 – Relações Diplomáticas 212 – Cooperação Internacional
08 – Assistência Social	241 – Assistência ao Idoso 242 – Assistência ao Portador de Deficiência 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente 244 – Assistência Comunitária
09 – Previdência Social	271 – Previdência Básica 272 – Previdência do Regime Estatutário 273 – Previdência Complementar 274 – Previdência Especial
10 – Saúde	301 – Atenção Básica 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial 303 – Suporte Profilático e Terapêutico 304 – Vigilância Sanitária 305 – Vigilância Epidemiológica 306 – Alimentação e Nutrição
11 – Trabalho	331 – Proteção e Benefícios ao Trabalhador 332 – Relações de Trabalho 333 – Empregabilidade 334 – Fomento ao Trabalho

12 – Educação	361 – Ensino Fundamental 362 – Ensino Médio 363 – Ensino Profissional 364 – Ensino Superior 365 – Educação Infantil 366 – Educação de Jovens e Adultos 367 – Educação Especial
13 – Cultura	391 – Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico 392 – Difusão Cultural
14 – Direitos da Cidadania	421 – Custódia e Reintegração Social 422 – Direitos Individuais, Coletivos e Difusos 423 – Assistência aos Povos Indígenas
15 – Urbanismo	451 – Infra-Estrutura Urbana 452 – Serviços Urbanos 453 – Transportes Coletivos Urbanos
16 – Habitação	481 – Habitação Rural 482 – Habitação Urbana
17 – Saneamento	511 – Saneamento Básico Rural 512 – Saneamento Básico Urbano
18 - Gestão Ambiental	541 – Preservação e Conservação Ambiental 542 – Controle Ambiental 543 – Recuperação de Áreas Degradadas 544 – Recursos Hídricos 545 – Meteorologia

19 – Ciência e Tecnologia	571 – Desenvolvimento Científico 572 – Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia 573 – Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico
20 – Agricultura	601 – Promoção da Produção Vegetal 602 – Promoção da Produção Animal 603 – Defesa Sanitária Vegetal 604 – Defesa Sanitária Animal 605 – Abastecimento 606 – Extensão Rural 607 – Irrigação
21 – Organização Agrária	631 – Reforma Agrária 632 – Colonização
22 – Indústria	661 – Promoção Industrial 662 – Produção Industrial 663 – Mineração 664 – Propriedade Industrial 665 – Normalização e Qualidade
23 – Comércio e Serviços	691 – Promoção Comercial 692 – Comercialização 693 – Comércio Exterior 694 – Serviços Financeiros 695 – Turismo
24 – Comunicações	721 – Comunicações Postais 722 – Telecomunicações

25 – Energia	<p>751 – Conservação de Energia</p> <p>752 – Energia Elétrica</p> <p>753 – Petróleo</p> <p>754 – Álcool</p>
26 – Transporte	<p>781 – Transporte Aéreo</p> <p>782 – Transporte Rodoviário</p> <p>783 – Transporte Ferroviário</p> <p>784 – Transporte Hidroviário</p> <p>785 – Transportes Especiais</p>
27 – Desporto e Lazer	<p>811 – Desporto de Rendimento</p> <p>812 – Desporto Comunitário</p> <p>813 – Lazer</p>
28 – Encargos Especiais	<p>841 – Refinanciamento da Dívida Interna</p> <p>842 – Refinanciamento da Dívida Externa</p> <p>843 – Serviço da Dívida Interna</p> <p>844 – Serviço da Dívida Externa</p> <p>845 – Transferências</p> <p>846 – Outros Encargos Especiais</p>

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Municípios paraibanos: Variação do Índice de Desenvolvimento Humano, Variação do Índice de Desenvolvimento Humano na dimensão educação, Variação do Índice de Desenvolvimento Humano na dimensão renda, Variação do Índice de Desenvolvimento Humano na dimensão longevidade e População de 1991

NOME DO MUNICÍPIO SIAFI	VIDH	VIDHE	VIDHR	VIDHL	POP 1991
AGUIAR	0,105	0,163	0,052	0,100	6771
ALAGOA GRANDE	0,101	0,175	0,069	0,059	30128
ALAGOA NOVA	0,129	0,175	0,069	0,143	15616
ALHANDRA	0,136	0,248	0,025	0,136	13394
ARAÇAGI	0,128	0,248	0,059	0,077	18936
ARARA	0,087	0,166	0,007	0,089	9654
AREIAL	0,078	0,171	0,022	0,043	6075
AROEIRAS	0,124	0,212	0,055	0,103	20047
BAÍA DA TRAÍÇÃO	0,124	0,240	0,068	0,065	5358
BANANEIRAS	0,095	0,237	0,020	0,028	23157
BAYEUX	0,089	0,155	0,058	0,055	77491
BELÉM	0,093	0,187	0,070	0,022	15645
BELÉM DO BREJO DO CRUZ	0,120	0,190	0,052	0,118	8141
BOA VENTURA	0,100	0,127	0,076	0,097	5067
BOM JESUS	0,092	0,168	0,064	0,044	1735
BOM SUCESSO	0,120	0,179	0,076	0,106	6277
BONITO DE SANTA FÉ	0,105	0,210	0,092	0,013	9043
BOQUEIRÃO	0,077	0,157	0,021	0,055	14779
BORBOREMA	0,113	0,160	0,048	0,131	4184
BREJO DO CRUZ	0,113	0,146	0,092	0,102	12113
BREJO DOS SANTOS	0,136	0,163	0,107	0,137	6233
CAAPORÃ	0,140	0,235	0,064	0,121	15007
CABACEIRAS	0,102	0,141	0,055	0,112	4313
CABEDELO	0,111	0,142	0,138	0,052	29052
CACHOEIRA DOS ÍNDIOS	0,101	0,172	0,096	0,034	7315
CACIMBA DE AREIA	0,113	0,165	0,076	0,100	3567
CACIMBA DE DENTRO	0,099	0,224	0,031	0,042	17672
CAIÇARA	0,125	0,230	0,063	0,082	7170
CAJAZEIRAS	0,071	0,136	0,057	0,020	51273
CALDAS BRANDÃO	0,113	0,186	0,051	0,103	5273
CAMALAUÍ	0,070	0,099	0,060	0,051	4377
CAMPINA GRANDE	0,074	0,103	0,064	0,056	321904
CAMPO DE SANTANA (TACIMA)	0,096	0,222	0,008	0,058	10407
CARRAPATEIRA	0,056	0,130	-0,012	0,048	1872
CATINGUEIRA	0,118	0,222	0,114	0,018	6231
CATOLÉ DO ROCHA	0,107	0,135	0,086	0,101	25747
CONCEIÇÃO	0,117	0,161	0,093	0,097	18967

CONDADO	0,069	0,131	0,058	0,017	6620
CONDE	0,106	0,179	0,094	0,043	10268
CONGO	0,099	0,174	0,076	0,047	5108
COREMAS	0,112	0,181	0,058	0,097	15169
CRUZ DO ESPÍRITO SANTO	0,115	0,203	0,050	0,090	12651
CUBATÍ	0,119	0,150	0,099	0,107	6279
CUITE	0,134	0,216	0,089	0,099	20463
CUITEGI	0,126	0,210	0,074	0,094	6989
CURRAL VELHO	0,110	0,190	0,060	0,079	2537
DESTERRO	0,112	0,181	0,043	0,112	7019
DIAMANTE	0,127	0,254	0,113	0,015	7961
DONA INÊS	0,082	0,213	0,013	0,018	9842
DUAS ESTRADAS	0,118	0,194	0,079	0,082	4909
EMAS	0,105	0,148	0,096	0,071	3129
ESPERANÇA	0,083	0,165	0,062	0,022	27594
FAGUNDES	0,101	0,211	0,055	0,035	13195
FREI MARTINHO	0,083	0,141	0,051	0,057	2684
GUARABIRA	0,076	0,156	0,065	0,008	49548
GURINHEM	0,134	0,215	0,085	0,103	12809
GURJÃO	0,086	0,167	0,071	0,021	3941
IBIARA	0,135	0,200	0,128	0,079	6583
IGARACY	0,115	0,148	0,108	0,090	6243
IMACULADA	0,109	0,211	0,040	0,076	11085
INGÁ	0,112	0,168	0,065	0,103	17221
ITABAIANA	0,098	0,150	0,066	0,080	26464
ITAPORANGA	0,087	0,141	0,093	0,025	19814
ITAPOROROCA	0,130	0,248	0,063	0,078	13435
ITATUBA	0,079	0,135	0,027	0,075	9141
JACARAÚ	0,129	0,242	0,043	0,102	14020
JERICÓ	0,091	0,183	0,069	0,021	7750
JOÃO PESSOA	0,064	0,082	0,050	0,060	497600
JUAREZ TÁVORA	0,091	0,180	0,059	0,034	7219
JUAZEIRINHO	0,106	0,144	0,073	0,100	13192
JUNCO DO SERIDÓ	0,108	0,155	0,086	0,083	5768
JURUPIRANGA	0,101	0,186	0,059	0,058	9405
JURÚ	0,129	0,213	0,125	0,049	10523
LAGOA	0,126	0,141	0,117	0,118	5756
LAGOA DE DENTRO	0,101	0,221	0,022	0,061	7322
LAGOA SECA	0,071	0,150	0,014	0,048	21660
LASTRO	0,128	0,186	0,105	0,094	3278
LIVRAMENTO	0,113	0,142	0,086	0,112	7029
LUCENA	0,111	0,223	0,068	0,043	7699
MAE D'AGUA	0,141	0,218	0,062	0,142	3571

MALTA	0,107	0,172	0,087	0,064	6023
MAMANGUAPE	0,096	0,173	0,046	0,069	34506
MANAÍRA	0,083	0,149	0,064	0,036	11375
MARI	0,126	0,189	0,081	0,107	20702
MASSARANDUBA	0,073	0,169	0,042	0,008	12030
MATARACA	0,090	0,189	0,014	0,069	4990
MOGEIRO	0,116	0,216	0,058	0,075	13540
MONTADAS	0,100	0,153	0,095	0,052	3836
MONTE HOREBE	0,092	0,179	0,048	0,048	4053
MONTEIRO	0,091	0,155	0,087	0,030	27052
MULUNGU	0,110	0,216	0,072	0,043	9461
NATUBA	0,093	0,179	0,049	0,051	11624
NAZAREZINHO	0,100	0,129	0,078	0,093	6624
NOVA FLORESTA	0,116	0,227	0,054	0,067	7257
NOVA OLINDA	0,147	0,234	0,069	0,137	6198
NOVA PALMEIRA	0,123	0,188	0,079	0,102	3320
OLHO D'AGUA	0,077	0,169	0,033	0,028	8478
OLIVEDOS	0,129	0,172	0,072	0,144	3392
PASSAGEM	0,108	0,176	0,103	0,046	1326
PATOS	0,081	0,101	0,060	0,082	81565
PAULISTA	0,094	0,163	0,084	0,036	11004
PEDRA BRANCA	0,127	0,229	0,072	0,081	4469
PEDRA LAVRADA	0,120	0,189	0,071	0,100	6677
PEDRAS DE FOGO	0,082	0,209	0,013	0,023	24914
PIANCÓ	0,131	0,159	0,116	0,117	15277
PICUÍ	0,097	0,191	0,042	0,057	16504
PILAR	0,109	0,194	0,079	0,055	9545
PILÕES	0,098	0,233	0,035	0,024	7894
PILOEZINHOS	0,108	0,171	0,084	0,069	5391
PIRPIRITUBA	0,123	0,183	0,091	0,094	10156
PITIMBU	0,112	0,212	0,047	0,075	9463
POCINHOS	0,098	0,213	0,037	0,044	14502
POMBAL	0,102	0,166	0,036	0,106	30410
PRATA	0,105	0,087	0,109	0,119	3311
PRINCESA ISABEL	0,104	0,179	0,080	0,052	16653
PUXINANÃ	0,109	0,219	0,029	0,077	11573
QUEIMADAS	0,087	0,169	0,081	0,012	32555
QUIXABA	0,178	0,288	0,098	0,147	1390
REMÍGIO	0,083	0,143	0,020	0,087	14883
RIACHO DOS CAVALOS	0,132	0,180	0,078	0,137	8935
RIO TINTO	0,097	0,211	0,053	0,026	21798
SALGADINHO	0,143	0,237	0,081	0,112	2710
SALGADO DE SÃO FELIX	0,082	0,167	0,049	0,029	12534

SANTA CRUZ	0,111	0,192	0,090	0,050	7410
SANTA HELENA	0,088	0,170	0,065	0,029	6127
SANTA LUZIA	0,090	0,103	0,047	0,119	13040
SANTA RITA	0,092	0,125	0,046	0,107	94413
SANTA TERESINHA	0,148	0,260	0,101	0,083	5206
SANTANA DE MANGUEIRA	0,133	0,285	0,048	0,066	6301
SANTANA DOS GARROTES	0,143	0,215	0,107	0,106	8064
SÃO BENTO	0,107	0,196	0,047	0,078	21579
SÃO JOÃO DO CARIRI	0,115	0,156	0,076	0,112	4137
SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	0,112	0,175	0,127	0,034	17500
SÃO JOÃO DO TIGRE	0,099	0,149	0,101	0,048	4578
SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA	0,112	0,212	0,052	0,072	7070
SÃO JOSÉ DE CAIANA	0,124	0,230	0,112	0,029	4725
SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS	0,145	0,258	0,096	0,083	6166
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	0,100	0,184	0,074	0,044	17625
SÃO JOSÉ DO BONFIM	0,100	0,130	0,084	0,084	2808
SÃO JOSÉ DO SABUGI	0,116	0,142	0,087	0,119	4001
SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS	0,101	0,151	0,095	0,057	4168
SAO MAMEDE	0,096	0,112	0,107	0,071	8353
SÃO MIGUEL DE TAIPÚ	0,114	0,217	0,067	0,058	5913
SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA	0,129	0,209	0,091	0,089	8794
SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO	0,096	0,145	0,076	0,066	2720
SAPÉ	0,104	0,186	0,037	0,090	47280
SERIDÓ	0,130	0,203	0,067	0,120	7870
SERRA BRANCA	0,091	0,122	0,059	0,090	12372
SERRA DA RAIZ	0,106	0,175	0,074	0,069	3703
SERRA GRANDE	0,118	0,171	0,116	0,067	2598
SERRA REDONDA	0,098	0,195	0,090	0,009	7305
SERRARIA	0,120	0,247	0,056	0,056	9561
SOLÂNEA	0,111	0,199	0,040	0,094	26950
SOLEDADE	0,092	0,158	0,067	0,050	11175
SOUSA	0,094	0,160	0,075	0,047	63649
SUMÉ	0,085	0,147	0,063	0,045	15382
TAPEROÁ	0,093	0,146	0,065	0,069	14038
TAVARES	0,106	0,216	0,047	0,057	14342
TEIXEIRA	0,119	0,176	0,064	0,115	11456
TRIÚNFO	0,092	0,164	0,089	0,024	8894
UIRAÚNA	0,084	0,135	0,091	0,027	14068
UMBUZEIRO	0,081	0,176	0,056	0,013	9585
VÁRZEA	0,105	0,093	0,103	0,119	2211
VISTA SERRANA	0,101	0,149	0,057	0,097	3052

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE 2 - Variáveis explicativas: População de 2000, Tamanho do município, Distância a capital, Ano de fundação e Localização por mesorregião

NOME DO MUNICÍPIO SIAFI	POP 2000	TAMUNIC	DIST	ANO	LOC
AGUIAR	5638	385,90	364,77	1961	Sertão Paraibano
ALAGOA GRANDE	29169	333,70	85,18	1864	Agreste Paraibano
ALAGOA NOVA	18575	119,60	98,81	1904	Agreste Paraibano
ALHANDRA	15914	225,00	36,00	1959	Mata Paraibana
ARACAGI	18095	236,60	64,12	1959	Agreste Paraibano
ARARA	11530	39,20	103,74	1961	Agreste Paraibano
AREIAL	6039	64,70	114,84	1961	Agreste Paraibano
AROEIRAS	19520	386,80	104,67	1953	Agreste Paraibano
BAÍA DA TRAÍÇÃO	6483	94,90	48,13	1962	Mata Paraibana
BANANEIRAS	21810	273,80	94,12	1833	Agreste Paraibano
BAYEUX	87561	27,50	7,69	1959	Mata Paraibana
BELÉM	16605	102,70	83,12	1957	Agreste Paraibano
BELÉM DO BREJO DO CRUZ	7011	596,90	312,45	1961	Sertão Paraibano
BOA VENTURA	6588	195,00	371,08	1961	Sertão Paraibano
BOM JESUS	2193	47,10	419,01	1963	Sertão Paraibano
BOM SUCESSO	5285	198,60	346,40	1963	Sertão Paraibano
BONITO DE SANTA FÉ	9230	219,70	403,20	1938	Sertão Paraibano
BOQUEIRÃO	15867	396,40	146,01	1959	Borborema
BORBOREMA	4730	49,80	91,11	1959	Agreste Paraibano
BREJO DO CRUZ	11868	409,30	302,98	1881	Sertão Paraibano
BREJO DOS SANTOS	5948	120,60	336,99	1965	Sertão Paraibano
CAAPORÃ	18441	144,10	44,83	1963	Mata Paraibana
CABACEIRAS	4290	407,20	162,36	1834	Borborema
CABELO	42832	31,40	15,23	1956	Mata Paraibana
CACHOEIRA DOS ÍNDIOS	7834	189,50	420,82	1961	Sertão Paraibano
CACIMBA DE AREIA	3577	206,40	252,95	1961	Sertão Paraibano
CACIMBA DE DENTRO	16817	239,70	114,98	1959	Agreste Paraibano
CAIÇARA	7325	129,40	86,84	1908	Agreste Paraibano
CAJAZEIRAS	54715	569,90	408,73	1863	Sertão Paraibano
CALDAS BRANDAO	5155	67,00	51,07	1965	Agreste Paraibano
CAMALAU	5516	672,40	232,43	1961	Borborema
CAMPINA GRANDE	355331	644,10	112,97	1788	Agreste Paraibano
CAMPO DE SANTANA (EX-TACIMA)	9388	262,60	110,22	1959	Agreste Paraibano
CARRAPATEIRA	2160	54,90	383,95	1961	Sertão Paraibano
CATINGUEIRA	4748	368,10	302,78	1959	Sertão Paraibano
CATOLÉ DO ROCHA	26641	466,20	329,59	1835	Sertão Paraibano
CONCEIÇÃO	17931	580,10	404,88	1881	Sertão Paraibano
CONDADO	6495	377,00	302,83	1961	Sertão Paraibano

CONDE	16413	164,80	16,86	1963	Mata Paraibana
CONGO	4602	329,80	212,00	1959	Borborema
COREMAS	15130	463,10	340,17	1953	Sertão Paraibano
CRUZ DO ESPIRITO SANTO	14081	190,10	24,74	1896	Mata Paraibana
CUBATÍ	6388	161,30	169,01	1959	Borborema
CUITE	19946	645,90	159,02	1936	Agreste Paraibano
CUITEGI	7254	49,30	76,86	1961	Agreste Paraibano
CURRAL VELHO	2558	184,40	371,17	1963	Sertão Paraibano
DESTERRO	7701	125,90	246,73	1959	Sertão Paraibano
DIAMANTE	6920	211,90	376,49	1961	Sertão Paraibano
DONA INÉS	10227	74,10	101,23	1959	Agreste Paraibano
DUAS ESTRADAS	3818	22,60	77,66	1961	Agreste Paraibano
EMAS	3061	238,10	314,59	1963	Sertão Paraibano
ESPERANCA	28166	146,20	110,42	1925	Agreste Paraibano
FAGUNDES	11892	235,90	104,01	1961	Agreste Paraibano
FREI MARTINHO	2923	247,10	192,77	1961	Borborema
GUARABIRA	51482	149,50	74,95	1837	Agreste Paraibano
GURINHEM	13182	226,10	61,87	1958	Agreste Paraibano
GURJÃO	2789	336,90	179,86	1962	Borborema
IBIARA	6383	242,90	392,74	1959	Sertão Paraibano
IGARACY	6307	184,50	362,38	1961	Sertão Paraibano
IMACULADA	11577	229,70	293,27	1965	Sertão Paraibano
INGÁ	17473	197,90	84,41	1904	Agreste Paraibano
ITABAIANA	25207	204,70	57,01	1890	Agreste Paraibano
ITAPORANGA	21123	481,80	362,97	1938	Sertão Paraibano
ITAPOROROCA	14633	150,70	52,89	1961	Mata Paraibana
ITATUBA	9374	240,30	89,14	1961	Agreste Paraibano
JACARAÚ	14117	257,10	73,31	1961	Mata Paraibana
JERICÓ	7416	157,40	330,96	1959	Sertão Paraibano
JOÃO PESSOA	597934	210,80	0,00	1585	Mata Paraibana
JUAREZ TÁVORA	7081	113,60	79,64	1959	Agreste Paraibano
JUAZEIRINHO	14873	463,80	189,18	1957	Borborema
JUNCO DO SERIDÓ	5968	160,80	204,44	1961	Borborema
JURUPIRANGA	9647	95,80	50,31	1961	Mata Paraibana
JURÚ	10045	485,00	329,15	1961	Sertão Paraibano
LAGOA	4844	183,60	342,21	1961	Sertão Paraibano
LAGOA DE DENTRO	7086	76,70	75,18	1961	Agreste Paraibano
LAGOA SECA	24154	68,30	109,44	1964	Agreste Paraibano
LASTRO	3118	121,50	371,98	1963	Sertão Paraibano
LIVRAMENTO	7605	344,90	231,41	1961	Borborema
LUCENA	9755	92,40	23,90	1961	Mata Paraibana
MAE D'AGUA	3459	315,80	283,13	1961	Sertão Paraibano
MALTA	5692	165,00	294,19	1953	Sertão Paraibano
MAMANGUAPE	38772	337,70	42,21	1839	Mata Paraibana

MANAÍRA	10473	419,60	368,54	1961	Sertão Paraibano
MARI	20663	157,50	50,65	1958	Mata Paraibana
MASSARANDUBA	11697	187,00	102,53	1965	Agreste Paraibano
MATARACA	5500	174,10	60,77	1963	Mata Paraibana
MOGEIRO	13231	228,30	70,92	1961	Agreste Paraibano
MONTADAS	3969	59,40	115,56	1963	Agreste Paraibano
MONTE HOREBE	4112	115,50	410,62	1961	Sertão Paraibano
MONTEIRO	27687	1009,90	263,10	1872	Borborema
MULUNGU	9189	224,60	66,82	1959	Agreste Paraibano
NATUBA	10562	226,80	95,64	1961	Agreste Paraibano
NAZAREZINHO	7272	228,30	382,46	1961	Sertão Paraibano
NOVA FLORESTA	9421	59,90	165,05	1959	Agreste Paraibano
NOVA OLINDA	6457	132,10	352,73	1961	Sertão Paraibano
NOVA PALMEIRA	3573	197,90	178,60	1963	Borborema
OLHO D'AGUA	7831	652,60	318,65	1961	Sertão Paraibano
OLIVEDOS	3194	282,10	152,92	1961	Agreste Paraibano
PASSAGEM	1979	140,20	241,05	1961	Sertão Paraibano
PATOS	91761	508,70	266,73	1832	Sertão Paraibano
PAULISTA	11266	563,40	310,06	1961	Sertão Paraibano
PEDRA BRANCA	3692	114,20	354,97	1964	Sertão Paraibano
PEDRA LAVRADA	6617	391,30	182,75	1959	Borborema
PEDRAS DE FOGO	25861	349,50	42,37	1953	Mata Paraibana
PIANCÓ	14872	534,20	338,16	1831	Sertão Paraibano
PICUÍ	17896	734,10	175,36	1904	Borborema
PILAR	10274	101,60	46,91	1885	Mata Paraibana
PILÕES	7800	46,10	87,10	1953	Agreste Paraibano
PILOEZINHOS	5430	48,70	78,24	1963	Agreste Paraibano
PIRPIRITUBA	10198	83,00	79,42	1953	Agreste Paraibano
PITIMBU	13927	142,10	40,00	1961	Mata Paraibana
POCINHOS	14880	630,70	132,17	1953	Agreste Paraibano
POMBAL	32064	669,60	326,44	1766	Sertão Paraibano
PRATA	3425	176,10	252,54	1955	Borborema
PRINCESA ISABEL	18231	380,70	351,74	1880	Sertão Paraibano
PUXINANÃ	11981	82,40	121,17	1961	Agreste Paraibano
QUEIMADAS	36032	399,10	117,24	1961	Agreste Paraibano
QUIXABA	1308	114,80	252,26	1964	Sertão Paraibano
REMÍGIO	14914	131,00	109,65	1957	Agreste Paraibano
RIACHO DOS CAVALOS	8064	328,60	318,50	1961	Sertão Paraibano
RIO TINTO	22311	506,50	42,19	1956	Mata Paraibana
SALGADINHO	2823	180,40	218,55	1961	Borborema
SALGADO DE SÃO FELIX	12046	161,60	69,16	1961	Agreste Paraibano
SANTA CRUZ	6471	272,80	358,83	1961	Sertão Paraibano
SANTA HELENA	6170	209,70	418,73	1961	Sertão Paraibano
SANTA LUZIA	14012	443,60	228,36	1871	Borborema
SANTA RITA	115844	765,60	12,68	1897	Mata Paraibana

SANTA TERESINHA	4728	304,40	285,47	1961	Sertão Paraibano
SANTANA DE MANGUEIRA	5773	460,20	385,43	1963	Sertão Paraibano
SANTANA DOS GARROTOS	2568	275,40	345,55	1961	Sertão Paraibano
SÃO BENTO	26225	256,70	293,98	1959	Sertão Paraibano
SÃO JOÃO DO CARIRI	4703	700,60	186,62	1800	Borborema
SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	17661	470,20	397,89	1881	Sertão Paraibano
SÃO JOÃO DO TIGRE	4481	689,30	243,47	1962	Borborema
SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA	7184	339,80	364,34	1959	Sertão Paraibano
SÃO JOSÉ DE CAIANA	5737	203,30	379,32	1963	Sertão Paraibano
SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS	5109	735,90	273,29	1961	Sertão Paraibano
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	17876	700,90	401,25	1885	Sertão Paraibano
SÃO JOSÉ DO BONFIM	2838	122,20	269,74	1964	Sertão Paraibano
SÃO JOSÉ DO SABUGI	3903	216,30	216,85	1961	Borborema
SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS	4136	418,10	216,58	1961	Borborema
SAO MAMEDE	8018	609,60	247,15	1953	Borborema
SÃO MIGUEL DE TAIPÚ	6086	63,90	41,09	1961	Mata Paraibana
SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA	10026	66,30	107,24	1961	Agreste Paraibano
SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO	2894	427,40	263,04	1959	Borborema
SAPÉ	47353	330,60	40,86	1896	Mata Paraibana
SERIDÓ	9106	227,70	170,92	1961	Borborema
SERRA BRANCA	12275	704,60	202,78	1959	Borborema
SERRA DA RAIZ	3436	27,30	79,81	1959	Agreste Paraibano
SERRA GRANDE	2855	71,60	386,81	1961	Sertão Paraibano
SERRA REDONDA	7307	59,80	89,80	1953	Agreste Paraibano
SERRARIA	6678	85,20	88,70	1895	Agreste Paraibano
SOLÂNEA	30658	109,00	99,32	1953	Agreste Paraibano
SOLEDADE	12061	634,70	165,53	1885	Agreste Paraibano
SOUSA	62635	765,00	373,59	1766	Sertão Paraibano
SUMÉ	15035	843,20	230,72	1951	Borborema
TAPEROÁ	13299	610,20	216,78	1886	Borborema
TAVARES	13584	212,20	337,26	1959	Sertão Paraibano
TEIXEIRA	11953	183,00	263,88	1859	Sertão Paraibano
TRIÚNFO	9053	239,70	416,24	1961	Sertão Paraibano
UIRAUNA	13681	262,70	397,15	1953	Sertão Paraibano
UMBUZEIRO	9192	192,80	109,36	1890	Agreste Paraibano
VÁRZEA	2051	147,60	237,91	1961	Borborema
VISTA SERRANA	3121	62,80	301,20	1963	Sertão Paraibano

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE 3 - Variáveis explicativas: PIB, Variação da mortalidade, Variação da taxa de alfabetização, Variação da escolaridade, Variação de enfermeiros com curso superior, Variação de médicos por cada 1000 habitantes e Variação de professores.

NOME DO MUNICÍPIO SIAFI	PIB	VMORT	VALFAB	VESC	VENF	VMEDIC	VPROF
AGUIAR	1461,52	-86,43	11,21	26,49	2,87	0,00	-1,79
ALAGOA GRANDE	1706,14	-42,45	12,06	28,46	-42,26	-0,21	-7,11
ALAGOA NOVA	1621,18	-108,60	12,05	28,43	42,09	0,00	2,11
ALHANDRA	3343,21	-108,26	17,49	39,37	4,42	0,00	0,14
ARACAGI	1817,78	-74,26	18,20	38,20	2,73	0,00	3,57
ARARA	1397,39	-89,07	10,95	27,65	-0,01	0,00	-0,24
AREIAL	1545,88	-48,70	11,97	27,51	17,84	0,00	7,63
AROEIRAS	1201,29	-101,89	16,06	31,37	0,18	0,00	5,55
BAÍA DA TRAÍÇÃO	1645,75	-58,59	19,85	32,28	1,94	0,00	-1,80
BANANEIRAS	1616,85	-24,27	14,87	41,35	-23,09	-0,34	-12,50
BAYEUX	2690,50	-36,99	11,39	23,85	6,54	0,15	2,51
BELÉM	1655,75	-24,03	11,87	32,41	42,92	0,00	5,06
BELÉM DO BREJO DO CRUZ	1181,26	-99,02	13,76	29,50	-1,86	0,00	-10,06
BOA VENTURA	1303,42	-71,30	10,77	16,45	13,53	0,00	0,82
BOM JESUS	1521,20	-49,34	11,76	26,99	3,70	0,00	-2,56
BOM SUCESSO	1373,12	-66,52	15,33	23,07	-1,80	-0,32	0,69
BONITO DE SANTA FÉ	1403,39	-26,17	15,67	31,56	-0,58	-0,42	1,38
BOQUEIRÃO	1887,33	-52,86	11,47	24,12	-0,66	0,00	-9,11
BORBOREMA	1677,91	-103,23	9,64	28,67	-3,80	0,00	13,20
BREJO DO CRUZ	1310,61	-64,28	9,86	23,85	-0,33	0,00	14,76
BREJO DOS SANTOS	1246,69	-109,93	11,31	26,36	16,51	0,00	0,99
CAAPORÃ	5003,38	-99,49	17,97	34,47	-12,79	0,00	5,77
CABACEIRAS	1738,25	-78,82	9,78	22,72	-17,88	0,00	6,09
CABEDELO	10334,65	-35,12	12,35	17,86	36,16	0,83	-2,70
CACHOEIRA DOS ÍNDIOS	1688,29	-40,60	9,44	32,91	-0,25	0,00	1,88
CACIMBA DE AREIA	1378,92	-86,09	11,40	26,76	1,58	0,00	-15,28
CACIMBA DE DENTRO	1418,99	-44,80	14,15	38,94	-2,94	0,00	7,17
CAIÇARA	1499,64	-78,51	15,43	37,94	-2,05	0,00	12,19
CAJAZEIRAS	2684,93	-17,99	10,27	20,17	-13,13	0,63	-13,64
CALDAS BRANDAO	1605,19	-100,72	14,10	27,61	-1,41	0,00	-6,19
CAMALAU	1395,03	-46,06	7,43	14,71	7,29	0,00	6,57
CAMPINA GRANDE	3920,55	-46,15	7,32	16,38	2,68	0,38	-3,46
CAMPO DE SANTANA (EX-TACIMA)	1146,83	-57,68	16,27	33,97	2,03	0,00	5,15
CARRAPATEIRA	1361,27	-38,28	5,97	27,06	-1,45	0,00	-5,97
CATINGUEIRA	1372,34	-30,22	18,52	29,28	0,52	0,00	-0,38
CATOLÉ DO ROCHA	1855,75	-64,06	11,34	17,78	-0,19	-0,66	2,44
CONCEIÇÃO	1348,15	-71,30	11,36	25,57	-0,63	0,00	6,38

CONDADO	1684,65	-23,37	7,80	23,65	0,24	0,00	20,40
CONDE	3198,26	-37,11	15,12	23,62	-0,20	0,00	0,17
CONGO	2441,27	-33,54	13,78	24,71	2,11	0,00	0,11
COREMAS	1514,99	-79,87	13,16	27,99	22,75	0,37	9,75
CRUZ DO ESPIRITO SANTO	1820,31	-93,87	18,28	24,57	-1,10	0,00	4,67
CUBATÍ	1292,16	-103,17	10,56	23,96	0,18	0,00	7,91
CUITE	1655,68	-94,65	14,45	35,65	0,00	0,00	2,61
CUITEGI	1249,35	-90,07	14,90	32,97	1,57	0,00	14,99
CURRAL VELHO	1506,14	-61,63	14,32	28,39	1,43	-1,06	5,97
DESTERRO	1543,37	-109,24	13,60	27,35	-15,49	-1,95	0,89
DIAMANTE	1279,60	-23,79	19,90	36,44	-1,40	0,51	4,35
DONA INÉS	1283,66	-25,78	15,11	33,64	12,82	0,00	7,53
DUAS ESTRADAS	1747,70	-82,16	11,35	35,45	4,27	0,00	4,12
EMAS	1465,62	-68,41	13,14	18,04	6,04	-0,69	2,59
ESPERANÇA	2193,18	-21,86	13,49	22,49	-4,65	-0,28	-2,56
FAGUNDES	1415,20	-42,34	13,38	36,49	-1,36	0,00	-0,74
FREI MARTINHO	1788,78	-54,43	12,01	18,29	2,12	0,00	4,86
GUARABIRA	2285,72	-13,34	11,70	23,48	-7,22	0,00	-3,96
GURINHEM	1311,43	-100,72	13,92	36,90	-5,93	0,00	-6,50
GURJÃO	2109,01	-24,99	12,85	24,64	8,06	0,00	-5,28
IBIARA	1378,34	-61,63	12,59	34,87	-2,37	0,00	-12,43
IGARACY	1382,73	-68,21	11,05	22,21	3,03	0,00	6,34
IMACULADA	1338,97	-83,76	18,12	26,98	0,04	0,00	-10,35
INGÁ	1471,55	-100,72	14,13	22,31	24,50	0,00	23,37
ITABAIANA	1882,42	-71,61	10,82	23,25	-0,09	-0,63	23,18
ITAPORANGA	1743,38	-30,08	11,73	18,93	-33,74	-0,34	15,91
ITAPOROCA	1840,58	-68,49	13,97	46,62	0,61	0,00	6,62
ITATUBA	1430,85	-81,12	11,20	18,22	-2,21	0,00	13,81
JACARAÚ	1393,74	-103,35	14,68	43,04	0,01	0,38	7,49
JERICÓ	1407,54	-23,57	12,78	29,26	-1,79	0,00	-3,15
JOÃO PESSOA	4694,80	-36,45	6,03	12,66	-11,44	0,02	5,07
JUAREZ TÁVORA	1549,28	-41,76	15,25	23,45	0,29	0,00	2,73
JUAZEIRINHO	1226,75	-97,16	13,02	17,28	16,49	0,00	1,91
JUNCO DO SERIDÓ	1332,54	-81,12	11,86	22,75	1,79	0,00	-0,36
JURUPIRANGA	1418,60	-69,17	13,89	27,96	-1,53	0,00	18,02
JURÚ	1185,79	-53,84	16,45	31,06	-0,13	0,00	4,13
LAGOA	1340,15	-99,02	11,05	20,38	20,15	0,00	-10,18
LAGOA DE DENTRO	1548,84	-64,19	17,25	31,71	1,51	0,00	19,33
LAGOA SECA	1476,76	-50,57	12,32	20,35	-0,06	0,00	4,71
LASTRO	1375,11	-73,55	13,79	28,41	20,62	0,00	-6,01
LIVRAMENTO	1293,84	-103,47	12,20	18,39	12,94	0,00	-0,23
LUCENA	2242,54	-37,11	23,17	20,73	-23,89	0,00	4,77
MAE D'AGUA	1429,74	-125,84	13,85	37,75	2,76	-0,62	0,78
MALTA	1345,80	-57,23	11,01	29,51	-10,73	0,00	7,21

MAMANGUAPE	2104,32	-71,69	12,12	27,68	-0,01	0,00	15,37
MANAÍRA	1240,41	-42,58	9,88	25,03	10,26	0,00	12,71
MARI	1363,11	-105,90	13,26	30,30	-0,11	0,00	22,37
MASSARANDUBA	1921,73	-19,56	13,55	23,66	-1,80	0,00	4,27
MATARACA	2301,00	-71,69	12,01	32,70	-4,05	0,00	4,00
MOGEIRO	1325,83	-81,12	15,85	33,07	-1,20	0,00	-0,18
MONTADAS	2174,77	-56,33	10,73	24,56	-5,42	0,00	1,75
MONTE HOREBE	1409,67	-38,28	12,33	29,14	18,37	0,00	4,62
MONTEIRO	1446,28	-37,39	12,13	22,05	29,50	-0,33	16,54
MULUNGU	1496,95	-43,62	16,56	31,82	-11,11	0,00	13,37
NATUBA	1961,47	-64,29	13,83	26,14	-0,20	0,00	5,22
NAZAREZINHO	1309,50	-77,32	8,74	21,23	1,58	0,00	-2,53
NOVA FLORESTA	1536,48	-66,22	16,95	34,01	-0,23	0,00	-9,70
NOVA OLINDA	1313,75	-103,44	17,13	35,83	2,66	0,00	-4,58
NOVA PALMEIRA	1457,40	-80,66	17,13	22,00	26,20	0,00	2,70
OLHO D'AGUA	1262,22	-34,54	10,72	29,12	14,05	0,00	2,73
OLIVEDOS	1602,22	-116,40	11,63	28,34	31,69	0,00	4,86
PASSAGEM	2073,09	-39,52	14,83	23,05	23,57	0,00	8,26
PATOS	2746,22	-65,01	7,61	15,11	11,16	-0,24	-9,73
PAULISTA	1651,47	-26,21	10,48	27,91	21,38	0,00	-16,63
PEDRA BRANCA	1525,13	-62,57	17,93	32,89	-20,07	0,00	2,84
PEDRA LAVRADA	1267,28	-97,16	16,35	23,99	-0,89	0,00	0,22
PEDRAS DE FOGO	4290,32	-29,81	15,27	32,38	1,13	0,23	-4,52
PIANCÓ	1691,63	-84,31	14,29	19,12	1,23	0,96	2,57
PICUÍ	1641,03	-54,43	13,58	30,02	-0,03	0,43	-9,03
PILAR	1597,73	-59,08	17,14	23,94	-1,54	0,00	15,38
PILÕES	2477,13	-28,02	16,92	36,16	-3,78	0,00	4,11
PILOEZINHOS	1500,07	-73,41	10,07	31,14	15,05	0,00	1,36
PIRPIRITUBA	1372,43	-76,17	15,35	24,24	32,79	0,00	20,16
PITIMBU	2391,29	-66,56	13,52	36,42	-2,51	0,00	4,98
POCINHOS	1591,12	-43,07	17,04	29,86	0,13	0,00	7,08
POMBAL	1690,38	-73,66	12,06	25,55	-11,07	0,03	0,94
PRATA	1644,99	-105,00	7,82	10,29	3,76	0,00	19,80
PRINCESA ISABEL	1529,28	-46,19	12,06	29,51	0,06	-0,52	8,97
PUXINANÃ	1578,20	-59,10	20,10	25,56	0,07	0,00	-3,68
QUEIMADAS	1472,46	-22,36	14,05	22,73	-0,01	0,00	-2,34
QUIXABA	1918,24	-128,89	23,74	38,71	2,78	0,00	0,48
REMÍGIO	1732,08	-69,86	10,05	22,85	0,20	0,00	2,47
RIACHO DOS CAVALOS	1231,61	-109,93	12,75	28,35	-1,19	0,00	0,06
RIO TINTO	2019,60	-35,39	15,77	31,94	-0,02	0,42	10,79
SALGADINHO	1578,31	-99,90	17,78	35,52	-3,21	0,00	-1,73
SALGADO DE SÃO FELIX	1386,77	-37,03	13,44	23,06	-1,31	0,00	6,65
SANTA CRUZ	1307,79	-36,97	14,52	28,35	-8,27	0,00	3,37
SANTA HELENA	1414,01	-28,22	10,59	30,02	-0,04	0,00	6,38
SANTA LUZIA	1408,55	-78,43	9,59	11,92	0,53	0,00	2,72

SANTA RITA	3350,38	-70,05	10,76	16,11	-1,35	0,02	3,41
SANTA TERESINHA	1631,83	-75,89	19,20	39,50	14,50	0,00	7,01
SANTANA DE MANGUEIRA	1319,25	-54,43	21,23	43,09	-6,26	0,00	-0,05
SANTANA DOS GARROTES	1301,34	-74,71	17,49	29,47	25,84	0,00	-8,67
SÃO BENTO	1843,51	-50,32	14,41	29,97	-1,33	0,00	3,87
SÃO JOÃO DO CARIRI	1740,72	-78,25	10,07	26,53	-3,98	0,00	-0,80
SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	1555,26	-40,60	13,63	25,37	-0,03	1,50	-5,14
SÃO JOÃO DO TIGRE	1214,88	-62,03	9,72	25,20	-15,27	0,00	0,21
SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA	1196,52	-61,13	14,23	35,12	1,39	0,00	-4,83
SÃO JOSÉ DE CAIANA	1185,76	-33,00	16,58	35,58	13,28	0,00	0,18
SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS	1561,00	-75,89	19,36	38,59	-8,14	0,00	10,27
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	1362,59	-38,13	12,26	30,69	-0,19	0,00	-11,26
SÃO JOSÉ DO BONFIM	1462,63	-87,69	6,71	25,65	-11,37	0,00	-2,79
SÃO JOSÉ DO SABUGI	1368,32	-78,43	9,07	24,73	28,12	0,00	-2,11
SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS	1628,04	-41,97	13,80	17,81	22,11	0,00	3,22
SAO MAMEDE	1438,32	-54,62	8,82	15,86	3,41	0,31	1,98
SÃO MIGUEL DE TAIPÚ	1759,10	-69,17	18,78	27,59	-1,79	0,00	-2,46
SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA	1486,40	-72,79	15,25	32,10	-12,50	0,62	17,79
SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO	1805,28	-70,68	11,18	20,86	29,10	0,00	5,04
SAPÉ	1900,82	-94,28	14,77	26,17	-14,16	0,00	15,40
SERIDÓ	1329,03	-107,74	11,67	37,51	-27,37	0,00	8,35
SERRA BRANCA	1745,80	-68,08	9,05	18,27	0,89	0,35	-0,93
SERRA DA RAIZ	1641,74	-73,41	12,19	28,28	3,04	0,00	-1,05
SERRA GRANDE	1347,88	-54,96	12,20	27,10	-21,18	0,00	2,21
SERRA REDONDA	1762,53	-20,30	16,66	25,26	2,51	0,00	8,20
SERRARIA	1760,30	-57,28	17,42	39,30	-22,51	0,00	-3,48
SOLÂNEA	1324,67	-69,57	11,42	36,66	31,98	0,38	1,61
SOLEDADE	1787,47	-42,80	13,06	21,16	-0,10	0,00	0,05
SOUSA	2305,08	-42,13	12,59	22,62	6,68	0,33	7,56
SUMÉ	1988,17	-33,12	11,53	20,93	0,28	-0,67	13,24
TAPEROÁ	1449,42	-74,55	11,25	21,29	6,01	0,00	-13,46
TAVARES	1334,57	-49,80	14,75	35,18	18,27	-1,52	9,01
TEIXEIRA	1376,14	-95,07	9,84	33,11	0,20	1,09	8,36
TRIÚNFO	1196,97	-32,74	10,34	28,42	-0,40	-0,78	-4,49
UIRAUNA	1569,03	-24,49	9,00	22,49	12,47	0,54	2,50
UMBUZEIRO	1703,16	-28,53	11,35	30,20	-0,36	0,00	4,73
VÁRZEA	1990,32	-78,43	8,51	10,74	31,03	0,00	19,95
VISTA SERRANA	1134,65	-61,36	8,58	27,62	23,82	0,00	3,47

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE 4 - Variáveis explicativas: Variação da receita tributária, Variação da receita patrimonial, Variação da receita de serviço, Variação da receita de transferências correntes e Variação da receita de transferências de capital

NOME DO MUNICÍPIO SIAFI	VRTrib	VRPatr	VRServ	VRTransCor	VRTransfCap
AGUIAR	2,08	-0,20	-0,08	400,79	0,00
ALAGOA GRANDE	4,30	0,42	0,00	183,51	0,00
ALAGOA NOVA	-5,96	-0,31	0,00	-216,46	14,51
ALHANDRA	0,02	-0,67	1,88	-69,26	15,55
ARACAGI	-1,04	0,31	-1,58	32,73	-15,36
ARARA	-2,71	-0,53	0,00	-269,20	-23,93
AREIAL	-1,37	-0,02	0,67	-189,55	50,23
AROEIRAS	2,88	0,69	-0,20	138,08	17,76
BAÍA DA TRAÍÇÃO	-11,84	-2,56	0,00	-499,49	-123,90
BANANEIRAS	2,48	0,58	0,00	110,24	13,48
BAYEUX	6,67	0,04	0,00	112,38	31,09
BELÉM	-35,62	-1,13	0,00	-679,82	-196,60
BELÉM DO BREJO DO CRUZ	-9,59	0,00	0,28	-180,07	1,47
BOA VENTURA	-1,51	0,00	0,08	-265,58	43,68
BOM JESUS	-3,92	0,00	2,89	-395,93	-122,05
BOM SUCESSO	1,51	0,00	0,46	64,08	21,45
BONITO DE SANTA FÉ	1,89	1,54	0,67	123,48	-23,06
BOQUEIRÃO	1,54	-0,89	-1,18	113,99	50,43
BORBOREMA	-10,79	-0,28	0,64	-775,06	-134,60
BREJO DO CRUZ	0,49	0,03	0,23	164,45	-22,12
BREJO DOS SANTOS	-0,89	-0,05	-0,17	-274,91	2,58
CAAPORÃ	11,40	0,13	-0,29	370,34	-1,02
CABACEIRAS	-46,57	1,34	1,84	-1767,29	86,53
CABEDELO	57,42	0,30	-0,27	304,26	-1,29
CACHOEIRA DOS ÍNDIOS	-339,77	-1,89	1,08	-1743,83	-67,29
CACIMBA DE AREIA	1,17	-3,29	-2,36	-424,79	35,23
CACIMBA DE DENTRO	1,38	0,17	1,13	208,90	22,91
CAIÇARA	-3,62	-0,33	4,74	-291,23	-45,33
CAJAZEIRAS	6,01	0,20	-1,06	132,04	-3,59
CALDAS BRANDAO	-61,66	-2,18	0,00	-1593,95	0,00
CAMALAU	1,44	0,51	1,98	-47,63	0,00
CAMPINA GRANDE	29,35	18,04	2,49	230,52	37,36
CAMPO DE SANTANA (EX-TACIMA)	-1003,06	-616,15	-85,98	-7787,47	-1256,40
CARRAPATEIRA	-8,83	0,01	0,16	-882,43	-95,68
CATINGUEIRA	1,07	0,00	-0,26	110,61	7,40
CATOLÉ DO ROCHA	2,94	0,00	0,36	189,43	3,14
CONCEIÇÃO	-1,81	0,16	-0,15	-81,13	-6,33

CONDADO	-3,19	-0,42	1,55	-410,44	28,82
CONDE	23,28	0,83	-1,60	49,31	-18,23
CONGO	-77,39	-1,58	0,00	-548,53	51,04
COREMAS	0,63	-0,21	0,12	166,43	38,50
CRUZ DO ESPIRITO SANTO	-0,75	0,45	-0,14	-1,98	-64,57
CUBATÍ	-2,16	-1,04	0,00	-311,64	0,00
CUITE	3,87	3,46	0,00	115,88	0,00
CUITEGI	-11,60	-9,76	0,41	-384,56	1,17
CURRAL VELHO	1,12	-1,05	1,43	-119,97	0,02
DESTERRO	-0,21	0,03	-0,58	149,20	50,66
DIAMANTE	-1,15	-0,03	-0,35	-99,53	-50,18
DONA INÉS	1,64	0,13	0,00	68,30	25,21
DUAS ESTRADAS	-1,86	-0,25	-0,01	-10,87	-52,52
EMAS	0,30	0,07	1,50	-124,50	47,53
ESPERANCA	3,88	0,99	0,67	179,64	6,00
FAGUNDES	-5,35	-1,92	-1,79	-223,59	19,71
FREI MARTINHO	-11,84	-0,94	0,00	-594,98	-193,96
GUARABIRA	9,70	0,58	0,00	134,08	0,00
GURINHEM	-37,65	-2,32	1,28	-395,83	11,50
GURJÃO	-3,28	0,09	-4,29	-507,66	68,33
IBIARA	-1,94	-0,05	0,00	-228,38	-45,24
IGARACY	2,71	0,01	0,22	389,78	62,21
IMACULADA	1,00	0,00	0,86	4,97	-35,40
INGÁ	1,49	0,02	0,16	110,61	0,00
ITABAIANA	1,87	-0,01	2,93	22,71	3,55
ITAPORANGA	-1,64	0,29	-4,42	-21,97	-3,59
ITAPOROCA	-3,84	-0,31	0,00	-76,35	-1,47
ITATUBA	18,56	-0,26	0,33	-121,56	43,18
JACARAÚ	-12,46	0,58	-0,22	114,51	-18,25
JERICÓ	-1,76	-0,56	1,12	-273,02	-17,84
JOÃO PESSOA	62,92	0,89	-0,02	322,10	0,10
JUAREZ TÁVORA	-5212,55	-74,01	0,00	-26767,44	-10,31
JUAZEIRINHO	3,50	-0,10	0,93	99,53	38,62
JUNCO DO SERIDÓ	-6,49	-0,15	-2,41	-279,75	-93,54
JURUPIRANGA	-2,23	-0,17	0,00	-272,89	-3,83
JURÚ	0,79	0,77	0,00	298,13	39,08
LAGOA	0,50	-1,35	0,37	-72,70	-67,87
LAGOA DE DENTRO	0,99	0,35	-0,24	72,41	42,97
LAGOA SECA	0,60	-0,06	0,00	66,53	13,08
LASTRO	-8,74	-0,42	1,76	-759,00	-151,65
LIVRAMENTO	1,65	0,10	-0,78	40,67	-14,03
LUCENA	4,00	-0,09	0,00	10,17	-7,53
MAE D'AGUA	-8,47	-0,02	0,00	-299,03	61,86
MALTA	-1,52	0,00	0,00	24,04	-35,53

MAMANGUAPE	7,58	0,17	0,00	157,95	24,87
MANAÍRA	-25,98	0,03	0,00	-396,46	-83,17
MARI	0,39	-0,31	0,00	49,21	6,80
MASSARANDUBA	2,65	2,17	0,00	-99,52	92,80
MATARACA	-4,21	-5,10	0,00	45,34	-248,13
MOGEIRO	-1,01	0,21	0,00	23,74	0,00
MONTADAS	-2,11	-0,71	0,62	-548,64	0,00
MONTE HOREBE	-3,13	0,00	-0,61	-60,13	0,00
MONTEIRO	5,22	0,04	0,00	171,23	0,46
MULUNGU	-12,50	1,30	2,51	-395,41	19,87
NATUBA	14,24	-1,11	-1,98	58,93	-12,99
NAZAREZINHO	-23,43	0,00	0,94	-161,24	30,87
NOVA FLORESTA	0,03	0,03	-0,95	-34,76	-36,99
NOVA OLINDA	-3,32	-0,05	0,14	-40,49	20,41
NOVA PALMEIRA	0,39	0,08	-0,27	-215,51	-37,90
OLHO D'AGUA	2,80	0,07	0,34	67,84	127,86
OLIVEDOS	-7,08	-0,24	4,60	-46,38	-281,20
PASSAGEM	-3,98	3,68	-12,15	-630,46	101,89
PATOS	12,48	0,12	0,02	174,64	21,42
PAULISTA	-103,47	-1,71	-0,29	-1355,67	-196,36
PEDRA BRANCA	3,70	-0,05	5,90	-188,71	306,66
PEDRA LAVRADA	1,91	0,00	-3,36	172,82	-179,68
PEDRAS DE FOGO	2,78	0,28	0,00	243,19	-1,22
PIANCÓ	-1,16	-0,47	0,00	-285,80	30,44
PICUÍ	-0,36	0,16	0,00	-30,84	-27,43
PILAR	-7,85	-0,25	0,00	-235,91	72,86
PILÕES	-1,17	-0,01	0,00	-38,93	-75,80
PILOEZINHOS	0,35	-0,01	0,00	-50,29	29,42
PIRPIRITUBA	-0,28	0,01	0,00	77,05	-10,62
PITIMBU	8,60	-0,04	0,00	-26,33	-21,38
POCINHOS	-5,62	-0,01	0,00	-10,43	8,47
POMBAL	1,73	1,53	0,49	70,65	5,52
PRATA	-28,89	-14,70	-4,73	-1497,19	20,18
PRINCESA ISABEL	0,54	0,70	0,00	105,27	-11,62
PUXINANÃ	0,97	-1,01	0,00	-49,02	33,07
QUEIMADAS	0,58	-0,05	0,00	90,55	-3,98
QUIXABA	-37,60	0,00	1,04	-3655,95	-389,38
REMÍGIO	1,97	0,00	-0,09	107,81	3,82
RIACHO DOS CAVALOS	-2,22	0,89	0,00	-16,78	20,99
RIO TINTO	1,47	-0,33	0,00	175,89	2,57
SALGADINHO	-15,41	1,50	0,00	-1912,49	-103,73
SALGADO DE SÃO FELIX	0,75	-0,34	0,00	158,31	-0,17
SANTA CRUZ	-1,64	0,00	0,00	-135,14	13,82
SANTA HELENA	3,23	0,34	3,82	-35,90	3,71
SANTA LUZIA	0,27	0,05	-1,81	67,74	-5,27

SANTA RITA	-0,33	-0,03	0,00	-33,30	-0,50
SANTA TERESINHA	4,15	0,00	2,53	437,36	43,97
SANTANA DE MANGUEIRA	0,36	0,00	-1,90	49,79	35,73
SANTANA DOS GARROTOS	4,45	0,87	0,64	725,85	63,56
SÃO BENTO	1,50	0,04	-0,08	139,70	-13,17
SÃO JOÃO DO CARIRI	-10,88	-0,90	0,20	-1198,49	-1,57
SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	0,57	0,05	-0,06	117,57	8,38
SÃO JOÃO DO TIGRE	-3,76	-0,19	0,00	-474,29	56,21
SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA	-0,77	0,49	0,24	101,20	-56,12
SÃO JOSÉ DE CAIANA	2,38	-0,74	-0,37	-201,87	0,00
SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS	-1,66	0,00	0,00	-39,41	17,17
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	1,81	0,54	0,15	145,65	-4,98
SÃO JOSÉ DO BONFIM	-11,07	-3,43	-0,94	-929,30	0,11
SÃO JOSÉ DO SABUGI	5,31	0,04	0,00	217,62	157,91
SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS	0,20	0,04	1,78	-167,98	-130,26
SÃO MAMEDE	0,12	0,53	-0,25	116,06	34,54
SÃO MIGUEL DE TAIPÚ	0,64	-0,77	-0,85	-70,37	-58,72
SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA	-2,26	0,91	0,15	-13,37	11,19
SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO	-1,50	-3,34	2,53	-261,62	-12,87
SAPÉ	3,40	0,00	-0,19	152,60	-1,74
SERIDÓ	-18,82	0,43	0,00	-894,58	28,58
SERRA BRANCA	1,28	-0,29	0,00	65,94	13,24
SERRA DA RAIZ	-12,13	-0,13	0,00	-313,87	-75,13
SERRA GRANDE	1,76	0,00	0,00	-8,58	-35,70
SERRA REDONDA	0,40	0,07	0,00	12,53	47,11
SERRARIA	1,77	2,64	0,00	200,22	-39,92
SOLÂNEA	0,67	-0,55	0,00	112,75	1,50
SOLEDADE	0,56	0,14	0,00	-328,47	15,32
SOUSA	7,50	0,31	0,72	145,31	-3,76
SUMÉ	-26,62	-0,48	-2,95	-467,05	63,31
TAPEROÁ	-4,96	-1,18	0,00	-60,32	-26,85
TAVARES	-0,88	0,07	0,00	38,64	-37,98
TEIXEIRA	0,01	0,34	0,04	-23,43	33,33
TRIÚNFO	0,70	1,07	0,01	-166,73	27,85
UIRAUNA	1,10	-1,09	0,40	126,36	-42,04
UMBUZEIRO	-2,91	1,85	-0,62	-96,32	75,97
VÁRZEA	-3,14	-6,97	0,31	-580,44	-309,33
VISTA SERRANA	-0,98	-0,50	-0,21	-39,14	-23,03

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE 5 - Variáveis explicativas: Variação da despesa de custeio, Variação da despesa de pessoal, Variação da despesa de transferência corrente, Variação da despesa de investimento e Variação da despesa de inversões financeiras

NOME DO MUNICÍPIO SIAFI	VDCust	VDPes	VDTransCor	VInv	VInvFin
AGUIAR	394,17	198,46	48,58	3,59	0,00
ALAGOA GRANDE	158,05	95,23	25,32	18,09	0,27
ALAGOA NOVA	-223,98	-90,02	-50,24	1,66	-0,34
ALHANDRA	-33,80	-99,66	25,89	-17,70	-0,22
ARACAGI	27,39	20,78	-2,90	1,25	0,00
ARARA	-272,29	-144,83	-18,95	-26,82	2,07
AREIAL	-76,09	71,89	-18,75	-29,33	-3,94
AROEIRAS	161,44	39,33	16,89	9,45	1,37
BAÍA DA TRAÍÇÃO	-611,10	-280,44	-91,96	-36,36	-4,37
BANANEIRAS	131,98	85,67	35,64	23,42	-0,17
BAYEUX	99,50	63,26	10,22	24,44	0,00
BELÉM	-689,99	-457,09	-89,88	-150,39	0,17
BELÉM DO BREJO DO CRUZ	-156,41	-73,16	-48,11	0,05	-0,34
BOA VENTURA	-132,42	-17,26	-21,91	-66,52	0,65
BOM JESUS	-396,74	-228,91	-19,34	65,92	-2,48
BOM SUCESSO	152,41	4,41	-35,70	-37,30	0,00
BONITO DE SANTA FÉ	59,22	101,54	40,29	10,98	0,00
BOQUEIRÃO	163,97	56,39	19,37	-7,14	0,38
BORBOREMA	-887,40	-397,24	-127,81	22,67	-1,43
BREJO DO CRUZ	132,65	48,08	16,71	-12,25	0,00
BREJO DOS SANTOS	-214,65	-103,49	-8,70	-14,66	0,23
CAAPORÃ	232,66	99,26	57,42	22,56	1,81
CABACEIRAS	-1097,47	-454,37	-263,16	-62,42	-8,12
CABEDELO	327,10	189,38	-7,07	23,74	0,00
CACHOEIRA DOS ÍNDIOS	-1993,92	-1121,74	21,75	-121,02	0,13
CACIMBA DE AREIA	-151,20	-120,65	-50,78	-93,03	-0,28
CACIMBA DE DENTRO	136,20	84,20	13,15	33,01	0,00
CAIÇARA	-188,66	-127,57	-12,25	-64,41	0,00
CAJAZEIRAS	94,99	42,58	38,60	1,32	0,00
CALDAS BRANDAO	-1167,19	-527,82	-408,42	-46,27	0,00
CAMALAU	-91,67	-64,54	11,76	-32,45	0,00
CAMPINA GRANDE	280,23	137,29	60,99	133,63	1,90
CAMPO DE SANTANA (EX-TACIMA)	-9446,49	-4634,79	-2103,97	-4537,74	-64,79
CARRAPATEIRA	-864,79	-299,30	35,42	-122,33	0,00
CATINGUEIRA	198,12	73,79	-18,00	9,54	0,00
CATOLÉ DO ROCHA	164,34	90,25	21,09	5,64	0,00
CONCEIÇÃO	-90,11	-70,88	-9,13	3,02	0,00

CONDADO	-336,83	-150,65	-50,67	-11,29	1,83
CONDE	66,04	62,58	-0,80	3,31	0,49
CONGO	-478,82	-231,57	-91,68	-62,76	-5,29
COREMAS	125,80	32,22	30,97	48,50	0,99
CRUZ DO ESPIRITO SANTO	-44,19	-21,20	22,63	-32,08	-1,19
CUBATÍ	-221,71	-26,82	-96,73	-12,33	0,00
CUITE	102,96	80,56	17,85	9,59	0,58
CUITEGI	-320,94	-246,56	-41,56	-56,06	-1,65
CURRAL VELHO	-138,79	-187,11	-24,47	24,05	0,00
DESTERRO	146,27	72,85	14,23	26,64	2,04
DIAMANTE	-93,16	-66,63	-14,73	-25,29	-1,98
DONA INÉS	65,79	45,78	5,87	24,02	0,27
DUAS ESTRADAS	-59,72	36,65	18,26	-41,93	-0,56
EMAS	-193,12	-106,34	22,54	13,68	0,00
ESPERANCA	195,06	91,29	20,74	21,34	0,00
FAGUNDES	-210,39	-118,88	-34,55	-20,64	0,00
FREI MARTINHO	-799,92	-357,70	-87,27	22,46	2,05
GUARABIRA	105,49	79,44	19,99	9,53	0,51
GURINHEM	-303,94	-257,80	-63,12	-62,95	-2,54
GURJÃO	-337,25	-152,60	28,49	-73,95	0,00
IBIARA	-189,05	-83,98	-63,57	0,00	0,00
IGARACY	266,47	169,63	39,81	87,79	0,00
IMACULADA	93,80	80,10	-18,93	-27,51	0,92
INGÁ	55,61	7,37	47,45	-8,24	-0,62
ITABAIANA	49,94	28,76	2,81	3,29	0,12
ITAPORANGA	-78,80	-63,16	-17,99	5,03	0,41
ITAPOROCA	-39,69	-33,65	-14,62	-4,42	-0,89
ITATUBA	-93,83	-64,48	-13,52	21,16	0,00
JACARAÚ	111,04	85,56	7,26	-17,74	0,00
JERICÓ	-285,72	-107,86	-19,31	13,35	0,00
JOÃO PESSOA	194,16	144,10	164,89	35,25	0,02
JUAREZ TÁVORA	16092,38	-11949,00	-13658,17	2964,29	-1,66
JUAZEIRINHO	52,45	-9,60	35,89	23,84	2,08
JUNCO DO SERIDÓ	-215,78	-30,74	-106,81	-0,83	-5,37
JURUPIRANGA	-206,77	-112,20	-26,72	-46,83	0,00
JURÚ	225,18	91,90	32,52	34,64	0,20
LAGOA	-74,53	19,17	5,56	-7,81	-0,35
LAGOA DE DENTRO	76,23	52,76	11,41	21,08	0,04
LAGOA SECA	79,95	29,75	8,82	-1,82	0,12
LASTRO	-809,25	-313,75	-71,56	-78,18	-0,98
LIVRAMENTO	73,91	-17,26	-17,99	-2,85	0,00
LUCENA	-19,34	40,16	6,74	3,00	0,18
MAE D'AGUA	-144,33	-224,35	-41,81	45,49	-0,50
MALTA	-31,80	31,15	5,59	-30,82	0,53

MAMANGUAPE	166,70	102,92	24,49	2,86	-0,09
MANAÍRA	-506,74	-337,30	-76,40	64,17	2,43
MARI	43,63	38,75	47,17	-35,80	-1,23
MASSARANDUBA	7,12	-25,33	-70,77	-15,06	0,00
MATARACA	-165,95	-101,48	9,25	31,12	0,00
MOGEIRO	54,60	33,52	-5,37	21,99	2,87
MONTADAS	-413,41	-139,96	-47,96	-100,61	-5,18
MONTE HOREBE	-135,22	-89,06	20,94	26,38	-4,61
MONTEIRO	131,96	67,43	22,21	10,64	0,00
MULUNGU	-292,70	-147,18	-67,18	-7,32	0,00
NATUBA	90,27	34,98	-25,21	-29,25	0,00
NAZAREZINHO	-159,29	-89,69	40,23	32,15	0,00
NOVA FLORESTA	-53,44	-19,97	-22,49	-18,91	2,12
NOVA OLINDA	0,73	5,80	-0,87	0,13	-3,23
NOVA PALMEIRA	-223,39	-129,64	-12,52	-14,97	0,00
OLHO D'AGUA	47,47	19,25	53,39	63,00	0,03
OLIVEDOS	-116,51	72,67	-56,53	-114,35	-0,06
PASSAGEM	-272,03	-220,74	-193,64	64,74	0,00
PATOS	141,41	65,34	28,29	15,03	0,88
PAULISTA	-1106,38	-539,14	-212,32	-145,97	-7,05
PEDRA BRANCA	-209,39	-102,35	-30,19	355,75	0,68
PEDRA LAVRADA	158,78	58,22	-1,09	-165,92	-0,55
PEDRAS DE FOGO	210,36	135,50	34,78	13,22	0,10
PIANCÓ	-208,63	-184,02	-34,62	35,79	-0,26
PICUÍ	-50,69	16,39	10,04	-60,78	0,00
PILAR	-164,48	-102,96	-60,54	3,80	0,58
PILÕES	-54,00	-25,43	-13,62	-18,45	-0,76
PILOEZINHOS	-94,43	-34,85	26,76	7,88	0,00
PIRPIRITUBA	90,46	9,48	2,84	-16,81	0,00
PITIMBU	-72,72	0,93	-23,61	13,56	0,00
POCINHOS	19,05	59,18	8,41	-1,63	0,00
POMBAL	60,84	2,25	27,71	4,31	0,00
PRATA	-1191,86	-514,77	-392,05	-184,34	0,00
PRINCESA ISABEL	52,24	43,72	14,15	2,55	0,10
PUXINANÃ	17,85	-26,21	9,40	37,34	-0,16
QUEIMADAS	80,16	79,36	20,48	-0,13	0,00
QUIXABA	-3291,37	-2772,89	-738,97	-275,44	0,00
REMÍGIO	112,92	123,92	16,52	1,23	1,34
RIACHO DOS CAVALOS	-54,29	-160,00	-7,33	64,33	-2,24
RIO TINTO	162,92	83,27	-8,59	-6,59	0,00
SALGADINHO	-1753,47	-734,09	15,50	-134,64	0,00
SALGADO DE SÃO FELIX	131,31	61,82	12,60	24,41	0,17
SANTA CRUZ	-328,65	-140,37	212,00	-63,49	-0,27
SANTA HELENA	215,19	80,73	-222,83	25,69	0,00
SANTA LUZIA	84,88	8,79	4,57	6,06	0,00

SANTA RITA	-32,29	-11,56	-4,77	-2,70	0,00
SANTA TERESINHA	408,45	180,84	62,35	54,61	0,00
SANTANA DE MANGUEIRA	7,10	-2,10	22,58	26,07	1,73
SANTANA DOS GARROTES	537,91	243,27	88,73	112,68	-1,24
SÃO BENTO	116,90	45,78	-4,31	-11,85	0,00
SÃO JOÃO DO CARIRI	-971,45	-377,67	-19,16	-37,16	0,00
SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	104,31	41,74	11,78	10,22	0,00
SÃO JOÃO DO TIGRE	-408,07	-214,18	-22,06	19,42	0,00
SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA	2,56	36,08	-9,81	18,38	0,00
SÃO JOSÉ DE CAIANA	-118,87	-106,97	0,50	-52,82	0,00
SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS	46,57	4,00	-20,84	11,54	0,00
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	99,05	64,64	42,15	8,37	0,06
SÃO JOSÉ DO BONFIM	-560,22	-108,02	-226,82	-139,61	-0,36
SÃO JOSÉ DO SABUGI	50,44	-115,84	-2,58	203,39	0,00
SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS	-69,74	43,65	-36,10	-171,65	0,00
SAO MAMEDE	132,88	38,45	21,29	37,23	0,00
SÃO MIGUEL DE TAIPÚ	-102,84	-39,74	-13,80	-35,24	0,66
SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA	-33,24	27,37	3,81	16,41	-0,45
SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO	-138,33	-301,15	-24,34	-91,07	11,20
SAPÉ	100,11	55,16	22,39	2,93	-0,69
SERIDÓ	-609,70	-288,45	-121,44	17,75	0,01
SERRA BRANCA	60,26	21,79	-0,89	-17,69	-0,01
SERRA DA RAIZ	-199,21	-179,29	-6,74	-61,30	0,38
SERRA GRANDE	-20,11	-36,52	-51,75	22,46	-0,50
SERRA REDONDA	87,23	65,11	-17,64	-12,86	0,00
SERRARIA	65,90	47,43	53,01	0,00	0,00
SOLÂNEA	79,12	42,16	11,17	14,35	0,00
SOLEDADE	-200,34	-89,54	-29,96	-13,56	0,08
SOUSA	116,39	59,96	27,27	-0,05	-0,02
SUMÉ	-319,99	-181,75	-133,97	-19,72	0,00
TAPEROÁ	-65,24	-37,79	22,64	0,00	0,00
TAVARES	-39,55	7,33	-2,58	34,33	0,00
TEIXEIRA	57,96	-4,03	2,12	22,63	0,10
TRIÚNFO	-174,25	-110,99	-11,92	-31,08	-0,14
UIRAUNA	108,69	64,64	21,20	-20,13	0,00
UMBUZEIRO	-125,75	3,59	-20,10	9,69	2,06
VÁRZEA	-457,01	-415,79	-51,78	-36,29	-6,60
VISTA SERRANA	25,99	-84,74	-10,50	-36,76	-1,31

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE 6 - Variáveis explicativas: Variação da despesa de transferência de capital, Variação da despesa na função legislativa, Variação da despesa na função planejamento, Variação da despesa na função agricultura, Variação da despesa na função educação, Variação da despesa na função habitação e urbanismo e Variação da despesa na função saúde

NOME DO MUNICÍPIO SIAFI	VDTransCap	VLEG	VPlan	VAgri	VEduC	VHabUrb	VSaud
AGUIAR	0,00	29,54	88,64	0,00	195,19	29,24	81,54
ALAGOA GRANDE	0,00	12,89	50,39	4,00	115,54	20,52	54,11
ALAGOA NOVA	1,26	10,18	33,75	3,77	132,33	25,66	52,44
ALHANDRA	-1,75	21,85	38,45	1,56	143,07	25,68	75,01
ARACAGI	0,00	15,86	36,91	10,39	149,05	27,31	56,21
ARARA	15,37	14,63	67,98	4,32	136,21	2,07	50,80
AREIAL	-8,09	20,22	64,18	0,46	183,55	64,65	61,47
AROEIRAS	-6,35	11,71	85,52	3,43	129,82	0,77	45,91
BAÍA DA TRAÍÇÃO	12,47	22,91	69,21	0,00	167,52	58,62	67,87
BANANEIRAS	-2,57	14,12	37,75	2,42	181,42	24,48	17,27
BAYEUX	1,00	11,80	21,39	0,06	79,12	39,67	46,35
BELÉM	-3,37	8,06	33,13	0,33	122,27	29,67	34,47
BELÉM DO BREJO DO CRUZ	-7,55	16,74	40,89	1,38	152,76	78,10	90,05
BOA VENTURA	0,00	16,38	51,94	1,82	126,46	49,94	36,25
BOM JESUS	0,00	52,21	138,81	79,10	211,40	118,72	56,85
BOM SUCESSO	0,00	9,16	17,87	30,69	140,48	50,78	60,53
BONITO DE SANTA FÉ	0,00	16,66	52,57	2,95	124,20	11,08	115,10
BOQUEIRÃO	0,00	19,60	82,85	1,85	146,72	32,17	56,20
BORBOREMA	0,00	28,50	70,17	4,82	181,12	62,52	47,65
BREJO DO CRUZ	17,67	23,70	104,53	0,48	112,29	25,79	52,22
BREJO DOS SANTOS	-33,64	18,87	11,38	0,47	148,90	50,27	77,63
CAAPORÃ	22,67	0,00	154,87	0,00	203,36	7,72	65,20
CABACEIRAS	-96,91	18,83	66,94	41,50	207,55	37,04	75,60
CABEDELO	1,69	42,39	83,35	0,37	124,77	95,86	61,12
CACHOEIRA DOS ÍNDIOS	-9,89	20,22	93,93	7,53	128,22	26,71	83,60
CACIMBA DE AREIA	0,00	17,96	126,15	0,00	194,04	29,86	109,58
CACIMBA DE DENTRO	7,13	12,37	52,77	1,50	138,25	30,15	49,36
CAIÇARA	0,84	26,95	107,57	2,33	158,95	58,57	54,51
CAJAZEIRAS	-1,40	13,74	60,24	2,41	76,60	4,40	31,48
CALDAS BRANDAO	-11,51	24,98	142,41	0,00	171,31	1,35	34,20
CAMALAU	61,30	32,63	72,68	5,68	159,36	44,03	66,26
CAMPINA GRANDE	2,73	16,51	137,91	14,91	89,99	74,89	113,26
CAMPO DE SANTANA (EX-TACIMA)	-129,02	18,36	65,39	10,36	139,51	0,58	60,73
CARRAPATEIRA	-0,85	41,98	186,73	11,14	272,39	84,74	82,97
CATINGUEIRA	0,00	14,73	72,65	11,60	162,68	29,20	106,34
CATOLÉ DO ROCHA	0,26	10,88	23,48	3,70	103,12	35,25	78,52

CONCEIÇÃO	-0,37	12,46	52,15	35,10	121,49	0,00	48,02
CONDADO	0,00	22,28	29,65	12,71	180,82	45,31	44,38
CONDE	0,00	20,30	67,06	3,40	119,87	1,40	58,39
CONGO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COREMAS	0,00	14,31	36,91	0,28	136,98	52,01	43,84
CRUZ DO ESPIRITO SANTO	0,00	0,00	103,69	0,00	118,41	7,24	46,56
CUBATÍ	0,00	14,65	81,92	3,66	164,46	10,28	63,67
CUITE	11,46	12,04	61,94	7,50	118,27	0,00	42,45
CUITEGI	-32,72	17,11	66,39	1,26	132,98	20,62	45,09
CURRAL VELHO	0,00	31,55	84,32	2,03	300,73	72,92	69,00
DESTERRO	0,00	11,57	50,66	1,55	198,85	64,62	92,64
DIAMANTE	0,00	15,13	26,78	10,55	131,07	46,08	26,33
DONA INÉS	0,00	11,24	26,02	1,09	145,60	21,18	72,13
DUAS ESTRADAS	11,93	0,00	162,59	4,74	267,14	0,21	62,99
EMAS	8,70	35,28	131,27	36,12	245,13	55,49	76,36
ESPERANCA	-1,35	9,16	31,54	3,21	105,61	24,22	96,00
FAGUNDES	-2,62	11,96	71,06	10,40	165,62	0,00	59,32
FREI MARTINHO	0,00	19,59	145,86	0,08	220,08	4,76	173,06
GUARABIRA	0,00	13,89	25,79	3,26	86,22	15,81	30,29
GURINHEM	22,11	0,00	86,79	6,78	146,55	13,03	41,07
GURJÃO	-31,86	58,24	80,48	0,78	240,74	77,91	69,79
IBIARA	-17,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IGARACY	0,00	0,00	60,82	5,54	151,93	19,59	125,68
IMACULADA	0,00	17,37	49,68	0,01	123,58	1,96	55,75
INGÁ	0,00	17,85	63,29	7,55	121,09	42,79	19,70
ITABAIANA	0,00	18,72	34,98	3,49	95,85	15,34	34,53
ITAPORANGA	0,00	19,87	26,67	2,41	90,62	19,48	34,42
ITAPOROROCA	0,00	0,00	80,80	0,00	134,37	4,91	36,98
ITATUBA	24,21	9,44	67,67	0,15	144,63	50,62	79,74
JACARAÚ	-10,82	22,10	79,23	3,88	149,34	21,46	45,46
JERICÓ	-9,76	16,09	31,85	0,95	131,54	59,83	71,52
JOÃO PESSOA	4,13	13,88	72,03	0,03	104,01	39,35	127,76
JUAREZ TÁVORA	-342,45	20,01	80,52	3,39	156,51	28,87	30,02
JUAZEIRINHO	9,67	9,42	67,09	4,88	143,66	0,00	0,00
JUNCO DO SERIDÓ	-24,93	20,74	88,41	1,95	150,67	16,50	112,55
JURUPIRANGA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JURÚ	0,00	0,00	47,93	8,19	125,19	26,56	71,31
LAGOA	0,00	20,99	58,78	4,44	166,86	54,73	67,05
LAGOA DE DENTRO	17,99	20,21	82,49	25,95	175,84	43,65	54,48
LAGOA SECA	-5,88	13,47	32,92	9,66	87,46	28,30	23,46
LASTRO	0,00	42,56	125,89	2,05	252,86	14,96	54,41
LIVRAMENTO	0,00	29,80	27,43	0,00	151,10	40,98	55,89
LUCENA	0,00	25,71	88,11	0,00	137,65	0,00	47,44
MAE D'AGUA	0,00	20,79	102,35	2,70	291,69	31,90	164,06

MALTA	0,00	24,60	44,86	1,58	141,81	52,91	45,34
MAMANGUAPE	13,21	20,46	56,44	7,34	91,61	15,27	40,51
MANAÍRA	-45,02	10,48	59,95	9,80	139,60	47,62	37,32
MARI	0,00	13,20	42,32	9,88	88,92	18,33	30,11
MASSARANDUBA	83,86	16,31	75,46	58,82	134,82	20,63	30,67
MATARACA	-175,68	0,00	260,55	0,00	236,50	19,70	86,26
MOGEIRO	-8,49	16,60	37,62	6,34	152,01	22,15	52,56
MONTADAS	0,00	20,07	95,73	0,00	240,89	66,49	104,25
MONTE HOREBE	0,00	31,88	85,76	3,02	171,47	34,49	85,90
MONTEIRO	0,00	14,43	38,48	3,36	80,99	27,59	58,65
MULUNGU	17,07	18,92	62,72	1,83	138,30	45,01	43,59
NATUBA	-13,50	20,47	104,15	0,29	130,41	4,37	46,34
NAZAREZINHO	0,00	14,41	54,39	5,12	133,50	37,53	44,89
NOVA FLORESTA	4,05	0,00	38,20	5,37	120,16	34,99	61,92
NOVA OLINDA	-4,61	18,65	68,61	2,53	183,51	28,27	78,03
NOVA PALMEIRA	-3,01	25,07	107,41	6,94	215,40	7,47	106,50
OLHO D'AGUA	5,48	16,22	68,73	9,23	165,34	48,44	51,54
OLIVEDOS	9,92	29,75	100,83	0,22	278,85	101,44	107,52
PASSAGEM	-54,40	75,03	121,97	41,08	359,90	136,69	257,34
PATOS	1,61	17,01	28,00	2,38	93,92	13,05	31,50
PAULISTA	-13,40	13,45	7,12	2,09	115,94	43,53	65,53
PEDRA BRANCA	4,20	36,38	64,94	88,15	219,76	58,71	350,76
PEDRA LAVRADA	-2,32	12,84	72,69	0,00	199,18	4,12	106,10
PEDRAS DE FOGO	0,94	21,80	52,82	0,00	144,73	49,34	85,29
PIANCÓ	-1,59	14,93	73,66	0,01	91,56	21,36	180,15
PICUÍ	0,00	17,23	61,65	10,91	115,44	23,19	48,13
PILAR	18,15	18,70	66,78	0,26	102,04	43,66	26,58
PILÕES	-23,62	14,12	58,82	3,11	164,82	34,22	46,63
PILOEZINHOS	16,50	21,62	122,76	4,56	207,94	16,73	57,80
PIRPIRITUBA	-6,94	18,33	61,19	1,97	120,65	39,00	53,16
PITIMBU	15,02	0,00	43,12	0,00	131,65	60,58	33,81
POCINHOS	-16,37	20,16	79,18	0,00	107,44	0,00	10,81
POMBAL	0,41	20,62	29,10	3,90	93,24	20,57	36,77
PRATA	64,74	35,49	90,44	45,18	196,68	72,08	95,06
PRINCESA ISABEL	-14,12	23,44	25,60	2,73	84,73	25,39	15,72
PUXINANÃ	0,00	12,42	41,87	6,45	134,64	41,34	33,09
QUEIMADAS	0,27	14,66	15,44	0,43	98,81	29,66	36,01
QUIXABA	-7,01	56,22	237,40	15,14	449,50	81,63	320,19
REMÍGIO	0,00	20,97	48,75	5,58	108,89	19,30	22,34
RIACHO DOS CAVALOS	0,00	14,33	56,85	13,85	142,69	49,02	90,91
RIO TINTO	0,00	21,51	45,51	4,33	127,94	34,67	61,86
SALGADINHO	13,81	20,66	116,95	14,74	287,89	39,38	113,84
SALGADO DE SÃO FELIX	-3,11	17,43	70,37	22,76	118,73	24,52	46,76
SANTA CRUZ	0,00	26,89	21,19	0,51	114,18	61,88	55,39
SANTA HELENA	0,00	28,70	46,70	11,99	145,16	36,39	38,32

SANTA LUZIA	0,74	15,31	48,29	3,10	91,98	12,24	45,82
SANTA RITA	-0,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANTA TERESINHA	0,00	23,77	63,60	4,17	208,54	55,36	84,52
SANTANA DE MANGUEIRA	0,00	14,13	70,91	5,52	225,17	17,57	68,41
SANTANA DOS GARROTES	34,94	57,53	128,38	77,08	463,93	123,71	181,39
SÃO BENTO	-4,16	7,15	18,26	0,00	114,56	36,66	56,67
SÃO JOÃO DO CARIRI	0,00	35,50	84,42	1,53	145,82	56,11	71,22
SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	0,00	15,63	51,99	1,11	90,34	11,12	35,36
SÃO JOÃO DO TIGRE	0,00	26,78	103,17	63,72	202,39	18,44	61,32
SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA	17,37	0,00	54,96	2,08	148,75	83,87	34,63
SÃO JOSÉ DE CAIANA	5,30	21,30	96,95	38,30	155,47	5,15	12,64
SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS	-29,50	0,00	57,43	12,18	126,49	43,75	58,56
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	0,00	14,70	50,53	9,81	87,75	35,26	35,78
SÃO JOSÉ DO BONFIM	0,00	43,76	53,56	3,95	248,45	31,12	181,40
SÃO JOSÉ DO SABUGI	0,00	26,23	140,00	22,19	206,62	37,79	96,94
SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS	26,96	13,44	87,77	3,32	149,32	39,79	57,44
SAO MAMEDE	-13,35	18,66	61,98	0,31	137,64	37,10	90,00
SÃO MIGUEL DE TAIPÚ	0,00	14,07	64,42	0,00	119,84	74,87	84,60
SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA	3,02	0,00	37,32	13,18	124,29	14,84	31,01
SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO	-11,12	49,92	128,49	30,95	224,01	61,85	53,58
SAPÉ	0,00	0,00	49,67	0,88	81,64	8,20	7,87
SERIDÓ	0,00	10,85	24,10	0,00	114,08	47,17	45,31
SERRA BRANCA	2,69	0,00	46,20	4,37	103,62	28,37	44,50
SERRA DA RAIZ	-8,91	41,04	118,15	4,37	232,34	44,96	76,68
SERRA GRANDE	0,00	41,40	116,92	11,75	265,59	59,13	134,97
SERRA REDONDA	20,99	22,48	60,37	4,43	149,03	38,66	52,83
SERRARIA	5,32	21,13	90,94	13,99	171,41	44,65	46,20
SOLÂNEA	1,61	9,40	49,10	1,63	92,63	9,69	22,55
SOLEDADE	-18,94	17,09	32,98	7,90	136,29	12,65	25,14
SOUSA	0,68	16,11	44,27	2,15	74,36	17,11	33,48
SUMÉ	49,58	10,21	45,46	2,84	130,45	46,75	122,56
TAPEROÁ	-45,33	14,64	70,68	0,17	161,97	30,27	22,00
TAVARES	-9,97	17,81	44,79	9,34	130,62	29,74	40,47
TEIXEIRA	0,00	22,00	71,08	3,27	147,02	13,37	102,15
TRIÚNFO	0,00	15,06	81,97	0,34	105,21	60,36	52,66
UIRAUNA	0,00	16,84	74,59	0,33	108,96	37,98	56,71
UMBUZEIRO	0,00	22,79	115,08	0,00	101,34	47,34	27,68
VÁRZEA	0,00	55,00	169,44	6,96	357,90	38,09	132,38
VISTA SERRANA	0,00	18,60	62,09	4,19	208,39	34,89	169,99

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE 7 - Variáveis explicativas: Variação da despesa na função assistência e previdência

NOME DO MUNICIPIO SIAFI	VAsPrev
AGUIAR	30,41
ALAGOA GRANDE	21,19
ALAGOA NOVA	23,94
ALHANDRA	31,58
ARACAGI	8,26
ARARA	15,57
AREIAL	10,82
AROEIRAS	30,03
BAÍA DA TRAÍÇÃO	12,46
BANANEIRAS	9,12
BAYEUX	18,80
BELÉM	35,26
BELÉM DO BREJO DO CRUZ	42,01
BOA VENTURA	33,76
BOM JESUS	111,11
BOM SUCESSO	39,57
BONITO DE SANTA FÉ	10,06
BOQUEIRÃO	36,38
BORBOREMA	41,49
BREJO DO CRUZ	13,11
BREJO DOS SANTOS	41,62
CAAPORÃ	10,42
CABACEIRAS	59,29
CABEDELO	25,83
CACHOEIRA DOS ÍNDIOS	19,85
CACIMBA DE AREIA	62,64
CACIMBA DE DENTRO	12,69
CAIÇARA	29,74
CAJAZEIRAS	4,62
CALDAS BRANDAO	29,00
CAMALAU	20,56
CAMPINA GRANDE	23,21
CAMPO DE SANTANA (EX-TACIMA)	38,81
CARRAPATEIRA	58,85
CATINGUEIRA	34,20
CATOLÉ DO ROCHA	0,00
CONCEIÇÃO	10,54

CONDADO	37,78
CONDE	14,01
CONGO	0,00
COREMAS	16,53
CRUZ DO ESPIRITO SANTO	39,27
CUBATÍ	44,86
CUITE	0,00
CUITEGI	17,36
CURRAL VELHO	125,08
DESTERRO	17,96
DIAMANTE	15,75
DONA INÉS	18,42
DUAS ESTRADAS	53,18
EMAS	20,47
ESPERANCA	19,28
FAGUNDES	29,22
FREI MARTINHO	144,39
GUARABIRA	5,19
GURINHEM	18,51
GURJÃO	84,30
IBIARA	0,00
IGARACY	12,17
IMACULADA	39,96
INGÁ	5,09
ITABAIANA	31,76
ITAPORANGA	13,71
ITAPOROROCA	16,23
ITATUBA	24,30
JACARAÚ	8,93
JERICÓ	42,38
JOÃO PESSOA	13,28
JUAREZ TÁVORA	16,72
JUAZEIRINHO	90,39
JUNCO DO SERIDÓ	49,92
JURIPIRANGA	0,00
JURÚ	6,00
LAGOA	55,48
LAGOA DE DENTRO	10,85
LAGOA SECA	7,77
LASTRO	92,12
LIVRAMENTO	21,82
LUCENA	6,34
MAE D'AGUA	72,96
MALTA	42,23

MAMANGUAPE	22,14
MANAÍRA	20,80
MARI	21,82
MASSARANDUBA	36,09
MATARACA	36,17
MOGEIRO	18,00
MONTADAS	19,87
MONTE HOREBE	25,04
MONTEIRO	7,90
MULUNGU	21,36
NATUBA	9,98
NAZAREZINHO	66,16
NOVA FLORESTA	15,17
NOVA OLINDA	27,83
NOVA PALMEIRA	87,87
OLHO D'AGUA	10,23
OLIVEDOS	32,32
PASSAGEM	74,52
PATOS	12,17
PAULISTA	40,14
PEDRA BRANCA	68,35
PEDRA LAVRADA	84,14
PEDRAS DE FOGO	26,48
PIANCÓ	51,96
PICUÍ	17,95
PILAR	93,95
PILÕES	17,66
PILOEZINHOS	37,56
PIRPIRITUBA	22,96
PITIMBU	14,07
POCINHOS	18,22
POMBAL	19,32
PRATA	57,23
PRINCESA ISABEL	5,90
PUXINANÃ	33,81
QUEIMADAS	16,28
QUIXABA	130,71
REMÍGIO	27,48
RIACHO DOS CAVALOS	49,16
RIO TINTO	18,84
SALGADINHO	29,54
SALGADO DE SÃO FELIX	11,16
SANTA CRUZ	29,43
SANTA HELENA	5,08
SANTA LUZIA	37,98

SANTA RITA	0,00
SANTA TERESINHA	47,56
SANTANA DE MANGUEIRA	8,92
SANTANA DOS GARROTES	27,49
SÃO BENTO	13,63
SÃO JOÃO DO CARIRI	14,77
SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	20,52
SÃO JOÃO DO TIGRE	10,61
SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA	20,42
SÃO JOSÉ DE CAIANA	26,06
SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS	29,86
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	14,36
SÃO JOSÉ DO BONFIM	86,24
SÃO JOSÉ DO SABUGI	178,22
SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS	14,04
SAO MAMEDE	32,28
SÃO MIGUEL DE TAIPÚ	17,48
SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA	12,48
SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO	84,88
SAPÉ	15,25
SERIDÓ	2,25
SERRA BRANCA	12,56
SERRA DA RAIZ	42,06
SERRA GRANDE	39,27
SERRA REDONDA	34,03
SERRARIA	26,35
SOLÂNEA	12,54
SOLEDADE	45,88
SOUSA	7,63
SUMÉ	21,25
TAPEROÁ	28,08
TAVARES	7,84
TEIXEIRA	41,89
TRIÚNFO	31,25
UIRAUNA	32,36
UMBUZEIRO	0,00
VÁRZEA	88,22
VISTA SERRANA	61,03

Fonte: Elaboração própria